



ESCRITOS SOBRE A TEORIA POLÍTICA PARA O TRABALHISMO BRASILEIRO DO SÉCULO XXI

NÚCLEO CAMINHO
BRASILEIRO PARA O
SOCIALISMO

**ESCRITOS SOBRE A TEORIA POLÍTICA PARA O TRABALHISMO
BRASILEIRO DO SÉCULO XXI** — Uma coletânea de artigos sobre o desenvolvimento do trabalhismo brasileiro e do movimento socialista no Brasil.

Núcleo Caminho Brasileiro Para o Socialismo

Presidente Cíntia Xavier

Vice-Presidente Daniel Albuquerque



NITERÓI
2022

ÍNDICE:

PREFÁCIO. Um agradecimento a todos os camaradas que inauguram o caminho brasileiro para o socialismo do século XXI.

CAPÍTULO 1. Caminho de Ação Trabalhista — Uma estratégia para o trabalhismo revolucionário tomar a vanguarda do movimento trabalhista.

CAPÍTULO 2. Trabalhismo e Revolução — *Um debate que não deve ser varrido para debaixo do tapete.* Uma resposta a: “Não existe Trabalhismo Revolucionário”, de Guilherme Polidoro.

CAPÍTULO 3. Trabalhismo e Revolução — *O problema fundamental da memória para a tradição.* Uma resposta a: “Ainda sobre o caráter revolucionário ou não do PDT”, de Paula Viol.

CAPÍTULO 4. Sobre Brizola no pré-64 e os “Comandos Nacionalistas”.

CAPÍTULO 5. O legado de Brizola entre o horror, o suspense e a tragédia.

CAPÍTULO 6. Os maiores equívocos de Getúlio Vargas.

CAPÍTULO 7. Do suicídio ao resgate político da simbologia de Getúlio Vargas, 67 anos depois. Cultura, política e memória.

CAPÍTULO 8. Reflexões sobre como organizar movimentos de massa.

APÊNDICE 1. Sobre a cultura transplantada e o surgimento precoce da pequeno-burguesia no Brasil em “*Síntese de História da Cultura Brasileira*”, de Nelson Werneck Sodré.

APÊNDICE 2. Sobre a discussão do lugar da História do Brasil nas primeiras décadas do século XX.

APÊNDICE 3. Sobre a dialética do malandro e do otário e o conceito de malandragem nos tempos de Getúlio (1930 – 1945).

APÊNDICE 4. O que foi e o que pode ser o “desenvolvimentismo” no Brasil?

APÊNDICE 5. Vargas se deprime vendo a perversão imposta a sua obra.

APÊNDICE 6. Sobre a oligarquia, a democracia burguesa e a democracia socialista.

APÊNDICE 7. Sobre os “demofóbicos” e os “demófilos.”

APÊNDICE 8. Sobre o conceito de “internacionalismo”, em geral, e sobre o falso “internacionalismo proletário.”

APÊNDICE 9. Sobre o “liberalismo autoritário”, a descentralização das fábricas, o renascimento da extrema-direita organizada na Europa e nas Américas, o caso brasileiro e da América do Sul.

ANEXO 1. *Grupo dos 11: O braço armado de Brizola*, por Mariza Tavares.

PREFÁCIO. Um agradecimento a todos os camaradas que inauguram o caminho brasileiro para o socialismo do século XXI.

Dedico esse prefácio a todos que devotam seu tempo a ler esta obra, fruto de um trabalho coletivo que, desde 2017, almeja contribuir com a compreensão acerca do desenvolvimento político e filosófico do trabalhismo brasileiro, um dos movimentos que mais impactou no espírito, na luta e no projeto revolucionário das massas populares brasileiras, como seu fiel e inegável instrumento na luta pela, até hoje, inconclusa libertação nacional.

Aqui, encontrarão artigos autorais produzidos entre 2018 e 2021 de autoria de Daniel Albuquerque e revisados por mim, com exceção de *“Do suicídio ao resgate político da simbologia de Getúlio Vargas, 67 anos depois. Cultura, política e memória”*, *“Sobre a cultura transplantada e o surgimento precoce da pequeno-burguesia no Brasil em “Síntese de História da Cultura Brasileira”*, de Nelson Werneck Sodré, *“Sobre a discussão do lugar da História do Brasil nas primeiras décadas do século XX”*, *“Sobre a dialética do malandro e do otário e o conceito de malandragem nos tempos de Getúlio (1930 – 1945)”*, de minha autoria, além de minhas breves contribuições acerca da estética, no *“Reflexões sobre como organizar movimentos de massa.”*

A exceção, claro, das respostas produzidas em torno do debate entre Trabalhismo e Revolução que ocorreu em 2020 no Portal Disparada, de Guilherme Polidoro e Paula Viol, cujo optamos por reproduzir na íntegra para trazer mais clareza sobre nossas próprias posições. Além disso, o artigo em anexo, produzido por Mariza Tavares, diretora de jornalismo da CBN, cujo material recomendamos que seja lido com um olhar atento e crítico, dada sua relevância.

Almejamos reviver e transformar a tradição, liberando suas forças adormecidas, para ver o novo florescer de seu campo, maturando as concepções do movimento socialista brasileiro do século XXI a respeito dos três tempos (*passado, presente, futuro*) que, interconectados, preenchem nosso momentum histórico do agora de significado e senso de dever, um chamado ao acúmulo de forças e a reorganização política de todos os setores consequentes com vistas a nossa vitória final.

Agradeço, particularmente, ao esforço dedicado pelo atual vice-presidente do Núcleo Caminho Brasileiro Para o Socialismo, Daniel Albuquerque, por seu trabalho incansável e de ainda incomensurável importância para a reflexão e gestação de um resgate ao fio histórico do desenvolvimento político e filosófico do trabalhismo brasileiro, que por algum tempo esteve adormecido, mas que com a força de camaradas valiosos como este e tantos outros — que partilham de nossos anseios e lutam ao nosso lado — pôde voltar a seguir o seu próprio caminho, voltando a cumprir sua função como instrumento da classe trabalhadora brasileira, em seu caminho próprio para o socialismo.

Para tal, seria injusto também não agradecer a Wendel Pinheiro, historiador e intelectual orgânico do Partido Democrático Trabalhista, por sua imensa contribuição nessa tão destemida missão, que trata do resgate da historiografia trabalhista. Aproveito esse espaço para recomendar que conheçam sua magna obra *“Um tempo bem melhor para se viver — A trajetória histórica do Trabalhismo Brasileiro”*, uma das mais completas historiografias sobre o trabalhismo no Brasil.

Também agradeço o Mário Arthur Sampaio, grande camarada de inestimável valor, militante de honra de nosso núcleo. Para além de grande pensador, é testemunha de momentos tão caros para a história do século XX e início do século XXI. Presenciou em sua experiência o inferno de ser um verdadeiro socialista científico em um contexto da transição da ordem militar conservadora para o período de hegemonia total do neoliberalismo em nosso país, durante o processo de redemocratização passada de *“cima para baixo”* e seus desdobramentos. Por isso, saúdo-o! E esperamos que esta nossa tímida contribuição possa conectar o fio histórico de sua luta com a nossa, e com os tempos que virão.

Ao companheiro Arthur Silva, destacado intelectual orgânico do Trabalhismo Brasileiro e do Partido Democrático Trabalhista, agradeço-o como forma de homenagear toda a nova geração de teóricos que honram a tradição e cultura política de Vargas, Jango, Darcy e Brizola. Reitero que sem sua luta e contribuição, direto de uma terra tão hostil ao trabalhismo como no caso de São Paulo, nossos caminhos não seriam tão sólidos!

Seria incorreto se não citasse, de todo modo, nosso camarada Klaus Scarmeloto, cujo trabalho sério na promoção do pensamento marxista no Brasil e coerência intelectual sempre nos inspiraram. Para tanto, esperamos estar à altura de sua confiança para construir um mundo novo a partir da soma de nossos esforços.

Agradeço, também, a Jéssica Pereira, estimada amiga e presidente da Juventude Socialista de Niterói, ao companheiro Lucas Batista, vice-presidente da Juventude Socialista no estado do Rio de Janeiro, Marx Dias, secretário de finanças da Juventude Socialista de Niterói, Paulo Araújo, jovem militante e grande estudioso do Trabalhismo Brasileiro, a Matheus Morena, amigo, intelectual e militante socialista e Fabrício Fernandes, jovem liderança comunitária, destacado militante trabalhista e do movimento negro, que nos enchem de muito orgulho e de admiração.

Todos vocês foram e são profundamente importantes, não apenas para a construção deste presente livro, mas para nossa militância pessoal e também para a construção do nosso, ainda jovem, núcleo de base.

Ao nosso colaborador e amigo de todas as horas, Rúbio Alex, pelo suporte dado desde o início ao sonho de construir um núcleo de atuação local e estendemos tais agradecimentos, de igual forma, a Ademas Pereira, querido amigo, e um dos maiores jovens historiadores conhecedores da história da Região Oceânica de Niterói, que acresceu de profundidade histórica e de princípios norteadores quando da construção desse núcleo nessa pacata região. Não poderíamos nos esquecer, também, do inestimável amigo Matheus Novaes e sua contribuição valorosa para nossa construção política.

À companheira Amanda Aguiar, agradeço encarecidamente, em uma era tão hostil a nossa forma de perceber a realidade, que sempre nos ajudou a difundir nosso pensamento. Agradeço, também, aos companheiros e camaradas, Arthur Siqueira Veronez, Fernando Sobral, Lucas Zubelli, Gabrielle Gioti, Pedro Marin, André Ortega, Vinícius Oliveira, Leandro Altheman Lopes, Luiz Lima, Luan Spesani, Arison Fernandes, Bruno Torres, Bismark Castro e Pedro Cavalcante, como

forma de representar todos os estimados amigos que fizemos em anos de debates e conversas sobre política.

Sabemos que podemos não concordar em tudo. Ainda assim, os estimamos profundamente, e gostaríamos de expressar que o apoio de cada um de vocês e o aprendizado que retiramos de nossas experiências convosco nos foi muito importante para elaborar uma teoria e compreensão minimamente coerente.

Agradeço também ao companheiro Daniel Matos, referência para qualquer socialista, trabalhista e comunista que queira entender sobre a história da política na América Latina e, sobretudo, qualquer militante que queira estar informado sobre o que ocorre em nossa região em tempo presente. Seu apoio nos foi sempre fundamental. Contamos contigo para levar nossos pensamentos e reflexões para todos os conterrâneos da pátria grande.

Ao camarada Paulo Henrique Zamora, pelas discussões acerca da natureza do modelo chinês, pelas recomendações de leitura e estudo, pela firmeza na análise da conjuntura nacional e por seu grande trabalho filosófico, a que muito me inspira.

Ao camarada Lucas Rúbio, pelo inestimável trabalho na promoção das grandes conquistas da Revolução Coreana no Brasil, que tanto nos ensinam e nos fazem refletir sobre a construção do nosso próprio caminho brasileiro.

Ao amigo e camarada Liu Jiahao, por sua simplicidade, diligência, paciência e esperança. Agradeço, especialmente, por fazer parte da minha vida, pelo seu espírito acolhedor, pelos bons conselhos e por mostrar suas mais sinceras impressões acerca da história e das grandiosas conquistas da República Popular da China. Estamos convictos que nossos povos continuarão aprofundando esse caminho de união, abrindo portas para um novo período da humanidade.

Ao camarada Kauê Barreto, por nossos frutíferos debates sobre a história do Brasil, bem como pelo seu trabalho acerca do imperialismo e semicolonialismo na questão agrária brasileira, de importante relevância para compreender o que fomos, o que somos e o que podemos ser. Não poderia deixar de agradecer, também, pelo livro que nos foi cedido por este bom companheiro, “*Capital: essência e aparência*” de Reinaldo

Carcanholo, de muito proveito para os nossos estudos.

Ao camarada Igor Gorbunov, que compartilha dos mesmos anseios que nós, acerca do imperativo da emancipação social e econômica para nossos países. Esperamos que o desenvolvimento da história e filosofia do Trabalhismo Brasileiro, essa tão pujante cultura política, possa te cativar e sempre te motivar na estrada desse brilhante e árduo caminho.

Que nossas pátrias possam, em um futuro próximo, através do verdadeiro internacionalismo proletário, serem verdadeiros exemplos de conquista social para os nossos povos e inspiração para libertação social dos trabalhadores desse planeta. Esperamos que a magia do espírito do Trabalhismo Brasileiro viaje, portanto, pelos caminhos desse mundo pequeno e possa desembarcar em Moscou, contribuindo para o florescer de um novo grande período na história do povo russo.

Agradeço a Luiz Augusto Erthal, gigante do jornalismo fluminense, que durante muito tempo trabalhou com o velho Leonel e que nunca escondeu suas raízes trabalhistas. Seu apoio foi fundamental e nunca esqueceremos. Esteja certo que ainda realizaremos o Brasil que sonharam, Getúlio Vargas, Brizola, João Goulart, Darcy Ribeiro e tantos outros companheiros trabalhistas e socialistas que planejaram o Brasil que amamos.

Também devo agradecer ao Carlos Eduardo, grande “compa”, a quem sempre consideramos um dos gênios empiristas contemporâneos de nosso Brasil, um verdadeiro pensador prático com quem aprendemos muito. Estamos aqui fazendo grande política, em nome de ideais sinceros, todavia, nunca podemos nos esquecer das aspirações e necessidades práticas de nosso povo no tempo presente e na realidade.

A realidade, na experiência, se impõe sobre a teoria. Esta que, para ser científica, constantemente tem de se atualizar e ser corrigida em relação ao seu contexto histórico, social e material. Cientes disso, na prática, levamos essas lições com a esperança de que teremos muito mais êxitos em nossa batalha pela libertação do Brasil. Obrigada por tudo e tenha certeza de que esperamos nós fazermos uma profunda transformação social nesse país!

Agradeço em especial o Portal Disparada, por permitir que ocorra

um debate teórico e ideológico tão aprofundado e frutífero para o Trabalhismo brasileiro. Agradeço também, com todas as honras, aos debatedores que tem seus textos publicados neste livro, Paula Viol e Guilherme Polidoro que, embora divirjam de algumas de nossas ideias e conclusões, sempre se mostraram valorosos companheiros na defesa do Trabalhismo Brasileiro, de nossa classe trabalhadora, e do Brasil.

Um movimento trabalhista forte e com capacidade para se tornar hegemônico na sociedade brasileira novamente só é possível de existir com debate interno, com espaço para discordâncias, sínteses, e para que os pensamentos, ao se chocarem, se refinem e se tornem mais próximos da verdade.

Agradeço, finalmente, ao Partido Democrático Trabalhista, nas figuras do presidente Carlos Lupi, e da Fundação Leonel Brizola — Alberto Pasqualini, na figura de seu presidente, Manoel Dias.

O trabalhismo brasileiro, por sua profunda importância para história do Brasil, é um dos mais destacados instrumentos da classe trabalhadora, e se propõe aliado das forças mais consequentes e radicais que hoje lutam pela revolução brasileira, por uma nova democracia, uma democracia popular. Nosso esforço, portanto, centra-se em contagiar, aqueles que nos leem, com o espírito da história das massas brasileiras, que nos embala, entre nossos avanços e recuos, em uma missão sagrada.

Cíntia Xavier
Presidente do Núcleo Caminho Brasileiro Para o Socialismo

CAPÍTULO 1. Caminho de Ação Trabalhista — Uma estratégia para o trabalhismo revolucionário tomar a vanguarda do movimento trabalhista.

Parte 1 — Paciência, preparo, trabalho duro e a audácia necessária para agarrar uma oportunidade histórica.

O movimento trabalhista brasileiro encontra-se em um momento crítico de sua história. Esta tradição política genuinamente brasileira, vivencia uma experiência de “ressurreição” cativante, após ter seu projeto e memória sabotados, com direito, inclusive, ao nefasto período da ditadura cívico-militar — maior exemplo da obstinação da classe dominante brasileira — que em conluio com amplos setores americanófilos de nossas forças armadas, como diria Chico Buarque em sua canção “Roda Viva”, impediram o florescimento da “*roseira mais linda que há*”¹, a construção de um Brasil pelos, e para, os brasileiros.

Há de se ressaltar que, para fins de critério, caracteriza-se por povo, a exemplo da classificação de Nelson Werneck Sodré no livro “*Quem é o povo no Brasil?*”, apenas a classe trabalhadora, visto que nossa classe dominante não se considera parte da cultura nacional, pelo contrário, a despreza em busca de uma identidade europeia, ou americanófila. Dado o nível de associação submissa desta às classes dominantes de outros países, atreladas ao imperialismo, não é de se espantar que quando existam representantes nacionalistas da classe dominante, não passem de exceções que confirmam a regra.

Apesar de tal ressurgimento, o movimento trabalhista brasileiro enfrenta problemas de gravidade inescapável, em simultâneo em que seus inimigos históricos, mais poderosos do que nunca, erguem suas carabinas e apontam um retorno a um passado anterior ao nascimento

¹ Em sua música “Roda Viva”, Chico Buarque nos traz a seguinte construção: “A gente vai contra a corrente / Até não poder resistir / Na volta do barco é que sente / O quanto deixou de cumprir / Faz tempo que a gente cultiva / A mais linda roseira que há / Mas eis que chega a roda-viva / E carrega a roseira pra lá.” Dado o contexto de lançamento da música, no ano de 1967, três anos após o golpe de 1964, e apenas um ano antes do endurecimento do regime, com o AI-5, em 1968, é inferível que, “a mais linda roseira que há”, derrubada ciclicamente pela “roda-viva”, é uma das mais belas metáforas para beleza estonteante que é a construção nacional-popular do germe socialista no Brasil, de uma pátria feita por, e para, os trabalhadores brasileiros, e também demonstra a obstinação de nossa classe dominante em podar qualquer impulso popular de construção coletiva de um projeto de país, e, consequentemente, de um próprio Brasil que nunca existiu além da esfera da possibilidade.

do glorioso Trabalhismo Brasileiro.

O mesmo passado destruído em 1930, e progressivamente enterrado para trás com a inauguração do Brasil moderno, de 1930 a 1964, ao lado da criação de todo o legado da tradição do Trabalhismo Brasileiro, em oposição ao passado oligárquico atrasado, submisso e subdesenvolvido. Não se trata de acaso que Vargas segue sendo mais atacado por tudo que fez de louvável do que pelos seus equívocos ou pelo que a era que carrega seu nome pôde ter de abjeta.

Os ultraliberais, saqueadores da nação e do povo brasileiro, por exemplo, não atacam o bolsa-família, um instrumento de redistribuição de renda inaugurado no governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso sob outro nome, apenas o reeditam em seu benefício próprio, não solucionando nunca o grave problema da desigualdade social, apenas atenuando-a conforme os desejos daqueles a quem possuem o poder econômico e político.

Por outro lado, tratando-se legado do Trabalhismo Brasileiro, almejam com todas as forças destruírem a CLT, sonham com o esfacelamento da Petrobrás, da Eletrobrás e agem para sabotá-las, atacam as noções de décimo terceiro salário, avançam maliciosamente sobre as noções de salário mínimo, de Estado-Nacional indutor do desenvolvimento econômico, de construção de um mercado interno e dinamitam o conceito de necessidade histórica de superação de nosso subdesenvolvimento e atraso industrial na disputa pela vanguarda científico-tecnológica ao nível global.

O “espírito do tempo” [Zeitgeist]² — e como tal não existe de forma autônoma, claro — e as condições materiais urgem para a formatação do estado-nacional brasileiro como escudo que minimize as pressões advindas das mudanças no cenário internacional, do imperialismo e de eventuais parceiros comerciais ou blocos — que pensam que o Brasil se colocaria em situações arriscadas ou de submissão, apenas para satisfazê-los —, bem como para a utilização desse mesmo

² **Um breve comentário sobre a tradução do termo “Zeitgeist”:** O termo “Zeitgeist”, do alemão, é um conceito filosófico, relacionado ao autor Georg Wilhelm Friedrich Hegel, geralmente traduzido para o português como “espírito do tempo”. Visto que a palavra alemã, “geist”, pode ter inúmeros significados a depender do contexto utilizado e pode ter significados que, em certas ocasiões possam ser traduzidos como “mente”, “consciência”, “fantasma”, dentre outras, recomendamos, além de “espírito do tempo”, a tradução de tal conceito como “consciência do tempo”.

estado-nacional para organização, planejamento e indução do crescimento da economia, aumentando a infraestrutura pública e de uso coletivo, e também a sua abrangência, que preparem o Brasil para as questões concretas que estão por vir, como os efeitos do aquecimento global próximo à linha do equador, como as ondas de calor que, segundo estudos, poderão matar mais de mil pessoas por ano a partir de 2030³.

No entanto, o movimento trabalhista, após renascido, ainda imaturo, tem de moldar a si próprio e suas próprias concepções, para não desperdiçar essa oportunidade histórica, em que trabalhou sempre com maestria, “o vácuo político.”⁴ Para isso ser possível, primeiro, é importante entender como funciona a militância do movimento trabalhista brasileiro agora: Esta, que sofreu um período de declínio após a morte de Brizola, sem chegar a morrer, teve um enorme crescimento desde 2018, sobretudo em camadas mais jovens da população.

Diz se que o PDT, representante legítimo do Trabalhismo Brasileiro, nesse período, filiou mais jovens em todo o país que o PSOL. Além disso, aumentou bastante o número de simpatizantes não filiados. Algo que é muito positivo. No entanto, isso pode se tornar um enorme problema para a tradição do trabalhismo brasileiro, se esta não conseguir elaborar um processo de formação política coerente.

Não se trata apenas de ter militantes, quantidade, mas de ter, também, muita qualidade. Esse movimento gerou um enorme fluxo de pessoas, algumas delas atraídas por Ciro Gomes, outras apenas

³ Sobre as possíveis mortes em decorrência do aquecimento global e de ondas de calor no norte e nordeste do Brasil, caso o estado-nacional brasileiro não cumpra com suas atribuições: Esse é apenas um exemplo de emergência de médio prazo, questões de vida ou morte, que apenas o estado-nacional pode resolver, mas que subjugado pelo interesse de nossa classe dominante subalterna, e aos desígnios do imperialismo e da ortodoxia econômica, sem um governo verdadeiramente popular, não conseguiremos resolver. Fonte: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tera-aumento-de-mortes-por-ondas-de-calor-afirma-estudo,70002424589>

⁴ O vácuo político, como se diz, não dura muito tempo. Sempre é ocupado por alguma força presente no jogo. Com o fim do ciclo do neoliberalismo progressista como representante da esquerda partidária brasileira enquanto gerente da banca, no poder, em simultâneo, onde o neoliberalismo econômico enfrenta uma de suas piores crises enquanto doutrina, ocorre, também uma abertura para o novo, o futuro indeterminado, referente a um presente ainda em disputa. Dando assim, apesar da ascensão da extrema-direita e seu momentâneo poder, uma oportunidade para a esquerda nacionalista e a esquerda radical pautarem os seus projetos e aproveitarem essa oportunidade histórica contra seus inimigos comuns, a classe dominante e o imperialismo.

oportunistas, que visavam se aproveitar do partido, e um número surpreendentemente grande de pessoas interessadas na história do partido e na tradição do Trabalhismo Brasileiro. Tais grupos, no entanto, divergem em ideologia, sendo esta uma afirmação relativamente óbvia.

Enquanto o primeiro grupo segue os posicionamentos de Ciro Gomes sobre o “Projeto Nacional de Desenvolvimento”, estão mais próximos ao centro político, e muitas vezes tomam posições que podem ser consideradas “senso comum”. No segundo grupo, podemos encontrar tanto fisiológicos, quanto liberais e representantes de outras ideologias avessas a tradição e a história do PDT, que conjunturalmente tentam se aproveitar do partido.

Por outro lado, no terceiro grupo, reside um enorme grupo de jovens ainda em formação política, compreendendo a história do trabalhismo brasileiro e seu caminho de transformações quando em contato com a classe trabalhadora brasileira e com as condições materiais impostas ao nosso país ao longo da história. Estes formam o que podemos chamar núcleo duro intelectual do que é a real retomada do trabalhismo brasileiro, que está muito além de meras eleições, e muito além de Ciro Gomes e seu projeto.

Muitos deste último grupo já se filiaram ao Partido Democrático Trabalhista, enquanto um bom número apenas orbita o partido e contribui com o trabalhismo brasileiro, em geral, enquanto simpatizantes. Este terceiro grupo, ainda que em formação, “jovem” e esteja confuso acerca de muitas questões importantes no debate político, é de longe o grupo mais organizado e coeso na militância trabalhista.

Em um nível mais geral, neste movimento está a alma deste reavivamento do trabalhismo brasileiro no século XXI, sendo historicamente em sua essência, como afirma o historiador Moniz Bandeira em seu livro *“Trabalhismo e Socialismo no Brasil”*, um movimento de base.

O potencial para a formação de intelectuais orgânicos, comunicadores, lideranças comunitárias, em suma, pessoas que construam o Projeto Nacional de Desenvolvimento do Partido Democrático Trabalhista, neste grupo mencionado — tanto no aspecto de influir em seu conteúdo, levando-o em direção, cada vez mais, para a

criação de uma democracia popular, quanto de colocá-lo socialmente em prática — é gigantesco.

Em uma época como a que vivemos, onde a juventude em sua grande maioria não tem uma única centelha de esperança nos partidos tradicionais, a importância de se ter tal militância não deve ser ignorada. É invejável o número de páginas, mídias e veículos de qualidade que integrantes deste grupo operam e gerenciam, tanto em redes sociais quanto em outros espaços de militância.

Enquanto tal terceiro grupo certamente representaria aqui a “qualidade”, no sentido de, diferentemente dos outros grupos, estar em maior “sintonia” com a história do partido, a tradição que este representa, os desígnios e problemas jogados em nosso caminho por nossa era, os outros grupos, ainda assim, representam a “quantidade”. Não significa dizer aqui, e esperamos que fique registrado, que não existem militantes sinceros quanto a suas intenções, honestos, devotados e admiráveis nos outros grupos.

No entanto, tratando de analisar a questão de forma um pouco mais geral, tais grupos, além de desorganizados, se encontram, ainda, afastados da tradição, de sua história e de seu significado. Existe um grande movimento por parte do Partido Democrático Trabalhista, da Juventude Socialista, e outros organismos, no sentido de prover formação política para a maioria destes militantes. O que é mais que louvável, um sintoma de que o partido está compreendendo o momento histórico e o que está ocorrendo em seu interior.

Ainda assim, é evidente que forças alheias, tanto aos interesses do Projeto Nacional de Desenvolvimento quanto à construção de uma teoria revolucionária que permita o trabalhismo ser, de fato, o caminho brasileiro para o socialismo, se aproveitam da confusão, inocência, e formação política não-conclusa, para cooptar militantes sinceros, macular concepções ideológicas caras para a tradição do trabalhismo brasileiro, bem como a tentativa de revisionismo da gloriosa história da tradição por parte de alguns grupos sectários e oportunistas.

Sem mais delongas, dando nome aos bois: A bizarra quimera conhecida como Quarta Teoria Política e a já conhecida hidra liberal que, tendo duas cabeças, uma progressista e outra conservadora, tenta se

infiltrar no movimento trabalhista com a primeira, enquanto se infiltra em movimentos e partidos de direita com a segunda. Algo muito sério está em jogo, a cada segundo que um trabalhista respira: A pureza, e, principalmente, a verdade da tradição, serão maculadas neste processo?

Não pensemos que se trata, nem por um único segundo, de uma questão pequena, muito menos uma questão eleitoral. A questão aqui é muito maior: Qual será a postura do movimento trabalhista brasileiro? Ela será digna e compatível com a gigantesca tradição que este ostenta? O momento histórico praticamente implora pelo retorno do trabalhismo. Não por acaso, vieram com os militantes sinceros, toda a sorte de oportunistas e sabotadores. Será que o movimento trabalhista estará, tanto teoricamente, quanto em sua prática, à altura do desafio histórico?

Parte 2 – “Você não sabe o valor que o trabalhismo brasileiro tem...” — Por uma defesa intransigente da tradição do Trabalhismo Brasileiro e um avanço de sua prática e teoria:

Urge, portanto, que tal grupo que, na prática, já age como vanguarda, se organize propriamente para tal, sem nenhum receio ou constrangimento, pois, estando amparados na tradição e em sua história, não importa o tamanho do obstáculo, somos então, também, seus legítimos representantes. Basta que estejamos em sintonia com a verdade que esta representa.

Parafraseando, com certa liberdade artística, o que costumam dizer os camaradas maoístas: *“Ir ao combate sem temer! Ousar lutar, ousar vencer!”* A verdade é que cabe a nós, os mais jovens, tomar essa oportunidade histórica, de direcionar o movimento trabalhista, em nossas mãos. Se não vier de nós, da base, mais sincera e radical quanto a seus ideais, não virá de lugar algum.

Isso sempre foi desta forma, não por acaso a trajetória de Leonel Brizola, o homem que mais amou o povo brasileiro, quando jovem no PTB, foi marcada exatamente por essa postura intransigente de defesa da pureza da tradição, de seus ideais e premissas, sem nunca renunciar

seu avanço, desde que na direção correta, continuando a expressar a verdade da tradição.

Sua defesa apaixonada do nacionalismo-popular revolucionário no período pré-golpe de 64 expressa exatamente esta verdade, o inconformismo de quem percebia que a tradição não poderia ficar aquém do que seus compromissos históricos requisitavam, rumando cada vez mais para a concepção de criação de uma República Democrática Popular, sob inspiração da tradição do trabalhismo brasileiro em conjunto com todo o movimento socialista do Brasil.

Algo que fica claro no livro “*Trabalhismo e Socialismo no Brasil*”, de Moniz Bandeira, em seu capítulo sobre Brizola e a aliança entre socialistas e trabalhistas no período histórico tratado acima. Esta mesma verdade é reiterada quando no ato da confecção da “*Carta de Lisboa*”, no ano de 1979, quando Leonel Brizola proclama sido aclamado pelos presentes, que: “*O trabalhismo é o caminho brasileiro para o socialismo.*”

Tal afirmação guarda um enorme poder e, em simultâneo, uma enorme missão e responsabilidade: Se o trabalhismo não for, hoje, o caminho brasileiro para o socialismo, então temos um grave problema, e devemos corrigir as rotas e as teorias, porque, conforme proclamado por Brizola, a intenção prática e teórica do trabalhismo brasileiro, se até aquele ponto não era essa, daquele momento em diante seria uma só: **SER O CAMINHO BRASILEIRO RUMO AO SOCIALISMO.** Caso o contrário, tudo o que for feito é uma traição à verdade histórica representada pela tradição e seu caminho até aqui em contato com a classe trabalhadora, ou seja, o povo brasileiro, vendida como “*novidade anti-hegemônica*” ou como “*modernidade progressista*”.

Alguns demagogos e fariseus, pessoas que não sabem o valor que o trabalhismo brasileiro tem, e cuja única intenção é o oportunismo, retiram o nexo histórico e o contexto material da trajetória da tradição, desde seu nascimento até os dias atuais. Apontam para momentos longínquos da história da tradição do trabalhismo brasileiro, descontextualizando seu nexo histórico, como se a memória, ou seja, o espírito da tradição, não fosse um organismo vivo e dependente

daqueles que, portando seu estandarte, fizeram no passado, e, ainda hoje fazem a sua história.

A utilizam, porém, apenas como um compilado de argumentos prontos para posicionamentos, que no atual contexto, são, no mínimo, dúbios e vacilantes. Articular trechos da história da tradição conforme seus interesses, num jogo de espelhos, não respeitando seu próprio movimento autônomo ao longo da história rumo a uma concepção de construção do socialismo no Brasil, e da construção de uma República Federativa Democrática Popular, é revisionismo. Além disso, **UMA TRAIÇÃO AO ESPÍRITO DA TRADIÇÃO DO TRABALHISMO BRASILEIRO.**

Visto que tanto o primeiro grupo quanto o segundo descritos no começo deste texto, são majoritariamente anticomunistas e não muito simpáticos, nem mesmo, ao socialismo democrático, portanto, por desconhecer a tradição e seu percurso, estão mais afeitos a “comprar” concepções revisionistas e falsificadas.

Fica claro que, agora, a maior força capaz de defender a noção de construção do socialismo brasileiro pela tradição do trabalhismo, é, ainda que confuso, imaturo politicamente e em formação, o terceiro grupo referido no começo desse texto, associado a militância de base brizolista, que ainda tem muita força no movimento trabalhista, felizmente, ainda acreditam e reivindicam a construção do germe do socialismo aplicado no Brasil, chamando-o “Socialismo Moreno”.

CAPÍTULO 2. Trabalhismo e Revolução — *Um debate que não deve ser varrido para debaixo do tapete. Uma resposta a: “Não existe Trabalhismo Revolucionário”, de Guilherme Polidoro.*

Este artigo foi elaborado em resposta ao de nome “Não existe Trabalhismo Revolucionário”, de Guilherme Polidoro, à época ex candidato a vereador pelo PDT de Juiz de Fora — MG, publicado no dia 23 de dezembro de 2020, no Portal Disparada. Com fins de esclarecermos nossa posição e contextualizarmos o debate frutífero que ocorre entre as distintas interpretações acerca do desenvolvimento político e filosófico do trabalhismo brasileiro, ao final do presente artigo, disponibilizamos a íntegra do mesmo. Um agradecimento especial ao camarada Thalles Campagnani pela sugestão do trecho da entrevista concedida por Leonel Brizola a Monthly Review, inserida no corpo deste artigo.

Recentemente, no dia 22 de dezembro, foi publicado um artigo no Portal Disparada, também da autoria de um trabalhista, no que parece ser uma resposta a mobilização e organização de certas bases pedetistas fortemente identificadas com o socialismo e com a concepção de revolução brasileira. O autor, em alguns parágrafos, argumenta ser impossível conceber a ideia de um trabalhismo revolucionário, como se tal noção fosse uma contradição inescapável.

Tal aparente “contradição”, porém, não pareceria nada de tão absurdo assim para boa parte daqueles que viveram o Trabalhismo Brasileiro durante o século XX, como podemos perceber ao ler um trecho da entrevista concedida por Brizola para a mídia Monthly Review, em abril de 1964, encontrada na página virtual do Jornal a Pátria, e que não nos permite falseamentos:

MR — *Quais são as condições necessárias para essa luta?*

BRIZOLA — Organização e unidade. Nós tivemos problemas com os erros cometidos pelo partido Comunista e por Francisco Julião. Devemos, no entanto, reconhecer que Julião possui o grande mérito de ter despertado o setor mais oprimido da nossa população: os trabalhadores rurais. E nós acreditamos que todos esses erros serão superados. Nós não somos anticomunistas, recebemos bem a todos os brasileiros patriotas que venham a lutar pela libertação de seu país. O problema latino-americano tem de ser concebido como um problema de libertação nacional. Sem a libertação nacional não podem existir as reformas de base porque não se resolve o problema da pobreza.

MR — *Como o senhor pensa a revolução?*

BRIZOLA — Em primeiro lugar precisa ter unidade de todos os patriotas. É imperativo que a revolução encontre soluções socialistas. E não é uma questão de escolher uma doutrina de um livro. Somente as soluções socialistas é que permitem a defesa dos povos contra o imperialismo. (*Ele me interrompe, sorrindo, antes que eu possa fazer a próxima pergunta.*)

BRIZOLA — Você vai me perguntar como cheguei a estas conclusões. Na época em que me tornei governador, eu era político convencional com todos os preconceitos habituais. Eu estava convencido de que bastava uma boa administração, trabalhar duro para melhorar a situação do povo em todos os setores. Mas eu vi que o povo trabalhava mais e melhor e, apesar disso, estava ficando pobre. Então, eu tive a compreensão do problema da América Latina em conjunto.

Depois, quando tomei medidas contra determinadas companhias que nos exploravam, eu vi diante de meus olhos o problema da opressão imperialista. Olhe: é como se você e eu quiséssemos arrumar a mobília desta sala, mas alguém está carregando-a para fora. Aí chega uma hora em que não há mais mobília para arrumar. Por conseguinte, a primeira tarefa nossa é fechar a porta para impedir a espoliação.

Talvez o autor do já citado texto tomasse um susto ao perceber que, se fosse seguir tudo o que diz, teria que repreender também o velho Leonel, o homem que mais amou o povo brasileiro, e explicar-lhe, fundador de nosso partido e nosso militante modelo, quais normas ele violou.

Exatamente nesse sentido, respondendo ao colega, reforçando nosso ponto proposto no texto “*Caminho de Ação Trabalhista — Uma estratégia para o trabalhismo revolucionário tomar a vanguarda do movimento trabalhista*”, publicado no Portal Disparada em 12 de dezembro de 2020, e proondo ampliar ainda mais o debate sobre o tema em questão, trazemos ao público mais uma reflexão sobre o cenário político brasileiro, escrita e publicada no começo de 2020, antes da pandemia, e adaptada como resposta ao texto em questão, pontuando sobre a necessidade do movimento trabalhista atuar da mesma forma que fazia o velho Leonel, com uma **postura ambígua entre a reforma e a revolução**.

Sobre a necessidade de uma postura ambígua entre reforma e revolução:

Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás, mal começa esta a funcionar a onda de agitação se avoluma.

A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre, não querem que o povo seja independente.

Getúlio Vargas, Carta-Testamento. 1954.

A atual situação da República Federativa do Brasil é tenebrosa e incerta. Após um longo período de 21 anos de ditadura-militar, que cumpriu a função-lógica de disciplinar e reprimir a classe trabalhadora brasileira sob o consenso do acordo submisso de nossa classe dominante interna com as potências do ocidente geopolítico e corporações internacionais, num contexto de Guerra Fria entre os dois pólos econômico-sociais do globo, o presente parece seguir rumo similar, ainda que, em diferente contexto.

Se em 1964, a intenção do movimento golpista de militares,

empresários e senhores de terra era abortar o nascimento do Brasil Trabalhista Nacional-Popular das reformas de base de João Goulart, para manutenção do poder interno de nossa classe dominante e da correlação regional de poder militar/econômico das potências internacionais no tabuleiro geopolítico, no tempo presente a crise de 2008 — que tornou a gula das potências internacionais e das corporações ainda maior — e os levantes de “*Junho de 2013*” — que demonstraram a chance real de ruptura da democracia burguesa de fachada brasileira — em um contexto de guerra econômica entre a China e os Estados Unidos, foram motivo o bastante para que novamente o povo brasileiro fosse colocado sob a tutela das Forças Armadas, acopladas a um projeto internacional submisso aos interesses estratégicos dos EUA.

Diante de tal contexto, compreendemos que a implementação do Projeto Nacional de Desenvolvimento do Partido Democrático Trabalhista, por mais louvável e avançado que este seja perante as outras propostas da centro-esquerda reformista brasileira, ainda parece um “sonho” para todos os militantes socialistas que defendem a tradição do Trabalhismo Brasileiro.

Isso se dá não por mera inabilidade das lideranças trabalhistas, tampouco pela qualidade do projeto político — visto que o PDT pode se gabar de ser o único partido político brasileiro com um Projeto Nacional de Desenvolvimento que contemple um plano de metas e transformações de longo prazo — mas sim pelas extremas dificuldades, peculiares à atual condição política do Brasil pós golpe de 2016, que enfrenta todo o espectro político da esquerda partidária.

Se as eleições em uma democracia burguesa já são, em geral, vencidas pelo dinheiro e consistem em um misto de grande cassino e teatro, como podemos ter tanta fé cega em uma vitória eleitoral em um cenário de extensa judicialização da política, como fora demonstrado pela atuação focalizada da Lava-Jato em destruir a esquerda partidária brasileira, beneficiar os candidatos, a narrativa e a visão de mundo, de líderes políticos militaristas e reacionários?

Sobretudo quando as Forças Armadas já demonstram um elevado grau de tutela sobre a sociedade e quando já começam a se delinear

elementos funestos, que apontam para o endurecimento do regime, como a adesão de praças da PM as ideologias de extrema-direita, notadamente o “olavismo”, e a execução de violentos motins em nome de seus ideais e projeto político-econômico.

Seria ingênuo não nos perguntarmos: A via eleitoral, reformista, levada de forma tola, na democracia-burguesa, aparelhada por nossos inimigos de classe, é uma opção realmente possível? Não nos faltam exemplos em países vizinhos, como na Bolívia, que nos façam questionar e refletir sobre isso. Tal pergunta deveria ser feita por todo militante associado à esquerda, mas sobretudo pelos trabalhistas, que já possuem um “Projeto Nacional de Desenvolvimento”, por mais que lhe faltem importantes retoques para uma direção popular.

A democracia que eles querem é a “democracia” para liquidar com a Petrobrás, é a “democracia” dos monopólios privados, nacionais e internacionais, é a “democracia” que luta contra os governos populares e que levou Getúlio Vargas ao supremo sacrifício.

João Goulart, no Comício da Central do Brasil. 1964.

Se a resposta mais plausível for uma negativa, isso significa ser imperativa a necessidade de avançar na construção de uma teoria revolucionária e um debate sobre o conceito de poder, que contemple todo o pensamento e o acúmulo das lutas da classe trabalhadora ao redor do globo através das eras, considerando teóricos da revolução do quilate de Lenin, Mao Zedong, Ho Chi Minh, Marighella, Luís Carlos Prestes, Che Guevara e o próprio Leonel Brizola, que tinha sim uma reflexão sobre o tema, bem como inestimáveis teóricos da guerra, como Sun Tzu, Maquiavel e Clausewitz, compreendendo seus ensinamentos, e analisando o contexto e a realidade do Brasil no século XXI, para elaborar uma teoria revolucionária que sirva aos propósitos do Trabalhismo, o caminho brasileiro para o socialismo.

Isso não significa, cabe ressaltar, um convite para o fetichismo juvenil, para o esquerdismo, nem para uma luta armada mal planejada e fora de hora, mas apenas o reconhecimento dos fatos de que, se vivemos uma guerra política, midiática e jurídica, significa que também

temos que entender muito sobre a natureza da arte da guerra, sobre o conceito de poder, e refletir sobre quais são as formas de atuação mais propícias para nossas finalidades dado o atual contexto.

Ou seja, ao contrário do que afirmam alguns, pretensos “moderados”, se trata apenas de uma ação minimamente racional diante do problema que vivemos. Se os militares, parte do Judiciário e do Ministério Público já tutelam a sociedade, e se a via eleitoral reformista parece ser teatralmente obstaculizada, lembrando a antiga República Oligárquica — de forma que os que nos tutelam facilitam a vitória eleitoral daqueles que lhes agradem e atrapalham a de representantes da agenda do povo — qual a melhor postura a ser tomada pelo movimento trabalhista e por seus militantes?

Isso não pode ser tratado como uma reflexão menor, como querem fazer parecer alguns, pois é central para nosso momento histórico. Vivemos em um ambiente onde a via eleitoral é amplamente sabotada. Vejam a perseguição que sofre o prefeito pedetista de Niterói desde 2018. Esta prova que a única vitória eleitoral possível que possa ser “aceita” por nossos inimigos de classe ocorre mediante imensa pressão popular. Não fosse aclamado no seio de sua comunidade e não tivesse fortes bases sociais organizadas e mobilizadas em sua defesa, não terminaria o mandato.

O caso da eleição de 2018, opostamente, também nos comprova isso. Tivesse Lula uma enorme base popular nas ruas, pressionando as instituições, este não teria sido impedido de concorrer às eleições, e teria chances de vitória. Devido ao desgaste do neoliberalismo progressista (social-liberalismo), cujo projeto do Partido dos Trabalhadores foi sua última expressão nacional na nossa história recente e, por outro lado, da extensa propaganda ultraliberal e reacionária — que culpa o PT isoladamente, almejando manchar e destruir toda a esquerda — pelos pecados da aliança de conciliação de classes que envolviam quase todo o sistema político brasileiro, isso, como sabemos, não aconteceu.

O desgaste de todo o campo da esquerda nacional, onde as contradições da conciliação de classes promovida pelo Partido dos Trabalhadores encontraram, em determinado momento, seu ápice,

ocorre, em parte, pois a esquerda-partidária abdicou do ideal revolucionário e transformador e se sentiu demasiadamente confortável na cadeira de gestor local dos investimentos da banca. Curiosamente, isso é algo que alguns pretensos “moderados”, em seu afã de repetir a história como farsa, parecem convenientemente não se recordar enquanto criticam um suposto viés revolucionário “sujo”, em terceiros.

Ciro Gomes, importante representante atual da tradição do Trabalhismo Brasileiro sabe disso e, a despeito das virulentas críticas que sofre de um ecossistema de mídia ligado a adversários políticos na centro-esquerda, este radicaliza em seu discurso contra o neoliberalismo, com chances reais de expressão em uma possível eleição em 2022.

Ainda assim, como podemos estar tão certos de que teremos mesmo uma eleição? E se ela ocorrer, como podemos ter tanta certeza de que a coalizão que domina o poder, o dinheiro e as armas, não sabotará os resultados, ou não impedirá uma possível posse?

Até que ponto estamos dispostos a acreditar no formalismo e na ideia, e nos esquecer que na matéria, na realidade, a política é um jogo de poder e hegemonia? Para tomar consciência da realidade de tal perigo, basta se perguntar: “*Caso ocorresse o descrito acima, seria algo inédito na história brasileira ou latino-americana? Ocorreu algo de tal natureza recentemente?*”

No entanto, isso não significa dizer que nós, trabalhistas, devemos, nesse momento, ignorar os rumos do processo eleitoral e abandoná-lo completamente, deixando de trabalhar pelo Projeto Nacional de Desenvolvimento de Ciro Gomes à presidência em 2022 ou por outros representantes de nosso projeto ao redor do Brasil, mas que estejamos preparados para todas as possibilidades do momento, porque este é um período histórico imprevisível.

Nossos caminhos são pacíficos, nossos métodos democráticos, mas se nos intentam impedir, só Deus sabe nossa obstinação.

Leonel Brizola.

Brizola nos responde como devemos nos posicionar na frase acima. A melhor postura nesse momento, enquanto costura a criação de uma estratégia que possibilite pôr seu programa em prática, é uma **linha tênue e ambígua entre reforma e revolução**. É importante que se diga, todo militante trabalhista deve ter uma enorme e responsável compreensão acerca do processo que arregimentou diversos setores sociais e culminou na Constituição Cidadã de 1988. Ela é, no que há de seus aspectos mais positivos⁵, em grande parte, influência direta do ideário e visão de mundo dos trabalhistas brasileiros.

Nesse sentido, observamos nossos inimigos de classe anularem, na prática, a Constituição Cidadã, através, por exemplo, da “PEC do Teto de Gastos”, que restringe a capacidade de investimento do Estado, da “Operação Lava Jato” — com uma série de entendimentos duvidosos contrários a nossa interpretação jurídica nacional —, e outra série de emendas e entendimentos jurídicos que ferem o espírito geral da constituição, um ataque fatal a nossa Carta Magna.

Não poderíamos deixar de pontuar que Jair Bolsonaro e sua turba, tendo o apoio de militares, fomentam guerra de informação, propaganda em massa e guerra psicológica contra a população brasileira e não se acanham em ameaçar o Supremo Tribunal Federal e o Congresso, quando conveniente.

Lembremo-nos de quando logo após o impedimento da ex-Presidente Dilma, uma turba de extremistas de direita, invadiu o Congresso, subiu na mesa diretora e paralisou suas atividades. Tal evento consistiu naquilo que chamamos “teste de força”. Como podemos ter certeza de que agora, se sentindo empoderados, estes não consigam incitar ainda mais os infelizes lunáticos e psicóticos que os seguem, almejando golpear a atual ordem desta velha democracia burguesa de fachada que representa a Nova República, que respira com a ajuda de aparelhos?

⁵ Quanto aos seus aspectos negativos, compreendemos o jogo de forças operado durante todo o processo de abertura política e econômica brasileira, cujo ápice foi o processo da Constituinte. Nesse sentido, é importante a compreensão de que forças populares e da classe dominante influíram nesse processo e que, como uma consequência das condições históricas do período, a Constituição Cidadã de 1988 representa um pacto social para a ordenação de uma democracia burguesa, reequilibrando as disputas de poder e assegurando o controle da classe dominante.

Diante dessa situação, que certeza teríamos de que o povo — a tanto aviltado independente de governos desde que a ditadura empresarial militar encerrou por 21 anos o nosso tão sonhado processo de maturação política rumo a construção de nosso próprio caminho emancipador — se sentiria contemplado por esta e viria em seu socorro?

Em um contexto em que vislumbram fracasso econômico inicial, a coalizão entre classe dominante local, militares, potências estrangeiras, corporações internacionais e seus representantes no sistema político brasileiro, pode optar pelo endurecimento do regime para assegurar nosso alinhamento a um lado específico no “grande jogo geopolítico” que acontece no momento, não necessariamente sob a batuta de Bolsonaro. O futuro é incerto, e uma das únicas certezas é que o outro lado pode ter, sim, pretensões golpistas.

*Essa espécie de democracia (burguesa) é
como uma velha árvore coberta de musgos e folhas secas.
O povo pode um dia sacudi-la com o vendaval de sua cólera,
para fazê-la reverdecer em nova primavera, cheia de flores e frutos.*

Getúlio Vargas, 1946, discurso em Porto Alegre para comício do PTB.

A ambiguidade entre reforma e revolução se mostra central para qualquer estratégia futura do movimento trabalhista por um bom motivo: Se este se demonstrar demasiadamente revolucionário, pelo seu tamanho e por sua importância, será abortado antes mesmo de elaborar no decorrer do processo, a teoria revolucionária e a reflexão sobre poder e hegemonia de que tanto precisa, bem como as bases para pô-las em prática.

Por outro lado, se este renegar sua “pimenta revolucionária”, o desenvolvimento de sua história e sua atual missão no presente, comportando-se demasiadamente reformista, no nosso atual contexto, não conseguirá mobilizar forças na classe trabalhadora e mesmo que por um milagre consiga assumir o poder nos marcos dessa democracia-burguesa avariada, será alvejado e consumido, sem as

bases radicais que necessita para resistir, até ser golpeado, como a experiência histórica já nos mostrou em 54 e em 64.

- “*Não existe Trabalhismo Revolucionário*”, por Guilherme Polidoro, publicado originalmente no Portal Disparada no dia 23 de dezembro de 2020.

“*O conceito de Trabalhismo Revolucionário é errado por si só. Nós, os trabalhistas, com o perdão da redundância, trabalhamos com o conceito de legalidade. Isso significa disputar poder, implementar nosso projeto de estado e modificar a sociedade por meio da democracia, do voto, do respeito às leis e a Constituição, nunca e jamais por meio de ruptura revolucionária.*

Na realidade, quando pegamos em armas por algo é justamente para defender esses cacos de democracia que conquistamos com muito suor e sangue como povo. E é dentro desta democracia que desejamos implementar e expandir tanto as liberdades democráticas e a democracia econômica para o povo da nação brasileira, com uma exigindo a existência da outra.

Para quem procura rupturas revolucionárias e esse tipo de coisa fora do conceito legalista, o lugar não é no PDT. A quem possa citar Vargas, esse não nasceu trabalhista. O mais correto seria afirmar que foi tornando-se trabalhista ao mesmo tempo [em] que ajudava a criar a ideia.

Mais tarde, com a invenção do antigo PTB e com a sua eleição em 50 — aí sim! — podemos ver a defesa pelas democracias políticas e econômicas, a defesa do Brasil e de seu povo, a defesa da soberania da nação. Colocar a Revolução de 30 como uma revolução trabalhista é além de anacrônico, desonesto intelectualmente.”

CAPÍTULO 3. Trabalhismo e Revolução — *O problema fundamental da memória para a tradição. Uma resposta a: “Ainda sobre o caráter revolucionário ou não do PDT”, de Paula Viol.*

Este artigo foi elaborado em resposta ao de nome “Ainda sobre o caráter revolucionário ou não do PDT”, de Paula Viol, presidente do PDT em Juiz de Fora — MG, publicado no dia 24 de dezembro de 2020, no Portal Disparada. Com fins de esclarecermos nossa posição e contextualizarmos o debate frutífero que ocorre entre as distintas interpretações acerca do desenvolvimento político e filosófico do trabalhismo brasileiro, ao final do presente artigo, disponibilizaremos a íntegra do mesmo.

Em primeiro lugar, neste dia significativo (24 de dezembro de 2020), gostaria de desejar boas festas a todos e congratular, em especial, tanto o Portal Disparada — por permitir que ocorra um debate teórico e ideológico tão aprofundado — quanto todos os debatedores e articulistas que, com este veículo, colaboram.

Recentemente foi publicado um artigo que parecia ser uma resposta a mobilização de certas bases pedetistas identificadas com o socialismo e com a concepção de Revolução Brasileira, construída no século XX. Tal texto gerou a oportunidade para um debate profundo sobre o Trabalhismo Brasileiro.

Nesse sentido, representaram nossa posição em relação ao debate os seguintes textos, de autoria do vice-presidente do Núcleo de Base Caminho Brasileiro Para o Socialismo, Daniel Albuquerque, de título: “*Trabalhismo e Revolução: Um debate que não deve ser varrido para debaixo do tapete*”, uma defesa de pontos difundidos em texto anterior, “*Caminho de Ação Trabalhista*”.

Seguindo com o fluxo ritmado da troca de argumentos, hoje, véspera de Natal, foi publicada uma tréplica sobre o tema, que esmiúça e aprofunda as proposições do texto que iniciou este debate (Ver “*Não existe Trabalhismo Revolucionário*” e a nossa resposta em “*Trabalhismo e Revolução: Um debate que não deve ser varrido para debaixo do*

tapete".) Faz-se necessário, portanto, responder alguns pontos, que não podem escapar da crítica.

Sobre o problema fundamental da disputa pela memória:

Antes de iniciar esta reflexão, deve-se fazer uma importante ressalva, para evitar qualquer equívoco, como na brincadeira infantil conhecida como “telefone sem fio”, que o objeto de análise do texto anterior foi o Trabalhismo Brasileiro, em abstrato.

É importante ressaltar, para não existirem incompreensões, que nunca esteve em questão a posição institucional do glorioso Partido Democrático Trabalhista, fundado por Brizola, para ser o refúgio do povo, um partido de massas, capaz de abrigar as mais variadas correntes de pensamento da classe trabalhadora e, como pactuado na Carta de Lisboa, levar o Trabalhismo a ser o caminho brasileiro para o socialismo. Fato que, não se pode nunca, em hipótese alguma, ser ignorado.

Após explicitada a intenção, e limitando qualquer futura incompreensão, tem início esta breve exposição. Em seu célebre texto chamado “*Teses sobre o conceito da história*”, publicado em 1940, o renomado filósofo marxista Walter Benjamin lança as bases para uma das mais belas elaborações teóricas no ramo da filosofia da história.

Nesta obra, Benjamin alude para o fato da duplicidade da construção histórica que é, também, estória. Construída por nossos atos no presente, mas enquanto organismo vivo, depende da transmissão da memória e sobretudo, de qual classe tem o monopólio de escrever a história. O autor propõe, então, o que pode ser entendido como a existência de uma dialética da lembrança e do esquecimento, operada pela classe que detém tal monopólio. Além disso, Benjamin, em sua forma característica, na sua sexta tese sobre a história, também observa como o mesmo processo, por vezes, ocorre no seio de tradições e ideologias:

“Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.”

Walter Benjamin, “Teses sobre o conceito da história”
— Tese número 6, 1940.

Sobre tal reflexão, e em resposta ao referido texto, é importante destacar que estão corretas as citações de autores do quilate de Ângela de Castro Gomes, cujo material historiográfico deve ser cuidadosamente estudado por todos os expoentes do movimento trabalhista, bem como o texto daquele que é conhecido como o primeiro quadro doutrinário da tradição do Trabalhismo Brasileiro, Alberto Pasqualini, cuja memória, para todos que almejam uma verdadeira compreensão da história do trabalhismo no Brasil, deve ser preservada e tratada com muito carinho.

Dito isso, não se poderia deixar de fazer algumas ressalvas: **O movimento trabalhista e sua formulação teórica, não surge, como os apologistas de visões idealistas da história poderiam afirmar, de personalidades ou pessoas, mas de demandas e agendas sociais bem delimitadas e reconhecidas**, como bem afirma o historiador marxista Moniz Bandeira, fiel escudeiro de Brizola, em seu livro *“Trabalhismo e Socialismo no Brasil”*, no capítulo sobre a criação do antigo PTB.

Pensar diferente disso seria simplificar as coisas. Nesse sentido, os critérios e marcos temporais utilizados nos textos aqui respondidos, por demais metafísicos, ignoram uma multiplicidade de fatores e causas, terminando por anular o nexo histórico e delimitando o debate na figura de um teórico em especial. Se estivéssemos tecendo este debate em 1945, provavelmente não haveria nada a declarar.

Mas será mesmo que, em 2020, já não tenha ocorrido um aprofundamento deste debate? A tradição intelectual do Trabalhismo Brasileiro se encerra, então, em Pasqualini e vivemos em um hiato de 75 anos, onde não existiram, por exemplo, Darcy Ribeiro, Alberto Guerreiro Ramos ou Theotônio dos Santos?

Espanta que o “retorno a Pasqualini” pareça se dar, exatamente para ignorar o que veio após este, em outro contexto, onde as contradições em nossa sociedade afloravam. Porque o foco em Pasqualini, e o silêncio, por exemplo, sobre o Brizola do pré-64?

Se apoderar da própria história é ato de rebeldia, que não deveria ser deixado de lado sobretudo por nós, trabalhistas, os mais atingidos pela dialética da lembrança e do esquecimento operada pela classe dominante brasileira, visto que, em parte, a funesta ditadura militar, cumpriu papel lógico de frear o avanço popular do antigo PTB para sobretudo, atingir e macular sua história, lhe negar memórias, perseguindo seus principais militantes e teóricos, principalmente os mais radicais, consequentes e afinados com a perspectiva de construção do socialismo no Brasil, bem como pensadores práticos da questão revolucionária.

Ironicamente, os mesmos que estão sendo apagados e desbotados nas memórias daqueles que este texto responde. Exatamente nesse sentido, e novamente respondendo sobre trabalhismo e revolução, trazemos aos leitores deste debate o trecho abaixo, que figura na página 33, do livro *“Trabalhismo e Socialismo no Brasil”* de Moniz Bandeira, que explica sobre a posição de Brizola, no já referido período, após extensa reflexão sobre o caso cubano, fato aparentemente esquecido por aqueles que fazem força para não conceber a possibilidade de existência de um trabalhismo revolucionário:

“A execução das reformas, reclamadas pelo desenvolvimento do Brasil, só seria possível com o estancamento do processo espoliativo, à base de profunda revisão nos termos de intercâmbio com os Estados Unidos. E isso acarretaria a sua reação. Brizola não se iludia. Estava já consciente de que a estrutura interna da sociedade brasileira e o processo espoliativo, dirigido pelos Estados Unidos, eram “partes inseparáveis do mesmo sistema”. E dizia: “Reconheço e proclamo que nos encontramos numa ordem capitalista, recolhendo migalhas. Mas situo-me entre aqueles que desejam abominar corajosamente, decididamente, os males do

capitalismo. E, ainda mais, situo-me entre os que julgam que, para enfrentarmos os problemas que nos afligem que infelicitam nossas grandes massas populacionais, não poderemos fugir a muitas soluções de cunho nitidamente socialista[146].

Brizola advertia que ou as reformas se realizavam democraticamente, ou o povo brasileiro irromperia pelo caminho da insurreição, o que ele considerava um direito[147], não somente contra a tirania, mas também para libertar-se da fome, da miséria e do atraso.”

Moniz Bandeira, Trabalhismo e Socialismo no Brasil, p. 33, 1985.

Cabe dizer, não existe nenhum problema em defender os pontos de vista de Pasqualini, pelo contrário. No entanto, como apontado anteriormente no “Caminho de Ação Trabalhista”, é mais que importante a compreensão de que não podemos nos esquecer nunca que ***a tradição é algo vivo, e que tem uma história e um movimento de construção, por parte daqueles que erguem seu estandarte ao longo das eras, enquanto se relacionam com as demandas materiais da classe trabalhadora em cada período histórico.***

Como sabemos, o Trabalhismo Brasileiro enquanto cultura política percorre todo um movimento histórico — inserido no desenvolvimento do processo histórico brasileiro — refletindo, fazendo autocríticas e constantemente se auto superando em suas concepções. De forma que o trabalhismo como pensado por Pasqualini foi extensamente submetido a críticas internas no período e superado ideologicamente por seus sucessores intelectuais no partido que, em suas próprias concepções, como ocorre em toda escola de pensamento, ainda aludem aos pontos positivos do primeiro sem o temor de criticar o que consideravam erros e equívocos para, com isso, avançar com a teoria.

Apontar para momentos longínquos da história da tradição do trabalhismo brasileiro descontextualizando seu nexo histórico, a utilizando, porém, apenas como um compilado de argumentos prontos para posicionamentos que, no atual contexto, são, no mínimo, dúbios e vacilantes, para além de um equívoco é, também, uma espécie de revisionismo. Que, como todo revisionismo, mina a capacidade crítica de compreensão do real e enfraquece as bases teóricas do movimento trabalhista, um legítimo instrumento da classe trabalhadora.

- “Ainda sobre o caráter revolucionário ou não do PDT”, por Paula Viol, publicado originalmente no Portal Disparada no dia 24 de dezembro de 2020.

“Absorvendo um pouco do espírito natalino onde o velho de barba e que veste vermelho está nos centros dos debates políticos trabalhistas, resolvi me dar o direito para tréplica na seara aberta, se o PDT é revolucionário ou não. Qual é então o caminho a ser seguido? Começarei com o conceito de “invenção do Trabalhismo”, de Angela de Castro Gomes. Esse ponto é curioso: Vargas não inventa o trabalhismo. O trabalhismo enquanto mote político, enquanto ideia, nasce na transição democrática do Estado Novo à República de 46.

Tanto que a “invenção do Trabalhismo” tem na propaganda — e nos discursos do Ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho — um dos seus grandes propulsores (Martinho, 2007). Visto que o ambiente futuro seria o democrático, era preciso vencer pela persuasão discursiva. O trabalhismo nasceu enquanto estratégia de “mobilização popular” democrática e tornou-se uma tradição política para democracias livres.

Meu argumento não é descabido e Alberto Pasqualini é a minha inspiração. O grande intelectual que se arrogou a responsabilidade de teorizar o trabalhismo fez sua cama na Revolução de 30, e anos mais tarde afastou-se de seu cargo portando críticas explícitas ao Estado Novo e à postura autoritária de Vargas (Miranda, 2013).

Além disso, Pasqualini tem a contribuição central de apresentar em seu pensamento a ideia de “justiça social” e “solidariedade entre as classes”. O teórico reformista advogava a visão de que o trabalhismo funciona dentro de um ambiente institucional forte, onde a liberdade é o mote para a emancipação humana.

“Creio que a melhor forma de realizar a justiça social será ainda empregando os métodos da liberdade e não os processos da violência e da coação. Nenhuma transformação ou organização social estável será possível se, ao mesmo tempo, não se reformar o caráter e não se aperfeiçoarem os sentimentos dos homens.”

(MIRANDA, 2013, p. 111 apud PASQUALINI, 1948, p.39).

“Vê-se, pois, que não existe nenhuma afinidade ideológica e doutrinária entre o trabalhismo e o comunismo. Nossos métodos e nossas soluções não se baseiam na luta de classes, mas na solidariedade entre as classes”

(MIRANDA, 2013, p. 111-112 apud PASQUALINI, 1948, p. 41).

Sendo assim, Pasqualini nos coloca o desafio de pensar nossas instituições para além do carma da “democracia burguesa”. O Estado não é um ente útil a uma etapa do processo ou de uma fase que ainda chegará: a sociedade sem classes. O Estado é a ferramenta central de promoção da redistribuição da riqueza, dentro de uma sociedade democrática, a reatualização de sua inspiração keynesiana. Ciro nos diz que o Estado no Brasil é um “Robin Wood às avessas, tira do pobre para dar ao rico”. É por isso que nós, trabalhistas reformistas, queremos instituições fortes para podermos eleger um projeto que retorne a teoria do Robin Hood à seu significado inicial.”

CAPÍTULO 4. Sobre Brizola no pré-64 e os “Comandos Nacionalistas”.

Quando estuda-se sobre a conjuntura pré 1964 e percebe-se que Brizola, que pese ter pressionado João Goulart com suas atitudes e lhe gerado certas situações desconfortáveis que poderiam ser evitadas, tinha toda razão em acelerar e apressar o processo de formação de “Comandos Nacionalistas” e das células descentralizadas por todo o Brasil, formadas por até onze militantes.

Brizola percebia, corretamente, que dado o contexto, após a campanha golpista contra Vargas que culminou em seu suicídio, a tentativa de impedir a posse de JK — esta garantida pelo General Lott — e a tentativa de impedir a posse de João Goulart — esta garantida pela Campanha da Legalidade, em 1961, levada à cabo pelo próprio Brizola — se fazia necessário a demonstração de poder real e efetivo por parte das massas da classe trabalhadora.

Se não fosse à marra, demonstrando poder e amedrontando nossos inimigos de classe, a esquerda não passaria nem um mísero projeto. Nesse sentido, a mobilização e organização de suas bases em “Comandos Nacionalistas” servia tanto para garantir a implementação integral das “Reformas de Base”, quanto para resistir a um eventual movimento golpista.

Conforme os arquivos do CPDOC e segundo Glauco Carneiro, chegaram a existir no Brasil cerca de 1.298 grupos “dos Onze”. No início de 1964, Brizola afirmou que os grupos já contavam com cerca de duzentos mil integrantes. Na prática, porém, o movimento nunca teve um grande funcionamento efetivo.

Tal iniciativa do velho Leonel sofreu imensas críticas à época, tanto dos setores mais conservadores e reacionários da direita (UDN e PSD), quanto de representantes do PCB e do próprio PTB. Tal fato pode ajudar a explicar sua paralisia.

Dentre tais críticos no espectro da esquerda, estava Luís Carlos Prestes que, apesar de toda nossa admiração, se enganou ao acreditar na primazia do “esquema militar”, confiando por demais nas instituições e na ordem vigente naquele período, em detrimento da radicalização das bases e da criação dos “comandos populares”.

Brizola sabia que, num período como aquele — e isso vale de reflexão para nosso tempo — a única forma da esquerda conseguir “*jogar o jogo*” era se utilizando de uma postura ambígua entre reforma e revolução.

CAPÍTULO 5. O legado de Brizola entre o horror, o suspense e a tragédia.

A história, longe da assepsia de uma ciência exata, antes é, como nos disse o filósofo alemão Walter Benjamin, fabulação, narrativa. Seria possível, portanto, classificar tais narrativas em gêneros e modelos literários? Ainda que para alguns, a resposta seja não, o exercício se mostra particularmente interessante quando analisamos a história do Brasil. Como classificariamos nosso período colonial? E nosso período imperial?

Provavelmente concordaríamos em dizer que estas foram narrativas de horror, suspense e grotesco, uma espécie de “ero guro”, gênero japonês caracterizado por expressar o pior das deformações morais em desenhos igualmente bizarros. Mais interessante ainda, seria pensar em nosso período Republicano.

Pensemos na instauração da República, que se deu não para a criação e organização de um Estado que servisse aos interesses do povo brasileiro, mas apenas para passar o poder das mãos dessa figura política e socialmente abominável, o Imperador, para as mãos das igualmente execráveis oligarquias regionais, que em sua unidade, formalmente eram nossa classe dominante!

A “República Teatral”, porém, embora idealizada por aqueles do andar de cima, como ilusão, ao ser movida pelas necessidades e conquistas de nossa classe trabalhadora, não tardou a acreditar na própria farsa e querer se tornar em uma República de verdade, ou seja, na materialização da união de nosso trabalho e espírito, na forma de infraestrutura coletiva, socializada para o benefício de todo o nosso povo e de nossos irmãos seres humanos ao redor do globo.

Tal batalha, entre as forças que queriam uma república para os brasileiros e aqueles que pretendiam manter a antiga ordem sob a face de uma república teatral, foi precisamente o nexo central de nossa história durante todo o século XX. Podemos afirmar, sem sombra de dúvidas, que até aqui a história da República Federativa do Brasil vem sendo mesmo uma tragédia.

Não o digo no sentido banal, pequeno, mesquinho. Pelo contrário, a história do Brasil durante o século XX, guarda horrores, mas também, uma beleza sem igual. O termo tragédia, portanto, deve ser aqui empregado em um sentido particular e original do termo, que se refere ao antigo gênero artístico grego.

Sintetizando tudo acima exposto, poder-se-ia dizer que a história de nossa República no século XX foi como uma tragédia grega, gênero onde o ponto de partida já define o fim da história, em que padece nosso herói, mas ainda assim, este nos faz crer que irá superar os deuses e seu destino, apenas para não concluir seu objetivo em uma espécie de anticlímax.

Particularmente no caso de nossa história, capítulos como estes não nos faltaram. Getúlio Vargas, João Goulart, Prestes e Brizola, todos, em suas diferenças, carregam consigo semelhanças, dentre outras coisas, na forma da estrutura-lógica de suas tragédias individuais, tão entrelaçadas com nossa tragédia republicana. Como diria um dos maiores intérpretes da cultura brasileira, Chico Buarque: “*Faz tempo que a gente cultiva a mais linda roseira que há; mas eis que chega a roda-viva, e carrega a roseira para lá*”.

Poderia Sófocles pensar em tão bela e melancólica tragédia? Qual seriam os impactos de tal narrativa na cultura e espírito de nosso povo? Para um país que é vendido e que se vende como um exemplo de “alegria”, causa espanto e certa curiosidade quando constatamos que apenas estivemos entre o horror, o suspense e a tragédia. Esse fenômeno certamente não nos ocorreu por acaso.

Como nos deixa claro em sua obra chamada “*Teses sobre a história*”, Walter Benjamin, a história é feita, e sobretudo, perpetuada, tanto na construção de seus mitos e narrativas, quanto na realidade presente, ativamente, em batalhas reais, de vida e morte, e, em geral, a “história oficial” é a história da classe dominante, que vive de suprimir e moer aqueles que todas as riquezas produzem, os trabalhadores.

Isso, porém, não significa que estamos destinados ao masoquismo, por amar tal mal-afortunada pátria e tão espirituoso povo. Quando tratamos de textos literários, quando não gostamos da narrativa, poder-se-ia culpar o autor. Muito mais complicado, porém, é entender

quem dita e escreve nossa história “por nós”, sobretudo quando se observa o presente imediato.

Este é o ato inicial para o despertar de nosso povo e nossa pátria. Para tal, é necessário olhar a interação e a correlação de forças entre as classes sociais, o modo e método de produção e organização do trabalho durante certo período histórico.

Afinal, quem são estes que saqueiam o Brasil e impedem que nossa “República Teatral”, meramente formal, se torne uma pujante República verdadeiramente popular? Disso analisado, a Tragédia da “República Teatral” só irá se tornar num épico, quando nossa história for escrita pela classe trabalhadora, por nosso povo, a quem convém apenas redenção, e não mais tragédia.

Exatamente por isso, rogamos por uma vitória real contra o bolsonarismo e o neoliberalismo, não uma vitória de pirro ou nova farsa. Isso só virá com a ***hegemonia intelectual e moral de um projeto soberano e socialista em nossa sociedade***. É algo que vai muito além de eleições formais e disputas partidárias vãs, ambas muitas vezes oportunistas.

CAPÍTULO 6. Os maiores equívocos de Getúlio Vargas.

*“Ao ódio respondo com o perdão.
E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória.”*

Getúlio Vargas, Carta-Testamento. 1954.

Muitas das vezes quando criticam Getúlio Vargas não é superada a barreira da visão idealista da história, isso é, uma visão pautada no indivíduo e em grandes figuras, como se da vontade destes dependesse todo o processo histórico. Isso é, claramente, um equívoco de interpretação.

Contudo, Getúlio não é, evidentemente, imune a críticas por conta disso. Na realidade, como nos deixou de ensinamento o próprio Mao Zedong, ávido conhedor de Sun Tzu, poucas são as oportunidades que mais nos ensinam do que quando analisamos as virtudes e os erros de nossos inimigos.

É exatamente por isso que devemos ao nosso mais célebre inimigo de classe a justeza da análise, para que nosso movimento e o próprio grau de consciência política da classe trabalhadora brasileira possa avançar rumo a uma interpretação científica da opressão que esta sofre, e do sistema de produção que a tudo isto rege e regula.

Para tal, nos cabe escapar do afã de utilizar as lentes da ideia, e focar na análise do real. Lembrando-nos sempre que é impossível e incoerente julgar uma macieira pelo fato desta não frutificar laranjas. Os personagens históricos são, pois, sempre, escravos de seu contexto.

É irreal e injusto com o juízo histórico julgar um oligarca positivista de formação e com uma interpretação idealista e utópica de socialismo, que só amadurece plenamente no ato de sua nota de suicídio, por não ter sido o que, imbuídos em nossas crenças e métodos de análise a posteriori, gostaríamos, hoje, que este tivesse sido.

Nesse sentido, Getúlio Vargas, que muitos costumam tratar pejorativamente e superficial com o adjetivo “maquiavélico”, que muito ao contrário de ter o controle total da situação em qualquer momento nesse período, se equilibrava em um jogo extremamente complicado de

forças relativo ao próprio processo de 30 e nunca esteve posicionado de forma totalmente segura.

Como explicou o gênio marxista Nelson Werneck Sodré, que , trabalhou na revista de cultura do órgão de imprensa e propaganda do Estado Novo, em seu livro chamado *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*, Vargas foi, no limite, um instrumento da história e o mais esclarecido membro da classe dominante brasileira até aquele período⁶.

Para aqueles que se chocam com a brutalidade do período de 1930 até 1945, ao ler tais palavras, pelos padrões de hoje, deve compreender que a história de nosso país, para além de uma história que nos reserva muitos gozos e belos momentos, é uma história de miséria, sofrimento, violência e brutalidade para a maioria dos que aqui viveram, sobretudo antes do período de 1930.

No período de 1930 até 1945, como nos relata o historiador Moniz Bandeira, o Brasil viveu a primeira eleição relativamente justa e com participação popular marcante de sua história⁷. O arbítrio e a violência, na maior parte de nossa história, em nome de entes externos é, pois, a forma natural de governo por aqui.

O ordenamento jurídico utilizado como roupagem dessa ou daquela tirania sempre importou menos neste processo, é apenas aparência, que se relaciona com a essência de nosso problema central há mais de dois séculos. Tal método do formalismo, do teatro liberal esclarecido, foi sendo aperfeiçoado durante a República Oligárquica — que em muito se parece com a Nova República de 1988, cabe dizer —, chegando a quase perfeição de sua crueldade que, mediante aparência esconde a essência e a relação desta, e que, no entanto, foi rompida pela Revolução de 1930.

Vargas se ancorava na classe trabalhadora ao tutelar a aplicação de sua agenda, nos militares, no clero e nas oligarquias dissidentes para submeter o antigo pólo do poder político-econômico nacional a algumas derrotas, que até hoje se mostram importantes para o destino do Brasil. Na esfera internacional, este tentava introduzir nosso país no grande jogo geopolítico, seguramente, e se equilibrava entre os Aliados e o Eixo. Para dizer a verdade, como assevera o historiador marxista Moniz

⁶ Nelson Werneck Sodré — *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*, 1990.

⁷Moniz Bandeira — *Trabalhismo e Socialismo no Brasil*, 1985.

Bandeira em seu livro chamado “*A presença dos Estados Unidos no Brasil*”, a maior fração dos militares tinha simpatia pelo Eixo, enquanto a burocracia civil por norma nutria admiração pelos Aliados⁸.

Nesse sentido, ao contrário do que afirmam alguns se baseando nas velhas fontes do antigo PCB, há muito comprovadas incorretas quanto a este tema, inclusive pelo estudo de marxistas brasileiros como Moniz Bandeira que obtiveram acesso a documentos secretos do período, tanto os EUA quanto a Inglaterra haviam sabotado o processo insurrecional de 1930, tanto por nutrirem as Oligarquias dominantes de equipamentos, quanto por negarem legitimidade internacional ao governo provisório o máximo que lhes foi possível⁹.

Além disso, ambos, EUA e Inglaterra, também auxiliaram a Revolta Paulista de 1932 com o intuito de reaverem uma situação similar à anterior a 1930, onde tinham seus interesses assegurados sem nenhuma preocupação¹⁰. Um dos maiores erros de Getúlio, de forma inequívoca, foi debelar e reprimir a ANL em seu nascedouro.

Ao contrário do que se costuma especular e ouvir por aí, a ANL inicialmente não estava sob o comando ou hegemonia das forças que no futuro se transformariam no PCB como o conhecemos no século XX, pelo contrário, era formada da fração de esquerda das forças contraditórias que de alguma forma, mesmo que indiretamente como no caso de Prestes, auxiliaram na revolução democrático-burguesa inconclusa de 1930, como, por exemplo, o célebre Miguel Costa¹¹.

A ANL surgiu como um autêntico movimento nacional popular orgânico, composto por socialistas utópicos, jacobinos positivistas, marxistas e nacionalistas de esquerda, que representava os interesses e a agenda de lutas da classe trabalhadora brasileira que se agitava desde o começo da década de 20 do século XX por alterações profundas nas estruturas que formam e reproduzem a sociedade brasileira.

Nada mais pleiteavam que não a disputa, pela esquerda, da hegemonia do processo revolucionário de 30, o avanço e o cumprimento

⁸ Moniz Bandeira — *Presença dos EUA no Brasil*, 1978.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

¹¹ Richard Bourne — *A Esfinge dos Pampas*, 2012.

de tal agenda construída anteriormente. Não por acaso alguns dos membros mais célebres da ANL estiveram no episódio ocorrido em 1932 e narrado pelo historiador Moniz Bandeira em seu livro, *Trabalhismo e Socialismo no Brasil*, onde a pedido de Getúlio Vargas é convocada uma reunião para a fundação de um partido que representasse as forças envolvidas na revolução de 30 e deveria ter o nome de Partido Socialista Brasileiro¹². Tal tentativa, porém, não prosperou pelo ocorrido conhecido como Revolta Paulista de 32 e uma obstrução do clero, ainda que o Partido Trabalhista Brasileiro, de certa forma, tenha cumprido este papel de 1945 em diante.

Ciente de que não conseguiria controlar, pois, não tinha mais poder que estes, os militares com tendências ao Eixo, alguns sabidamente integralistas, o clero extremamente conservador, e as potenciais intrigas e traições das oligarquias com ligações com Inglaterra e EUA, Vargas se viu num dilema, aí sim, verdadeiramente maquiavélico:

Ao perceber que a única das forças sobre as quais se equilibrava — que lhe parecia seguro crer que poderia controlar, a saber, a classe trabalhadora — *poderia ser tomada de sua aliança devido ao crescimento expressivo da ANL*, Vargas, ao invés de fechar um acordo, praticou o primeiro debelo de tal movimento em seu nascedouro.

Quem conhece a história do aparato militar da época e suas práticas, advinda do “know how” de nosso país em debelar inúmeros levantes populares desde o Império até a República Oligárquica, e entende o quanto reacionário eram alguns dos quadros militares daquele período, pode entender perfeitamente o quanto violento foi o ataque do aparato repressor sobre este movimento que era advindo das mesmas contradições que tornaram a Revolução de 30 possíveis.

Isto, claro, levou tais grupos para uma posição cada vez mais ultra-esquerdistas, e conferiu a Prestes e a estrutura moderna que seria o PCB uma facilidade para obter o controle e hegemonia sobre a ANL, o que culminou para um cálculo incorreto e uma decisão inequivocamente ruim durante o levante de 1935.

¹² Moniz Bandeira — *Trabalhismo e Socialismo no Brasil*, 1985.

Com isso, é possível afirmar que Getúlio Vargas havia perdido aquilo que, em outros momentos de sua história, poderia ter sido uma aliança tática em troca de concessões generosas em seu programa, com um grupo que lhe servisse como vanguarda popular, aumentando exponencialmente o apoio das massas a seu governo, em um contexto onde a maioria da classe trabalhadora ainda estava desorganizada.

Pior que isso, se da primeira repressão contra a ANL até o levante de 35 o sentimento anticomunista — que a bem da verdade já existia, mas foi estimulado, em determinados momentos pelo próprio Vargas inclusive — já havia crescido e revertido em lucros em benefício da estabilidade da Revolução de 30 e do governo provisório, este se tornou também um fator de crescimento dos integralistas, expandido gigantescamente após 1935 no auge da paranoia anticomunista, tornado-os um perigo real e concreto de tomada da hegemonia do processo da Revolução de 30 pelas mãos da extrema-direita liderada por Plínio Salgado.

Ao tomar a saída da repressão no nascedouro da ANL, Vargas acabou por criar as condições propícias para que os integralistas se propagandassem como melhores opções para gerenciar a repressão. Para além disto, contavam com a “vantagem” de já terem enraizado diversos quadros e simpatizantes nas Forças Armadas. Ao mesmo tempo, a data para as eleições de 1938 se aproximava e a aliança entre integralistas e as oligarquias parecia um evento inevitável.

Estava posta já nesse momento uma real ameaça a hegemonia de Getúlio Vargas na condução do processo de 30. Ciente de tal infortúnio, como relata Moniz Bandeira, Vargas tentou alianças e a cooptação de inúmeros quadros socialistas para dentro do aparato público, elaborando leis e projetos, em simultâneo, em que, já que nem forças para isso teria, manteve a repressão e as punições contra os insurretos de 1935, muito mais severamente penalizados e humilhados pelos militares simpatizantes do Eixo que os insurretos paulistas de 1932.

Eis que em 1937, prestes a ser apeado do poder, sem o apoio popular que necessitava, ocorre uma das maiores malandragens da história da República Brasileira. Como explicam o historiador marxista Moniz Bandeira, em seu livro *“Trabalhismo e Socialismo no Brasil”*, e

Alzira Vargas em seu livro que retrata as memórias de seu pai, Vargas se antecipa e rouba o “momentum” do golpe do General Góes Monteiro, que tinha ligações diretas com as indústrias Krupp, nazista e voltada para o setor bélico.

Como expresso em outro livro do mesmo autor, de nome “*A Presença dos Estados Unidos no Brasil*”, este golpe seria inequivocamente de caráter integralista e colocaria o Brasil em aliança quase que certa com o Eixo. Vargas, segundo Moniz Bandeira, conferiu ao golpe do Estado-Novo um caráter claramente bonapartista.

Tivesse Kerensky a fortuna e a virtude de nosso exótico líder menchevique nacional, Lênin teria tido muito mais trabalho do que teve para liderar a classe trabalhadora soviética rumo a sua libertação. Não reconhecer isso é um equívoco grosseiro que só pode ser fruto de auto-fobia de nossa história.

Como mera curiosidade histórica, o plano Cohen, um dos maiores exemplos de bandeira falsa de nossa história, o qual muitos atribuem a Getúlio Vargas, foi na realidade produzido por Olímpio Mourão, um integralista, a pedido de Plínio Salgado, para ser utilizado por estes. No processo, Mourão conhecido de outro militar, que também conhecia Góes Monteiro, acabou deixando uma cópia com estes últimos, que pensaram instantaneamente em utilizar o documento para proveito próprio.

O golpe do Estado-Novo foi, portanto, um golpe em cima de um golpe roubado de outro golpe. A tentativa de golpe integralista com apoio de militares ocorrida em 1938 se tratou de uma retaliação - especificamente pelo fechamento de todos os partidos políticos, que dentre outros pontos como a previsão constitucional de duas reuniões anuais em um parlamento eleito pelo voto indireto e a previsão constitucional de plebiscitos, delata a influência castilhista da constituição de 1937, para que não nos deixem mentir, basta comparar a constituição que ficou conhecida como “polaca” com a castilhista rio-grandense de 1889.

Após o fracasso do golpe integralista de 1938, Vargas conseguiu hegemonia na sociedade, e inclusive apoio de setores militares constrangidos, para expurgar com violência integralistas, nazistas e

fascistas. Pouco antes disto o embaixador nazista Ritter foi tornado persona non grata. O equívoco da repressão inicial à ANL se mostrou particularmente grave neste período, e se tornou mais claro à medida que o Brasil posicionou-se abertamente em direção aos Aliados na Segunda Guerra Mundial.

No livro “*A presença dos Estados Unidos no Brasil*”, Moniz Bandeira reporta que Prestes, preso, se comunicou com Vargas mediante telegrama no ocaso da declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha. Pouco antes da queda do Estado-Novo em 1945, quando este se tornava mais democrático e desvelava seu caráter nacional-popular, os revoltosos de 35, já anistiados — sobretudo os comunistas —, ao contrário do que a vã lógica euro-centrada poderia imaginar, apoiaram a continuação do regime e fizeram coro com o movimento queremista, rumo a uma ampla popularização e democratização deste.

Além disso, é comprovável pelo relato de militantes do PCB, e até mesmo em documentos oficiais estrangeiros, que durante o período em que Dutra voltou a proibir o PCB nos anos pós 1945, muitos comunistas atuaram dentro do PTB, secretamente, e fizeram parte da campanha pelo retorno de Vargas em 1950. É importante salientar que, ao contrário do que afirmam alguns, isso se deu durante o período Stalin, de 1922 até 1953, portanto, não há o que se dizer quanto a revisionismo krushevista neste caso.

Tanto Prestes quanto Getúlio se equivocaram gravemente de 1930 até 1945. Destes, é importante que nosso movimento se alimente das virtudes, sem nunca se esquecer e a deixar de aprender com seus equívocos. O fim dessa história, em 1954, com o suicídio de Getúlio Vargas, é conhecido. A carta-testamento, sua declaração final, é um raro exemplo de documento oficial que nos traz um número absurdo de verdades.

O golpe de 1964 como reação atrasada ao mesmo espírito que jaz na carta-testamento, quando levado adiante por João Goulart, que aprendeu com o tal erro cometido por Vargas e sempre se recusou a reprimir os comunistas, mas mesmo assim fracassou por sabotagem e

traição da burguesia nacional submissa e dependente fundada justamente com a revolução de 30, reforça tal entendimento.

A maior de tais lições, na nossa interpretação e concordando com Sodré e até mesmo com Brizola em seus períodos mais radicais, é que a aliança que deveria ter ocorrido na década de 30 e não ocorreu, marcou o fim de um período onde era possível uma revolução burguesa aproximadamente nos velhos moldes. Por outro lado, toda essa história, quando interpretada justamente, nos demonstra que ainda existia, e existe até hoje, em aberto, a possibilidade de uma **revolução nacional democrática de novo tipo, efetuada não pela burguesia, mas pela classe trabalhadora**, levada adiante até o socialismo.

Quando nos furtamos a analisar tais elementos justamente, não exprimimos com o impacto necessário a verdade em tais sentenças acimas. Encerramos tal argumento trazendo a reflexão de Carlos Heitor Cony, no Jornal Folha de São Paulo, em 2007:

“Fui criado no ódio contra Vargas. Quando escrevi um livro sobre ele, descobri o avesso de uma frase de Novalis: “Quando avistares a sombra de um gigante, encontrarás um anão”. Fui procurar um anão e encontrei um gigante.”

CAPÍTULO 7. *Do suicídio ao resgate político da simbologia de Getúlio Vargas, 67 anos depois. Cultura política e memória.*

O objetivo desta análise é contextualizar historicamente o periódico impresso do Jornal Última Hora, de n.º 980, referente ao dia 25 de agosto de 1954, o qual cobriu diversos aspectos do suicídio do então presidente Getúlio Vargas. Especialmente, a reação popular de trabalhadores e o tributo fúnebre dos intelectuais filiados ao conteúdo político-ideológico de seu governo e as impressões de jornais internacionais e de chefes de estado quanto à tragédia.

Ao contextualizar a fundação do Jornal, em 1951, e sua filiação com o governo, bem como elementos de destaque da reação popular, pretende-se argumentar com base nas publicações do periódico e na bibliografia selecionada, sobre as intenções dos partidários de Vargas na construção do discurso em torno do suicídio e de seus feitos, em uma relação entre cultura, política e memória, correlacionando-as com o ressurgimento da figura e defesa do legado do presidente, 67 anos depois, no movimento estudantil.

O Jornal Última Hora, criado em junho de 1951, no Rio de Janeiro, pelo jornalista Samuel Wainer e dirigido por Danton Coelho e Bocayuva Cunha, foi um periódico impresso abertamente defensor do governo de Getúlio Vargas e possuiu grande popularidade e circulação na cidade desde os seus primeiros anos¹³. O periódico era organizado peculiarmente para a época.

De caráter popular e chamativo, perceptíveis pela diagramação e distribuição de textos e comentários nas páginas, com muitas informações em uma linguagem direta e simples, além das posições políticas francamente expostas na linha editorial em matérias, reportagens, colunas, exceptuando os espaços para anúncios pagos.

Sua singularidade se deu por congregar práticas e métodos desenvolvidos ao longo dos anos anteriores na imprensa carioca, reunindo uma série de inovações, como fontes tipográficas chamativas e uma série de fotografias em páginas destacadas (Barbosa, 2007, p.

¹³ (1) Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro — Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/samuel_wainer>

173). Foi criado a partir de financiamento público e com o intuito de fazer concorrência às demais visões políticas de outros periódicos sobre o projeto de Getúlio, os mais tradicionais, relacionados a grupos familiares dominantes, e também jornais de fundação recente (Barbosa, 2007, p. 154, p. 171), como a *Tribuna da Imprensa*, criado em 1949 pelo jornalista e político Carlos Lacerda, árduo opositor desse projeto¹⁴.

A linha editorial do UH consistia em uma série de matérias, notícias de fatos políticos nacionais e internacionais, diários e interpretações formuladas por jornalistas sobre feitos, ideologia, aspirações e defesa do projeto nacional através de colunas e, outras vezes, mensagens diretas do presidente¹⁵. A rivalidade comercial e política com a *Tribuna da Imprensa*, um dos que mais possuía postura militante contra o projeto de Getúlio, é um exemplo do choque dos distintos projetos e interesses que os grupos possuíam (Barbosa, 2007, p. 181), onde a partir de 1953¹⁶ a pressão política da imprensa brasileira se intensificou.

O ano de 1951 também é o momento em que Getúlio iniciava seu primeiro mandato, eleito democraticamente, após o fim do Estado Novo. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e com o início da guerra fria, a situação política no mundo havia se alterado razoavelmente. Na política interna, como é de costume, não foi diferente.

O período que contempla a experiência republicana e democrática que vigorou de 1945 até 1964, é marcado por continuidade e rompimento com o passado recente e fortes disputas ideológicas, bem como pelo fortalecimento dos partidos políticos e pela intensa participação dos trabalhadores na política (Gomes, 2018, p. 4).

Se de 1930 até 1945 Vargas tivera de se equilibrar sobre diversas forças — como militares, igreja, oligarquias e, em menor escala, os trabalhadores — agora, como havia ficado aparente pouco antes de sua

¹⁴ Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In:

<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/RelacaoImprensa>>

¹⁵ Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In:

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/samuel_wainer>

¹⁶ Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In:

<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/RelacaoImprensa>>

deposição pactuada entre a classe dominante nacional, potências estrangeiras e militares, Getúlio só poderia encontrar forças e apoio por parte de alguns de seus antigos aliados políticos que haviam se mantido fiéis e dos trabalhadores beneficiados com a Consolidação das Leis do Trabalho, além de outros dispositivos planejados e políticas públicas executadas pelo Ministério do Trabalho.

Encontrando, por isso, um espaço de atuação natural no Partido Trabalhista Brasileiro, formado pela união de trabalhadores, sindicalizados a partir da estrutura do Ministério do Trabalho, intelectuais como Alberto Pasqualini e aliados de Getúlio de longa data, que haviam participado da Revolução de 30, como Oswaldo Aranha (Bandeira, 1985, p. 20 – 24).

Mesmo com o mandatário tendo forte discurso nacionalista e popular, com medidas econômicas de esquerda, tal aliança entre Getúlio e a classe trabalhadora — embora tenha garantido a criação da Petrobrás e da Lei de Remessa de Lucros — foi dificultada por um contexto de intensos debates e ataques midiáticos visando deslocar o mandatário de sua base de apoio, tendo grande influência no isolamento vivido por Vargas nos últimos dias de seu governo (Sodré, 1975, p.8).

O suicídio em 1954, portanto, tendo com estopim os desdobramentos do Atentado da Rua Tonelero, desencadearia novos fatos na relação entre seu projeto de governo e ideologia com o trabalho de intérprete político e “emissário” (Barbosa, 2007, p. 169) que o Jornal Última Hora executava. A evidente convergência política e relação próxima entre presidente e fundador do jornal fez com que, no Rio de Janeiro, o Jornal Última Hora fosse o primeiro a circular com as últimas notícias sobre a morte do presidente.

A catarse onde a população foi submetida se espalhou pelas ruas do país durante vários dias. Passeatas, comícios e cortejos foram realizados por trabalhadores. No Rio de Janeiro, multidões incendiaram as sedes dos jornais, Tribuna da Imprensa e O Globo, impedindo a circulação do periódico do dia¹⁷, e atiraram pedras no quartel-general da

¹⁷ Idem.

Aeronáutica e na Embaixada dos Estados Unidos, visto que Carlos Lacerda se refugiava no local¹⁸.

Tais ações foram represálias políticas aos que, naquele momento, foram considerados pelas massas em fúria, e pelo Jornal *Última Hora* na edição de n.º 980, como as forças políticas culpadas pela perseguição ao projeto e, por fim, ao suicídio do presidente. Em Minas, o Consulado dos Estados Unidos também foi depredado.

Em São Paulo, ocorreu o desfile do silêncio até a Praça da Sé e trabalhadores organizaram comícios que responsabilizavam os inimigos dos interesses do povo brasileiro pela morte de Vargas. As ruas de diversos lugares do país se mantiveram inquietas. Desmaios coletivos, desolação, colapsos nervosos e até caso de tentativa de suicídio foi registrado. Diversos manifestantes foram presos, entre eles, dirigentes sindicais que pretendiam organizar uma greve geral. Houve mortes, feridos e a suspensão de diversas atividades no país.

Considerando o papel de intérprete político e mensageiro do Jornal *Última Hora* durante todo o segundo governo de Getúlio Vargas, responsável por esmiuçar, formular e repassar aos seus leitores o conteúdo dos feitos, suas justificativas políticas e históricas, contribuindo no processo — que decerto antecede a data de fundação do jornal e estende-se para além da consideração de mero sustentáculo de defesa do Estado Novo, como aponta Ângela de Castro Gomes em diversos trabalhos, dos quais destacamos *A Invenção do Trabalhismo* (2013) e *Estado Novo — Ideologia e Poder* (1982), produzido em conjunto com Lucia Lippi Oliveira e Monica Pimenta Velloso — de uma cultura política (Oliveira; Velloso; Gomes, 1982, p. 74) ao entorno do símbolo de Vargas e do trabalhismo, que transcende seus feitos históricos e sua figura individual, reinterpretando-os e ressignificando-os a partir das lutas políticas da classe trabalhadora das décadas seguintes ao suicídio de Vargas e, no caso desta análise, no movimento estudantil, 67 anos depois de seu suicídio.

As edições de n.º 978 (23 de agosto de 1954), 979 (24 de agosto de 1954) e n.º 980, a primeira após o suicídio e escolhida para a nossa

¹⁸ Castro, Júlia Kern. “Motins causados pelo suicídio de Getúlio Vargas”. Rio Memórias. Projeto República (UFMG). Disponível em: <https://riomemorias.com.br/memoria/motins-de-suicidio-de-getulio-vargas/>

presente análise, representam os momentos finais dessa interlocução entre presidente, jornal e público, e um anseio político para que, através da compreensão da mensagem deixada na carta de testamento e da divulgação da catarse e do desespero que acometeu a população carioca, seu símbolo, legado político e história pudessem ser apropriados pelas massas que o apoiavam, em suas próximas lutas, por uma cultura política que reverbera, transforma-se e sobrevive ao longo das décadas.

Figuram na capa da edição de nº 980 um pequeno texto resumindo como ocorreu a visitação pública no velório de Getúlio Vargas, uma grande foto de um cidadão anônimo emocionado se despedindo do falecido, uma legenda narrando a fotografia, bem como a manchete “*Último encontro do povo com o grande presidente morto*”.

Toda a linguagem e a construção textual reforçam e estimulam o entendimento de que havia ocorrido um evento de grande magnitude para a história nacional. O suicídio de Vargas resultou em luto oficial em quase todos os países da América e reações em diversos países da Europa. Na imprensa londrina, o Jornal The Times classificou-o como “*campeão das massas*”, “*o homem que pela primeira vez na história do Brasil deu aos trabalhadores o direito de defenderem seus destinos*”.

O jornal americano New York Herald Tribune o descreveu: “*mesmo seus inimigos, invejosos que eram de sua penetração de espírito e de sua energia às vezes napoleônica, compreendiam muito bem que Vargas tinha identificado sua vida à sorte do Brasil*”.

Chegaram condolências do presidente dos Estados Unidos, Eisenhower, estimando a perda dos familiares; em Cuba, fora decretado luto oficial de três dias; da Argentina, Peron enviou seus pêsames e em Santo Tomé, cidade argentina próximo a São Borja, houve profunda consternação. No Uruguai, membros do Conselho do Governo prestaram tributo e decretaram luto, assim como no Chile.

Na Colômbia, o diário liberal “*El Tiempo*” criticou a instabilidade política brasileira, “*caótica a situação de um presidente eleito pelo povo, contra o qual está uma parte das forças armadas e que é defendido pela outra*”. No México, em artigo anterior ao suicídio do Vargas, o jornal Universal Gráfico pontuou que “*lamentava a frequência das desordens*

políticas nas repúblicas latino-americanas, destacando que para essas desordens muito tem concorrido agentes estrangeiros ou nacionais a serviço do estrangeiro”.

Na ONU, o comitê de informações sobre os territórios não autônomos fez um minuto de silêncio em homenagem. Na página 2 da edição de n.º 980 há quatro blocos de textos, todos dedicados a discutir e anunciar o recente evento.

A diagramação da página permite-nos separar os conteúdos entre, do lado direito, um grande bloco com detalhes sobre a reação popular diante da notícia, de título “*O último encontro do povo com o seu grande presidente morto*”, com a aglomeração de horas em torno do Palácio do Catete de multidões em prantos para ver e homenagear o falecido, e, do lado esquerdo, um bloco contendo artigo assinado por Luiz G. M. Costa, de título “*A última noite do presidente*”, onde faz uma interpretação sobre a carta testamento, sobre a conjuntura política do período e formula expectativas sobre como, devido a sua imensa repercussão, o propósito político do suicídio deveria impactar nos segmentos sociais que o apoiavam e estavam estupefatos pelo acontecimento.

Tal edição prima pela quantidade de informação textual, com muitos textos pequenos divididos ao longo de uma mesma página, e muito material fotográfico, dispondo até mesmo de anúncios pagos homenageando o presidente Vargas. Utiliza linguagem descriptiva e diretamente emocional.

Por sua linha editorial alinhada a Getúlio, foi o Última Hora um dos únicos jornais cariocas a circular livremente nas enormes manifestações de massa ocorridas em lamento ao suicídio de Getúlio Vargas, tendo por isso, extenso material para expor e divulgar sobre um fato que se tornaria um divisor de águas da política nacional, que teve influência direta nas edições após o suicídio, com seus textos e colunas, na construção mitológica e simbólica da cultura política do trabalhismo, e do evento tratado como “*o sacrifício de Getúlio Vargas*” por esta.

Esta análise considera que, dada a relação próxima entre Getúlio Vargas e Jornal Última Hora, este contribuiu, durante o segundo mandato de Getúlio Vargas (1951 – 1954), para sustentá-lo ideologicamente, fortalecendo a cultura política em torno do símbolo de

Getúlio e do trabalhismo, interpretando-o e disseminando seus ideais para a população.

Nesse sentido, o suicídio, tal como fora abordado pelo Jornal Última Hora nas edições 978, 979 e 980, especialmente a última, representam o ápice dessa relação político-ideológica entre presidente, jornal e classe trabalhadora e um dos instrumentos que, nas primeiras horas após o suicídio de Getúlio, fora utilizado para interpretar e, mais uma vez, disseminar a sua interpretação sobre qual era o peso daquele ato, suas consequências para a vida política brasileira e suas expectativas quanto a possibilidade de que sua simbologia pudesse ser ressignificada pelos movimentos operários e intelectuais partidários de seu legado, como bem aborda Ângela de Castro Gomes, em artigo de título *“Brizola e o Trabalhismo”*, publicado em 2004 na Revista Anos 90 do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul:

“Funerais, como os antropólogos advertem-nos com fartura, são rituais estratégicos, plenos de significados religiosos e também, em episódios específicos, políticos. No caso da morte de figuras políticas, os funerais costumam se tornar um momento de consagração de suas vidas. Trata-se da ocasião em que, morto o corpo, a alma torna-se imortal, como imortais tornam-se alguns de seus “feitos”, selecionados e ressignificados pela memória, poderosa força que permite “que se saia da vida para entrar na história””

(GOMES, 2004, p. 12-13).

Somente por uma **cultura política, cultivada, transformada e ressignificada através dos tempos é que se torna possível articular todo o legado e mitologia criada em torno de Vargas**, cujo Jornal Última Hora, foco especial dessa análise, foi um de seus últimos instrumentos em vida, e sua relação com o desenvolvimento do trabalhismo, como ideologia e cultura política própria, que ainda impacta a vida nacional e política do Brasil (Oliveira; Velloso; Gomes, 1982, p. 10) (GOMES, 2005, p. 24).

A partir de tal cultura que transcende a história é possível selecionar e articular os elementos mais importantes do passado, julgá-los com a régua de quem se apropria deles, para interpretá-los

conforme as urgências políticos do momento histórico em que se vive, tal como descreve o filósofo alemão Walter Benjamin em sua tese de número VI sobre o conceito de história, onde estabelece uma crítica a concepção positivista e historicista da historiografia, a saber:

“Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo “tal como ele propriamente foi: Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela lampeja num instante de perigo. Importa ao materialismo histórico capturar uma imagem do passado como ela inesperadamente se coloca para o sujeito histórico no instante do perigo. O perigo ameaça tanto o conteúdo da tradição quanto os seus destinatários. Para ambos o perigo é único e o mesmo: deixar-se transformar em instrumento da classe dominante. Em cada época é preciso tentar arrancar a transmissão da tradição ao conformismo que está na iminência de subjugá-la.[...].”

(LOWY, 2005, p. 65).

Portanto, argumentamos que através dessa cultura política ressignificada, transformada e viva foi possível, para os movimentos políticos que se consideram herdeiros do legado de Getúlio Vargas e do trabalhismo, alguns destes figuras de importante lugar na história brasileira, como o ex-presidente João Goulart e o ex-governador Leonel Brizola, sobreviverem através das décadas. Sua sobrevivência está atrelada, portanto, aos dilemas econômicos e políticos que o Brasil enfrenta que tanto perpetuam-se quanto se alteram conforme os tempos.

Em julho de 2021, conforme matéria online publicada no Jornal O Globo, de título “Manifestantes voltam às ruas por impeachment de Bolsonaro e rapidez na vacinação”¹⁹, manifestantes de diversos segmentos da população foram às ruas de várias regiões do país protestar contra o governo de Jair Bolsonaro, responsabilizando-o pela péssima condução sanitária durante a emergência da pandemia do novo coronavírus, pelas mais de quinhentas mil mortes em decorrência da doença e cobrando celeridade na vacinação da população brasileira.

Em todo caso, as razões para tais manifestações não se restringiram apenas à pandemia, mas também estão relacionadas à

¹⁹ Jornal O Globo. “Manifestantes voltam às ruas por impeachment de Bolsonaro e rapidez na vacinação”. 03 de julho de 2021. Disponível em: <https://outline.com/VpPHSz>

gradual deterioração nas condições de vida da população brasileira, com o desmantelamento das leis trabalhistas, as reformas regressivas feitas na previdência social, e ao processo de privatização de estruturas do Estado e dos serviços públicos.

Nota-se que muitas dessas pautas estão diretamente relacionadas com o processo iniciado na vida política brasileira em 1930. Sessenta e sete anos depois do suicídio de Getúlio Vargas, voltava a ser a exibida, talvez em uma das poucas vezes na história recente das manifestações de ruas, uma bandeira de Getúlio.

Fato curioso é que tal ressurgimento tenha se dado, justamente, em São Paulo, uma das grandes cidades que não possuem uma grande via pública nomeada em homenagem ao presidente e que tem em sua história a defesa da Revolta Paulista de 1932, que se erigiu contra o novo governo e contra os valores que este cultivava.

A bandeira foi erguida por manifestantes oriundos do movimento estudantil que, segundo matéria do Jornal O Globo, afirmaram que a presença da bandeira tratava-se de uma retomada política da simbologia trabalhista nas ruas.

Argumentamos que **esse resgate político não pode ser entendido meramente como uma defesa acrítica do indivíduo Vargas**, mas como uma **apropriação dos feitos que seu símbolo representa** — e que **não podem ser considerados como frutos apenas deste, mas de sua relação, por vezes conflituosa e imbricada, com a classe trabalhadora brasileira durante seus governos** — e que se trata de uma forma de obter de *tal símbolo* as suas *características mais positivas, a partir das contradições do presente e de uma seleção que considera o grau do impacto positivo para a luta da classe trabalhadora deste século*.

Tal resgate, portanto, tem a ver com uma apropriação e transformação da cultura política do trabalhismo brasileiro, considerando sua própria história e seu desenvolvimento teórico para impulsionar no século XXI uma cultura política tributária deste legado, consciente do papel que sua mitologia tem para a cultura política brasileira, e captar as aspirações presentes em setores diversos da sociedade por uma radical e sólida transformação social.

CAPÍTULO 8. Reflexões sobre como organizar movimentos de massa.

Introdução: É preciso ter em mente que para organizar movimentos de massa, apesar de resguardadas as particularidades relativas ao contexto geográfico e histórico de cada lugar, certas características gerais se repetem:

1.º: Pautas: Primeiro, é fundamental que tratemos de boas pautas. Isso pode parecer uma obviedade, é verdade. Mas afinal, o que seria uma boa pauta? Pautas não são boas ou ruins apenas por serem moralmente corretas ou não, mas sim por seu potencial de universalização em determinada classe social. Ou seja, por terem poder, ou não, de impactar positivamente na vida do maior número possível de pessoas.

Por exemplo, se almejamos formar um movimento de massa dentro de um município, por óbvio que uma boa pauta é aquela capaz de impactar positivamente na vida da maior parte dos moradores que fazem parte da classe trabalhadora de tal cidade. Tomemos como exemplo as grandes revoluções dos últimos séculos, a Francesa, a Russa, a Cubana, e a Chinesa. Mais do que dar fim a monarquias, batalhar contra o imperialismo e colonialismo, o que mobilizou respectivos povos, inicialmente, foram as boas pautas.

Exemplo: Pão, terra, melhores condições de vida, direitos, e sobretudo a noção de fazer parte da construção de um futuro que valia a pena ser vivido.

Conclusão: Cabe lembrar que, uma vez atraídos pelas boas pautas, o povo, começa a fazer parte e construir ativamente o projeto político gerado pela unidade de tais pautas. De forma que, mesmo que inicialmente sejam as boas pautas que atraem o povo ao movimento, no fim das contas, é a verdade do projeto que as faz permanecer.

2.º: Projeto: Já sabemos que boas pautas são necessárias. Isso é bom. Mas não é tudo. Para além de boas pautas é importante que se tenha um esquema geral, que agregue tais pautas em um plano. Ou seja, um projeto. Isso não significa dizer que tal projeto deva estar pronto antes do movimento. Na realidade isso raramente ocorre desta forma, na prática.

Quando analisamos todos os movimentos de massa bem sucedidos dos últimos séculos, a maior verdade é que embora houvesse um plano e um esquema, tal projeto sempre acabou por evoluir e ficar mais elaborado, pronto, ao longo do processo. Isso não significa dizer, que não devamos ter um projeto em mente quando pensamos em organizar um movimento. Mas sem mais delongas, o que seria tal “projeto”? Em simultâneo é, na verdade, a unidade de todas as pautas, direcionadas a finalidades últimas que mirem em metas concretas.

Exemplo: A Revolução Cubana tinha por finalidade derrubar o tirano Fulgêncio Batista do poder, e, além disso, instituir um estado-nacional Cubano, que conseguisse prover boa qualidade de vida para tal povo, em simultâneo, em que superasse os efeitos do subdesenvolvimento da ilha caribenha.

Conclusão: Portanto, o projeto esquemático inicial, básico, de tal movimento era a união de todas as boas pautas que remavam nesse sentido. Como falado acima, se torna evidente quando analisado o processo histórico cubano, que tal projeto evoluiu e se transformou ao longo do processo. Devemos, então, encarar o projeto como o esquema geral, o “universal” e cada pauta individual como parte, o “particular” deste. Ambos se relacionam, para melhor se ajustarem ao longo de um processo revolucionário e de um movimento de massa.

3.º: Propaganda: Ter boas pautas e um projeto é bom e recomendável. Mas ambos não valem de nada se ninguém sequer toma consciência de que estes existem. A difusão destes, portanto, é a coluna

central de qualquer movimento de massa, nesse sentido é importante dominar todas as formas possíveis da propaganda:

Jornais: Jornais são, por excelência, meios de se transmitir informações. Para além da ingenuidade que prega a neutralidade, todo jornal segue uma linha editorial ideológica bem definida, relativa a, dentre outras coisas, interesses de classe. Quando falamos em propaganda, é importante que tal movimento disponha não de um, mas de uma miríade de jornais, para passar informações, sob determinado ponto de vista ao passo em que propagam a ideologia e visão de mundo do movimento, sobre determinados acontecimentos ou ocorridos.

É importante frisar, rádios voltaram a ser mais importantes do que nunca. Entre rádio e internet, como Facebook, Twitter e outras mídias, a opção por uma cadeia de rádios comunitárias é mais interessante. Tenhamos em mente que Facebook, Twitter e outras plataformas são geridas por interesses de classe, pois estes são, no fundo, empresas, e efetivamente agem para interditar debates que atrapalhem suas finalidades.

Exemplo: Os movimentos comunistas, em todas as épocas, sabem muito bem disso. Em todas as revoluções proletárias pelo mundo e períodos históricos, a prevalência de jornais anti-hegemônicos, bem como sua eficácia como método de propaganda foi devidamente comprovada com o “Pravda”, o “Granma” e outras mídias.

Livros: Não menos importantes que os jornais, a literatura pode se mostrar um excelente veículo de propaganda. Seja na forma de livros teóricos (para expor sobre a ideologia, estratégia, metas e métodos de tal movimento) sejam os livros ficcionais (que exprimem certa visão de mundo e nos levam a benditas reflexões), sejam os compilados de poemas que nos fazem pensar e grudam em nossa memória, e até mesmo obras históricas e biográficas que demonstram certa personalidade heroica e determinados períodos históricos para causarem reflexões e comparações.

Não podemos desprezar a literatura como vetor de propaganda, isso pode se mostrar um erro atroz. É importante que um movimento de massa tenha entre seus intelectuais orgânicos, não um, mas uma penca de autores de livros dispostos a produzir conteúdo que entretenham, ensinem, e passem a visão de mundo de tal movimento.

Exemplo: É importante recordar que, no advento da Revolução Francesa, a primeira revolução burguesa da Europa, a prensa moderna havia acabado de ser inventada, de forma que os revolucionários da época difundiam seu pensamento não apenas em uma miríade de jornais, mas sobretudo livros. Isso se torna notável quando observamos tanto o número de teóricos daquele período consagrados até hoje, bem como o número de obras ficcionais e de poesias que até os nossos dias são consideradas obras-primas, e continuam a exprimir as mesmas reflexões e os mesmos pontos de vista, hoje, deslocados de seu contexto inicial.

O mesmo pode se dizer de todas as revoluções proletárias ocorridas no globo em séculos passados, a infinidade de livros teóricos, ficcionais e de poesia que exprimiam a visão marxista de mundo e da resolução de certos problemas de determinadas eras é incontável, bem como os gênios que os escreveram. Basta recordar, Lênin, Mao Zedong, o próprio Marx e outros autores, são lidos em todo o mundo, e com justiça, muito apreciados até hoje. Um bom exemplo de literatura a serviço de movimentos de massa.

Artes: Quem pensa que quadros, pinturas, arquitetura, música, teatro, cinema, e outras formas de arte não expressam determinada visão de mundo, classe, ou ideologia, certamente ainda engatinha em sua compreensão sobre o que é arte. Um gênio alemão uma vez disse que a arte é materialização do espírito humano. Errado ele não estava. Se Hegel nos disse aproximadamente isso, é correto pensar que a arte é a materialização do espírito, ou seja, consciência, de uma classe e de suas experiências e contradições materiais concretas durante a

experiência do “ser” imerso na realidade.

Se como nos disse, aproximadamente, outro gênio alemão, Karl Marx, a ideia e o espírito são uma das mais nobres e elevadas formas da matéria, que dizer da arte? Esta cumpre todo o ciclo, experiência material concreta do “ser”, espírito, e novamente matéria? Uma síntese de toda a experiência do real vivida do ponto de vista de determinada classe. Por óbvio que um movimento de massa deve contar com toda expressão artística que conseguir. Sobretudo em um país como o Brasil, em que ao longo de sua história a maioria da população não esteve em escolas ou teve a oportunidade de cursar o ciclo de ensino formal, tendo as artes do povo e a cultura popular como fonte majoritária de ensino.

O samba, a música popular brasileira (MPB), o carnaval, o teatro e o cinema, e demais elementos culturais populares regionais e as reflexões que estes trazem, devem importar muito àqueles que pretendem organizar um movimento de massa. Quem os negligenciar, fracassará.

Exemplo: Um grande exemplo é o Samba de 2019, apresentado no carnaval carioca, da Mangueira, “*História de ninar de gente grande*”, feito sob uma perspectiva benjaminiana, tal hino preza por demonstrar a historiografia sob um ponto de vista da classe trabalhadora brasileira, e com isso, trazer reflexões sobre o momento histórico que vivemos. Um bom exemplo das artes prestando um serviço a mobilização de movimentos de massa.

Estética: Não entraremos aqui numa discussão profunda sobre o sexo dos anjos, isto é, sobre o que é a concepção filosófica da Estética. Ao invés disso, assumiremos que estética, no sentido deste “pequeno-guia”, se trata de uma espécie de assinatura visual, auditiva e de linguagem, referentes a materialidade e características centrais de tais movimentos, que remeta facilmente os receptores de tais mensagens ao movimento que as emite. Nesse sentido, a estética é

uma parte importante da construção de um movimento de massa, na área da propaganda.

Exemplo: A foice e o martelo, eternizados pelo movimento comunista internacional desde a Revolução Bolchevique de 1917, ocorrida na Rússia, representa a aliança operário-camponesa, partes centrais de tal movimento de massa. Tal símbolo estético, de fácil compreensão, até hoje, consegue agregar e mobilizar seus defensores mundialmente, bem como amedrontar todos os seus detratores pelo globo.

No entanto, para poder corresponder aos interesses e expectativas das massas de trabalhadores do século XXI é crucial que o desenvolvimento da estética preze, sempre, por estar intimamente correlacionado ao desenvolvimento da concepção artística popular que mais preencha e defina as características da cultura, valores e espírito da classe trabalhadora do país aonde se vive.

Ter essa compreensão não significa, no entanto, instrumentalizar seus aspectos conservadores para uma reacionarização geral da moral das massas, restringindo sua capacidade revolucionária e emancipadora, ou, como Walter Benjamin conceitua em seu trabalho *“A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução”* (1936), a *estetização da política*. E esta é uma diferença abissal entre nós e os neofascistas.

De igual importância é, para a formulação estética, que se tenha uma boa compreensão acerca do desenvolvimento histórico das lutas nacionais, da participação dos trabalhadores nesse processo, bem como do seu processo de desenvolvimento político e filosófico.

Socialistas e comunistas, na batalha pela libertação nacional, precisam almejar, na produção de sua concepção estética, produzir uma dupla relação de identificação com as massas trabalhadoras, quando a estética se identifica com os interesses últimos das massas e estas,

portanto, se identificam com a mesma desenvolvida, por se verem representadas, através de sua história de resistência, cultura popular e valores, o seu interesse pela emancipação econômica e social.

As palavras de ordem não podem soar descoladas da realidade, como motes desprovidos de sentido. Precisam ecoar, em uma capacidade de síntese, demandas do tempo presente, próximo e futuro. Precisam agitar — fazer o elo entre passado e presente que cria o novo futuro — e contribuir para a mobilização das massas.

Não podem, portanto, se aterem a concepções estéticas que apenas representam grupos da pequeno-burguesia ou subculturas atreladas à superestrutura do modo de produção capitalista. Pois, esse tipo de estética não atrai as massas, quando apenas as afasta, causando a separação entre o movimento e trabalhadores, o que sabota, por consequência, os objetivos para se construir um movimento de massas.

Conclusão: A propaganda, em todas as suas facetas, é de extrema importância para a construção de qualquer movimento de massa ou movimento revolucionário. O segredo para o sucesso é que os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora estejam presentes e dominem todos os ramos acima descritos.

Não adianta ter jornais e não dominar a literatura, não adianta dominar literatura, e negligenciar outras áreas da arte. Não adianta dominar jornais, dispor de um bom número de instrumentos anti-hegemônicos, fomentando o debate público, e não ter uma forte assinatura estética.

Quanto maior for o número de bons jornais, livros, produção artística e inovações estéticas que captem os anseios da classe trabalhadora do nosso tempo, mais efetiva será a propaganda de tal movimento.

4.º Tática e Estratégia: Não é a intenção deste pequeno-guia elipsar a natureza real de movimentos políticos de massa. Estes se tratam em todas as suas facetas de Guerra Popular. Isso precisa ser bem compreendido. E nesse sentido, como em toda a guerra, tática e estratégia se tornam fundamentais quando estamos organizando um movimento de massa.

A relação entre tática e estratégia é algo muito debatido em manuais militares, desde o teórico chinês Sun Tzu, até o germânico Clausewitz, bem como em livros de xadrez e outros jogos milenares que simulam a arte da guerra. Tal relação se dá no sentido de que a “tática” representa o “particular” imediato, enquanto a “estratégia” representa o “universal” de longo prazo.

Ambos estão em uma relação que sempre se ajusta, e antes de ser algo fixo e imóvel, está em constante mudança, mesmo que a finalidade da linha geral a ser seguida permaneça a mesma. Uma infinidade de táticas relativas às condições materiais e históricas respondem a um direcionamento final, a unidade de tais táticas, para se chegar a uma situação que leve ao objetivo final. Esta é a estratégia.

Enfim, a vitória, da mesma forma que tal direcionamento final, a “linha estratégica”, só se torna completa quando repleta de táticas particulares que permitam que tal linha estratégica, o universal, seja executada corretamente.

Exemplo: Os movimentos de trabalhadores, em geral, utilizam a linha estratégica de implodir a produção interna de seu estado-nacional, para mostrar quem tem o poder efetivo de fazer a máquina produtiva funcionar, para tais diversas táticas podem ser utilizadas, a depender de várias circunstâncias.

Em um país agrário, ocupam-se terras improdutivas, e expropriam-se latifúndios, bem como impedem vias de circulação interna e externa de mercadorias. Já em países industriais, operários param a

produção das mercadorias mais importantes para o sustento de tal estado-nacional, bem como também impedem a circulação interna e externa de mercadorias.

Isso evidentemente não se dá por acaso, existe uma linha estratégica central operando, e ela obviamente se relaciona as táticas que serão utilizadas para esta poder ser efetivamente posta em prática. Passemos então a observar movimentos históricos de guerrilha popular.

A linha estratégica, em geral, versa sobre a derrubada do Governo pela força das armas. Para tal, guerrilheiros engajam em táticas como tomar regiões de tal estado-nacional cujas forças de repressão do Estado sejam mais débeis, bem como áreas pauperizadas onde tal guerrilha conseguirá encontrar um bom contingente de adeptos, bem como espalhar sua palavra e fazer valer sua teoria e propaganda.

Além disso, ações como roubo de armas de quartéis pouco protegidos, bem como expropriação de bancos, veículos terrestres, aéreos e marítimos, e outros bens de valor para tal empreitada, são utilizados como tática, para a efetivação da estratégia.

Conclusão: Quem entra numa guerra, como é a luta de classes, sem uma estratégia bem definida, mesmo que, é verdade, esta varie, se torne mais rica e progride conforme mudam as circunstâncias, já inicia fadado ao fracasso. É importante ponderar qual é a melhor “linha estratégica” a ser seguida, bem como quais táticas melhor se relacionam com esta, a fim de obter a vitória e a redenção para a classe trabalhadora.

O que torna uma boa “linha estratégica”, bem como quais serão as táticas imediatas mais úteis, pode variar a depender das influências teóricas do grupo que as planeja. O general chinês Sun Tzu, por exemplo, recomendava que o menor esforço possível seja dispendido. Já outros teóricos como o germânico Clausewitz e o italiano Maquiavel

defendem outras linhas de pensamento. Isso não significa que necessariamente apenas um ou outro esteja correto.

Na realidade, os mesmos fins podem ser obtidos de diversas formas, a realidade é um enorme jogo de potências, possibilidades, a serem relacionadas e encaixadas. Para uma Guerra Popular, por óbvio, o que importa é que tal “linha estratégica” e as “táticas” relacionadas a esta funcionem e que a classe trabalhadora tome o poder político, o Estado e o poder econômico. No mínimo, que faça valer suas demandas ao demonstrar força e poder de organização.

APÊNDICE 1. Sobre a cultura transplantada e o surgimento precoce da pequeno-burguesia no Brasil em “*Síntese de História da Cultura Brasileira*”, de Nelson Werneck Sodré.

Para determinar as características da herança cultural brasileira no processo de desenvolvimento histórico, o autor recorre à definição de cultura encontrada no Dicionário Filosófico Abreviado, de M. Rosental e P. Iudin, Ediciones Pueblos Unidos, Montevidéu, 1950, que a define nos seguintes termos:

“Conjunto dos valores materiais e espirituais criados pela humanidade, no curso de sua história. (...) fenômeno social que representa o nível alcançado pela sociedade em determinada etapa histórica: progresso, técnica, experiência de produção e de trabalho, instrução, educação, ciência, literatura, arte e instituições que lhes correspondem. Em um sentido mais restrito, compreende-se (...) o conjunto de formas da vida espiritual da sociedade, que nascem e se desenvolvem à base do modo de produção dos bens materiais historicamente determinados.”

(1950, p. 104 apud SODRÉ, 1983, p. 3).

É preciso distinguir a origem colonial brasileira das origens coloniais de outros povos, e dar atenção ao seu caráter de “civilização transplantada”. A origem do Brasil, a partir do mito da “descoberta”, do processo de colonização, possui como consequência a incorporação do território ao mercado mundial, que começa a existir nesse momento devido à necessidade das grandes expedições marítimas, através da complexificação da organização e divisão do trabalho da produção manufaturada.

Diferente das colônias asiáticas e africanas que possuíam comércio e produção, mesmo em parte, como o caso da segunda, foi necessário para a empresa de colonização brasileira, para a ocupação produtiva do território, a criação de riquezas à base de mercadorias já existentes. Ou seja, uma grande transplantação do exterior de elementos humanos e recursos materiais para essa ocupação produtiva, cuja produção está destinada ao mercado externo,

“(...) são para aqui transplantados, tanto os senhores — os que exploram o trabalho alheio — como os trabalhadores — os escravos.”

(SODRÉ, 1983, p. 5).

A importância da colonização, assim, é dada pela quantidade extensa de terra inculta disponível. O autor argumenta que a partir do transplante do modo de produção ocorre, também, o movimento de transplante de uma cultura, uma “*cultura transplantada*”. O autor não trata especificamente sobre os distintos modelos de organização social que os três signos fundantes do processo de colonização brasileiro “*o índio, o negro, e o português*” faziam parte antes deste acontecimento.

Basta apenas ressaltar a heterogeneidade presente na formação da cultura brasileira, onde cada signo trouxe consigo elementos do seu modelo de organização social anterior. Desse múltiplo processo de conflitos e ajustes, “*transitórios ou duradouros*” (p. 6), ocorre o processo de “aculturação”.

No Brasil colonial é possível, segundo o autor, fazer uma breve distinção de duas áreas culturais: “*área de supremacia da cultura indígena* [“área amazônica, sertaneja, vicentina, platina”], *em extensão, economicamente secundária, com predomínio de relações feudais*” (p. 6) e “*área de supremacia da cultura transplantada, economicamente principal, com predomínio de relações escravistas*” (p. 6).

A colônia é definida pelas áreas de supremacia da cultura transplantada, como “*capitania de Pernambuco e vizinhanças e capitania da Bahia, depois de revertida à Coroa e sediada no Recôncavo o Governo-Geral*” (p. 6), que possuem formas sistemáticas de transmissão da cultura, por Ordens religiosas, como a Companhia de Jesus, dos jesuítas. E na área de supremacia da cultura indígena existiam formas não sistemáticas de transmissão da cultura, “*transmitidas oralmente ou por imitação*” (p. 6), com exceção das ordens religiosas presentes nos territórios.

Em ambas áreas, segundo o autor, são defendidos dois tipos de cultura — da classe dominante e da classe dominada — tendo a cultura dominante o status de oficial. Ambos os tipos de cultura, salvo os elementos que são dos povos indígenas do território, são também

transplantados e participam como componentes no processo de “aculturação”.

Esse tipo de sociedade colonial não possui “exigências culturais destacadas”, os que recebem o básico do ensino elementar são poucos entre pertencentes à classe dominante.

“O aparelho de Estado, na colônia, é rudimentar; suas funções são providas da metrópole; a ordem pública está submetida à ordem privada. Não há, assim, exigência cultural sistemática a ser preenchida pelo ensino(...). Os poucos elementos cultos — em que se distinguem os religiosos das Ordens — operam com a cultura transplantada. Aqui chega, realmente, mínimo e distante eco das criações renascentistas e mesmo do (...) quinhentismo português. Assim, a cultura parece, ostensivamente, como traço de classe; privativa da classe dominante pouco numerosa.” (p. 7).

Somente para fins de explicação, o desenvolvimento da cultura brasileira pode ser dividido em três “etapas”: A primeira situa o momento da “cultura transplantada”, anterior ao aparecimento da pequena burguesia no Brasil, a segunda, o momento da “cultura transplantada”, posterior ao aparecimento da pequena burguesia no Brasil, e a terceira, marca o “*surgimento e processo do desenvolvimento da cultura nacional, com o alastramento das relações capitalistas*” (p. 7).

As primeiras duas etapas pertencem ao período em que a classe dominante brasileira possuía elementos predominantemente escravistas (e feudais) e desenvolvem-se a partir de um momento onde, primeiramente, não existia uma camada intermediária entre senhores e escravos/servos, para um momento em que essa camada começa a existir e ter fator influenciador na cultura, entre o início da segunda metade do século XVIII.

A terceira etapa marca a consolidação da burguesia no Brasil com os meios modernos de cultura de massa, contudo, persistindo elementos do modelo pré-capitalista. Os eventos históricos destacados para exemplificar a passagem do primeiro ao segundo momento são: Tratado de Madrid, em 1750, que “*fixa, em linhas gerais, a fisionomia territorial da colônia*” (p. 8), a fundação do Seminário de Mariana, no mesmo ano, “*assinalando o princípio da passagem da estrutura jesuítica do ensino às outras Ordens e aos leigos*” (p.8), em 1759, a expulsão dos jesuítas e

ruína de seu modelo de ensino de dois séculos e meio, em 1762, “*Rio de Janeiro passa a ser sede do governo colonial, em decorrência do apogeu da mineração*” (p. 8).

E a partir desse apogeu, surgem as condições necessárias para o surgimento da pequena burguesia como elemento econômico e cultural. Já na passagem da segunda para a terceira etapa, é assinalada a Revolução de 1930 como momento determinante para o aprofundamento das relações capitalistas e da ascensão da burguesia como elemento econômico e político.

“O novo poder, derivado do movimento político-militar do referido ano, apresenta a burguesia como classe dominante; seu domínio no aparelho de Estado

não é absoluto, mas existe nitidamente. (...) A partir de então, as relações capitalistas, que (...) vinham desenvolvendo lentamente, aceleram seu ritmo de desenvolvimento e definem o regime de produção, apesar da vigência ainda, em extensas áreas, de relações pré-capitalistas” (p. 9).

A transplantação de um modelo de organização social predominantemente escravista para o território brasileiro no início do século XVI contribuiu determinantemente para a dizimação dos modelos de organização social existentes no território antes do processo de colonização e para a integração da nova terra à lógica mercantil, com produção em larga escala voltada ao mercado externo.

A partir do final do século XVI, a colônia possui traços destacados: a “*distância entre o Brasil, a metrópole e os mercados a que sua produção se destina*” (p. 12), a “*servidão oceânica, impedidas as áreas produtoras de internamento, [...] dependentes do transporte marítimo*” (p. 12), e “*isolamento das áreas produtoras, sem ligação entre si, vivendo autônomas e esquecidas*” (p. 12). Essa estrutura da colônia equivale a um grande arquipélago econômico e demográfico, onde os centros de “*ocupação humana, [e] de áreas produtoras*” (p. 12) estão fragmentados, e sua economia é limitada pelo “*monopólio do comércio exercido pela metrópole*” (p. 12).

“A identidade de fins, de propósitos e de métodos [da metrópole para as colônias, e vice-versa] neutraliza a dispersão e o isolamento, estabelecendo condições para a unidade cultural; a clausura [econômica] sanciona e acoberta essa unidade cultural.

Alicerça-a, ainda, a língua [...] que estabelece a comunidade no meio de transmissão da cultura, apesar do bilinguismo inicial [...]. Outro fator de unidade cultural é a religião, pois à “colonização” junta-se a catequese, completando-a, reforçando-a[...].” (p. 12)

O bilinguismo do século XVI deveu-se, sobretudo, a ação dos religiosos para a catequização e ensino, na convencionalidade da utilização de uma “*língua geral*”, o tupi, popularmente falada nas relações comuns, em contraste com a língua oficial, o português, utilizada em “áreas de supremacia cultural transplantada”, além do latim, para as ordens religiosas.

Em 1727, uma provisão proíbe a utilização do tupi como língua, devido a sua popularização. Até a proibição com a provisão, a classe dominante, pouco numerosa, teve que conviver e se utilizar do tupi para tratar das relações comuns, enquanto a língua “culto” da metrópole era utilizada entre pares e incentivada como único e “superior” instrumento oficial de transmissão cultural.

A quase “*ausência de vida urbana*” (p. 13) na colônia, segundo o autor, é também um fator importante para a dificuldade de transmissão cultural. A população estava concentrada nos latifúndios e as pequenas áreas urbanas eram influenciadas social e economicamente pelos grandes proprietários de terra.

Devido à expansão das navegações ter sido financiada por nações católicas (e este fato ter se passado depois da *Reforma Protestante e da Contrarreforma*), o processo de colonização e a catequese para fins de conversão foram instrumentos complementares.

“No Brasil, por necessidades próprias da Ordem e por necessidades de exercício do mister da conversão, especializam-se [...] na tarefa do ensino e montam [...] a estrutura que, por dois séculos e meio, assegurou a transmissão sistemática da cultura.” (p. 15)

Foi montada uma estrutura com dois planos: as “*escolas de ler, escrever e contar*” (p. 15) para crianças, e colégios para adolescentes, onde sobretudo filhos de senhores puderam estudar. O caráter de “transplantação” do modo de produção e da cultura dá uma nova

dimensão para o Brasil, na forma da alienação desenvolvida com este processo de ensino.

A cultura brasileira das elites coloniais, segundo o autor, que cita Fernando de Azevedo, pretendia-se um compilado da cultura europeia, “neutra”, “internacionalista”, de ideologia católica. Essa alienação, por outro lado, contrastava com a “*unidade orgânica, ligada a uma determinada concepção de vida, dominante [...] na metrópole*” (p. 16) das ordens religiosas para o recrutamento de novos quadros ensinados e dessem prosseguimento ao ensino jesuítico.

Os religiosos, que possuíam uma conexão ultramarina, representavam os únicos elementos intelectuais presentes na colônia, portanto, passíveis de ensinar e formar os primeiros elementos intelectuais do território. Só através do ensino religioso era possível entrar em contato com a escrita, a leitura e os cálculos, visto que para quaisquer outras atividades não eram necessários ter esse conhecimento.

As pessoas letradas dos primeiros decênios, foram, portanto, religiosos, que utilizavam desses conhecimentos para a catequese e para formalidades e abstrações do ofício. O ensino de uma “*disciplina escolástica, verbalista e dogmática*” (p. 17) permanecia à margem, justamente por sua co-relação com a estrutura da colônia e por seu objetivo último ser, enfim, apenas o da conversão. Há uma justaposição entre o meio e os intelectuais.

O autor considera, portanto, que as condições objetivas da colônia impediam a atividade cultural ampla, que era secundária. Assim, o seu florescer possuiu características particulares, condicionadas historicamente às condições objetivas da colônia, sua estrutura social e econômica, como, citando Fernando de Azevedo, “*a facilidade, a graça, [...] a rapidez no assimilar, a ausência [...] de exatidão e de precisão, o hábito de tomar as coisas obliquamente [...]*” (1943, p. 114–155 apud SODRÉ, 1983, p. 18), além da tendência ao entendimento dos aspectos mais sensíveis do que formalmente intelectuais.

Sodré ressalta que esses aspectos na formação da cultura brasileira não são “defeitos” advindos da genética ou da geografia, não são inatos, são características da formação cultural colonial que, uma

vez que as condições objetivas que as estruturam estejam solapadas, tais características também tendem a se transformar.

A catequese também possuiu o efeito de destruição massiva dos valores e expressões indígenas presentes no território brasileiro, substituindo-os gradativamente pela visão de mundo jesuítico. Há, portanto, uma supressão do modelo de organização social indígena e a transplantação de um modelo de organização social escravista, e, também, de uma “*cultura jesuítica*” (apesar dessa tarefa cultural empreendida também ter sido vista com maus olhos pela metrópole).

Esse espírito cultural dogmático, abstrato, pretensamente desinteressado pelas “coisas do mundo”, e seu instrumento de dominação intelectual e de penetração, fazia parte de um conjunto de traços que, devido às condições objetivas da colônia, iriam consagrar por muito tempo a qualificação do trabalho intelectual e cultural como atividade “*preenchedora do ócio*”, enquanto o trabalho mecânico e da terra era interpretado como sinônimo de escravidão e relegado às camadas baixas da sociedade.

Uma vez que poucos eram os letrados da classe dominante e ínfimos eram aqueles da classe dominada que possuíam acesso ao conhecimento “formal”, está expresso, portanto, o caráter de classe desta cultura colonial. A formação cultural está restrita às classes, a “*cultura da classe dominante*” e a “*cultura da classe dominada*”, distantes entre si.

Os elementos que formam essa distinção, à exceção dos elementos indígenas, são transplantados. Nesse período inicial, a formação cultural da classe dominante, exceto os desdobramentos culturais do episódio holandês, advém da exportação do modelo metropolitano, de “*literatura portuguesa elaborada na colônia*” (p. 20).

Na classe dominada, “*destaca-se a música e sua parceira, a dança*” (p. 20) para a suavização dos trabalhos braçais ou ligadas a ritos indígenas e africanos. Ao lado da música religiosa das igrejas, utilizada em cerimônias, há o surgimento da música popular, principalmente a partir da segunda metade do século XVI, com elementos portugueses, indígenas e africanos, através da fusão e criação de novos instrumentos

e ritmos musicais, uma das primeiras riquezas da herança cultural brasileira.

Entre as peculiaridades do desenvolvimento histórico brasileiro, está o surgimento precoce de uma “*camada intermediária entre a classe dos senhores (de escravos e/ou de servos) e a classe dos escravos e/ou dos servos, isto é, o aparecimento da pequena burguesia antes do aparecimento da burguesia*” (p. 23).

Tal processo foi uma tendência em países e regiões cujo o desenvolvimento das relações capitalistas deu-se tardiamente, e os elementos pré-capitalistas persistiram por mais tempo. O surgimento da pequena burguesia possui importância tanto do ponto de vista político, quanto do ponto de vista cultural:

Político, porque corresponde ao processo de “*transplantação, aqui, de reivindicações e postulações que constituem o núcleo da burguesia em ascensão*” (p. 24) e cultural, pela “*transplantação de valores estéticos oriundos do desenvolvimento da burguesia no Ocidente europeu*” (p.24).

“[...] Nessa dupla função veiculadora, a pequena burguesia colonial — que cresce em influência depois da autonomia, de cujas lutas participa intensamente — apresenta ampla receptividade, interesse singular pelas coisas do espírito. Nela se recrutam, em número crescente, os elementos que desempenham funções de natureza intelectual; nelas se recrutam ainda os que consomem os produtos do trabalho intelectual, aquilo que se conhece como o público para as artes.” (p. 24).

Os representantes da pequena burguesia eram figuras de eventos que antecederam e sucederam à Independência, “*no turbulento período entre a decadência mineradora e o golpe político da Maioridade do segundo imperador*” (p. 24). Caracterizavam-se pela atividade intelectual, de caráter político e estético, que forneceu-lhes condições para a ascensão social.

A sociedade onde a pequena burguesia existe sofrera uma complexificação e distingue-se da sociedade dos “*primeiros séculos de vida colonial*” (p. 24.). Tal sociedade foi fundada na “*enorme “distância social” entre classe dominante e classe dominada*” (p. 24) e “*na propriedade da terra e em sua exploração agrícola*” (p. 24).

Com o desenvolvimento da mineração do ouro, esse esquema foi modificado, impondo novas condições. Há, portanto, um deslocamento dos esforços da atividade econômica, da terra, “*da propriedade do solo*” (p. 25), para o ouro, a “*permissão para minerar*” (p. 25), para o garimpo.

Esta atividade permitiu que “*indivíduos isolados se realizem economicamente*” (p. 25) — “*o que não acontecia no sistema de produção açucareiro*” (p. 25) — gerando um grande aumento demográfico, principalmente nas regiões próximas às áreas de mineração (“*altiplanos das Gerais*” (p. 25)). A partir desse aumento, há a ascensão do poder aquisitivo e o surgimento, em ampla escala e circulação, do mercado interno brasileiro.

“*Se o latifúndio açucareiro procurava a autossuficiência e dela se aproximava, produzindo quase tudo que seus habitantes necessitavam, a propriedade mineradora contrastava absolutamente com isso, pois pela sua alta rentabilidade, excluía, entre os que a ela se entregavam ou mesmo lhe estavam indiretamente associados, outra atividade complementar como, por exemplo, a de produzir alimentos ou objetos de uso. Assim, a população mineira tinha de ser abastecida por outra região, gerando-se o comércio interno, em função do desenvolvimento do mercado interno.*” (p. 25)

A criação ampla do mercado interno significou a transformação em mercadoria de todos os bens que uma vez “*consumidos no local onde existia ou era produzido, passa agora a entrar na troca e deve ser consumido em grande escala e em região afastada*” (p. 25).

Em decorrência disso, ocorre a ampliação da divisão do trabalho, o surgimento de novas atividades, o desenvolvimento e ramificação da infraestrutura do Estado, “*milícias, órgãos de justiça, repartições fiscalizadoras e arrecadadoras, forças policiais e militares, hierarquia religiosa*” (p. 26). O crescimento do poder público gera contradições com os elementos privados e demonstra-se o oposto do que aconteceu historicamente no modelo açucareiro anterior.

“*Nesta sociedade, “realmente, a classe dominante, muito poderosa — absorvendo, inclusive, parcela considerável do poder público, assim transferido à esfera privada — era reduzida numericamente, enquanto a classe dominada, numerosíssima, em*

termos relativos, ficava separada daquela por distância social muito grande, existindo, entre elas, apenas rala e insignificante camada intermediária” (p. 26).

No modelo açucareiro, a estrutura de classes sociais constituiu-se distintamente, predominava a figura do senhor de engenho, e ainda não existia uma camada intermediária, entre senhores de terra, servos e escravos. Apesar do poder político, a classe dominante da sociedade mineradora era numerosamente mediana, enquanto a classe dominada, maioria.

Nesses momentos finais do período colonial, a mão de obra livre, constituída na camada intermediária, era maior que a população escravizada. Há um duplo movimento de ampliação da camada intermediária e de multiplicação da divisão do trabalho, com atividades ligadas à cultura, sinalizando “*exigências de cultura que antes não existiam*” (p. 26).

Dado o seu crescimento em números, a camada intermediária propiciava o espaço em que seriam fornecidos os elementos culturais, criando através desse movimento um público interno para tais atividades. No apogeu do modelo minerador, “*decênio inicial da segunda metade do século XVIII*” (p. 27), a sociedade desse período já possui esses traços constituídos.

O desenvolvimento da mineração foi crucial para o surgimento da camada intermediária e para o aparecimento da pequena-burguesia antes da burguesia. A pequena-burguesia, portanto, é um “*veículo de transplantação*” (p. 27), atraída pela ideologia burguesa e pelos valores de uma burguesia exterior.

A partir da transformação da estrutura da colônia, surgem novas necessidades para o ensino. O antigo modelo se encontrava inadequado diante das novas condições. “*Toda ela [modelo educacional] pertencia ao esforço dos jesuítas, tornados especialistas, na transmissão dos conhecimentos*” (p. 27).

Em decorrência da expulsão dos jesuítas dos reinos e domínios de Portugal, e dos conflitos entre missionários e colonos no território brasileiro, toda a infraestrutura da Ordem foi confiscada pela Coroa Portuguesa. O formato de ensino era dogmático e abstrato, ensinado pelos padres com vistas a “*uniformidade intelectual*” (p. 28).

Não havia ensino das ciências (“*planos de estudos excessivamente literários e retóricos*” (p. 28)) e nem ensino de línguas modernas, “*conservando na elite uma tal ignorância sobre essas línguas que de maravilha se encontraria, na colônia, um brasileiro que soubesse francês*” (p. 28).

A reforma pombalina de início, não criou estruturas, “*limitando-se a prescrições gerais*” (p. 28). Teve por consequência, na colônia, a fragmentação como característica básica, e a formação deficiente dos mestres, em contraste com o ensino geral e unitário do ensino jesuítico.

“*A educação passou do colégio de padres às aulas das escolas régias, com mestres de formação deficiente, ou nos próprios latifúndios, com os padres-mestres que, de capelães, passaram a professores.*” (p. 28)

Na segunda metade do século XVIII, no entanto, a reforma pombalina possibilitou a entrada do Estado nesta seara. E, a partir desse momento, a organização do ensino, que antes era monopolizada pelos jesuítas, teria participação mista, com esferas privadas (ordens religiosas concorrendo entre si) e esfera pública. Esse traço inovador será ampliado com a reforma joanina, no início do século XIX. Contudo, movimentos como estes foram vistos desde antes da expulsão dos jesuítas, com a formação de Seminários.

As condições de difusão cultural são distintas das condições dos primeiros períodos urbanos, principalmente após ampliação do mercado interno, na segunda metade do século XVIII. As cidades, portanto, tornam-se focos de produção e difusão da cultura dos elementos da classe dominante e daqueles que a servem e por ela é protegido.

“A classe dominante começa a formar seus quadros, meio século antes da autonomia. E só a classe com posses e, em consequência, lazeres, pode dar-se à cultura, [...], fazendo-as ou admirando-as e usando-as. (p. 29)”

Em um meio onde, historicamente, a cultura era restrito a “um número reduzido de pessoas” (p. 29), há a geração de uma elite culta, universalista, europeizante, “unilateralmente voltada para as letras” (p. 29), cujos conhecimentos foram adquiridos através do ensino jesuítico,

dos seminários, das aulas régias e do ensino superior em Coimbra, de influência jesuítica, e outras universidades europeias, principalmente após o século XIX. Eram poucos os brasileiros que, na segunda metade do século XVIII, demonstravam domínio sobre conhecimentos científicos especializados.

“As centenas de outros que alcançaram o diploma universitário — filhos-família mantidos na Europa para os estudos — formaram a cultura humanística nos moldes do tempo, absolutamente distanciada dos problemas da terra em que haviam nascido e onde exerciam ou exerceriam suas atividades.”

(p. 30)

Contudo, as artes plásticas, principalmente em Minas Gerais da segunda metade do século XVIII, conseguem desenvolver uma produção genuinamente autêntica, através do barroco brasileiro, à parte dos “velhos modelos metropolitanos” (p. 30), “de influência jesuítica quase todos” (p. 30).

Durante o declínio da mineração, surgem grandes artistas de origem popular através da torêutica, da escultura e da arquitetura religiosa, como Mestre Valentim, desenhista e ilustrador, Aleijadinho, artista plástico de grande importância para a arquitetura do período colonial no Brasil, o grupo de poetas que chamou-se “Escola Mineira”, com a produção da obra política “Cartas Chilenas” e da obra literária “Marília de Dirceu”, de Tomás Antônio Gonzaga, além dos “mestres do barroco musical mineiro” (p. 31), José Joaquim Emérico Lobo de Mesquita, Marcos Coelho Neto, Francisco Gomes da Rocha e Ignácio Pareira Neves.

NWS destaca particularmente às duas obras da Escola Mineira como demonstração de um “avanço da expressão literária” (p. 31), onde um caráter original, “nacional”, popular, começava a esboçar forma e conteúdo.

“A terra continuava a aparecer como objeto, cantada nas suas belezas, mas há, na sátira à autoridade local desmandada, uma primeira nota de rebeldia que transcende a pessoa visada, como há, nos cantos à jovem noiva, uma primeira nota lírica que rompe com as tradições do arcadismo. Mas é preciso não esquecer que a distância

que separa — ainda ao nível qualitativo—os poetas recrutados na camada intermediária e os extraordinários artistas que surgem da mesma, mas com origens na gente escrava, os humildes artesãos que trabalham para os padres, é enorme.

Nas obras destes é que está, pela primeira vez, o traço original, brasileiro. Deles parte o fio da autêntica e específica cultura, aquilo que, ao longo do tempo, será nacional e que só ainda não pode ser — no caso deles — porque nem existe a nação” (p. 31)

A estrutura social do Brasil, portanto, se difere dos primeiros períodos coloniais, mas continuava a ser regida por senhores de terra — estes donos de escravos e servos. No entanto, a expansão da mineração, do comércio interno e da camada intermediária, livre, “uma pequena burguesia precoce” (p. 32), fez desenvolver a produção, difusão e consumo de elementos culturais nos espaços urbanos.

Ao mesmo tempo, o período da vinda da corte portuguesa para o Brasil é um momento de transformação nas “*relações capitalistas no ocidente da Europa*” (p. 31) e de convulsão causada pelas campanhas napoleônicas, que ameaçavam as monarquias da Península Ibérica e seu modo de produção feudal.

“Nela [camada intermediária] recrutam-se os letrados, os funcionários, os religiosos, todos aqueles que necessitam dos conhecimentos, em qualquer escala — quase sempre em escala rudimentar — e que tem receptividade, em parte, para as manifestações artísticas, a que a vida urbana em desenvolvimento proporciona as condições iniciais de existência”. (p. 32)

A cultura, nesta ‘nova’ sociedade, “*como forma do conhecimento ou como prenda — não importa*” (p. 32), começa a possuir espaço e adesão entre a camada intermediária “*e, em parte, na classe dos senhores — pelo menos como motivo de ostentação*” (p. 32). Aqueles que alcançam posição de destaque neste meio cultural distinguem-se socialmente, e acabam “*tendo em comum com os lazeres da classe dominante*” (p. 32).

A expansão das ferramentas para a instrução nas cidades gerou uma demanda de pessoas que queriam ser instruídas e outra leva de pessoas que ministrevam, como, por exemplo, com a generalização do uso de instrumentos musicais nas “*casas senhoriais de fazendas*,

estâncias e engenhos, como nos sobrados ou solares urbanos” (p. 33) e, principalmente, as artes plásticas nas igrejas, muitas vezes obras de pequenos pintores, santeiros, mestres toreutas e ourives desconhecidos, cuja arte era associada não com o lazer da burguesia, mas com o ofício do escravo ou do servo, com o trabalho braçal, próprio de homens que não são livres, o que, no entanto, não arrancou a capacidade de inovação do barroco brasileiro, quebrando “a uniformidade do barroco de importação” (p. 33).

A cidade portuária do Rio de Janeiro, que à época possuía 25.000 habitantes, com a transferência da capital da colônia de Salvador para lá, “*por força das necessidades administrativas geradas pela mineração*” (p.33), transformou-se de “*porto humilde*” (p. 33) em um “*burgo de 50.000 que a corte bragantina atulhará com o número séquito de fidalgos e o funcionalismo que vem prover um aparelho de Estado que cresce depressa*” (p. 33). Quando da chegada da corte portuguesa ao Brasil, com “*os monumentos do barroco já marcando a paisagem*” (p. 33), fruto da obra de pequenos artistas.

“*Grande parte dos toreutas, santeiros, ourives, ficou desconhecida, numa época em que a autoria carecia de importância, em que, vindos de camadas inferiores, esses mestiços de talento eram vistos como simples artesãos. É uma arte que, fugindo às casas dos senhores e aos palácios das autoridades, acolhe-se aos templos e aos claustros*”. (p. 33)

NWS destaca dois aspectos do incentivo à cultura durante o governo joanino que caracterizam a continuidade do projeto de transplantação no início do século XIX, através dos esforços de acumulação de conhecimentos: “*atividades ligadas ao conhecimento do país, particularmente pelo levantamento das variedades de plantas e animais*” (p. 33), “*o incentivo dado às expedições científicas*” (p. 33) e atividades ligadas a difusão de “modelos europeus e ao recrutamento de discípulos” (p. 34), como a “*fundações de escolas de arte e de museus e a contratação de mestres estrangeiros*” (p. 34).

O agrupamento de conhecimentos sob o rótulo de “História Natural” se dava generalistamente, sem muito aprofundamento em questões abstratas, o que facilitava a ação de homens que, apesar da

“falta de vocação ou de instrução geral” (p. 34), possuíam paixão pelas ciências.

“Assim é que a época assinala a atividade de naturalistas como Manuel de Arruda Câmara, frei Leandro do Sacramento, frei Custódio Alves Serrão; marca a passagem dos primeiros cientistas estrangeiros que buscam material, [...], predecessores do que, às vésperas da autonomia, constituíram as sucessivas expedições que cortaram o território brasileiro no século XIX” (p. 34).

Na contratação de mestres estrangeiros no período joanino, destaca-se a “*iniciativa de trazer a missão artística francesa*” (p. 34) com a vinda de pintores, gravadores, mestres de ofícios, e outros, que constituíam a base docente da Academia de Belas Artes, em 1826. As consequências dessa iniciativa, que operaram na cultura “*por força do aparelho oficial de transmissão sistemática*” (p. 34) romperam com a tradição da arte colonial.

Os poucos discípulos, que estudavam na Europa, eram adeptos de modelos importados, que exibiam a correlação entre transplantação e alienação. A fundação da imprensa, em 1808, possibilitou a abertura de jornais, de livros impressos, de “*biblioteca[s] destinada[s] ao público*” (p. 35) e criação dos primeiros cursos superiores, “*destinados à formação de quadros militares*” (p. 35). Para atender necessidades pragmáticas, a reforma joanina transcende o modelo de ensino escolástico e literário anterior.

“O imediatismo e o praticismo, entretanto, pretendiam apenas substituir aquele sentido, como outra forma de alienação, para atender as necessidades do aparelho colonial de dominação, sem despertar a centelha da curiosidade e a inquietação que o conhecimento proporciona e que, normalmente, se constitui em fermento de rebeldia. Essa rebeldia encontrava o seu momento e suas formas de manifestação, apesar de tudo, na eloquência sagrada e profana na imprensa”. (p. 35)

A estrutura social do Brasil do início do século XIX, portanto, sofre uma mudança política, onde a “*classe culta*” “*teria papel destacado, dando expressão política aos desejos da classe senhorial*” (p. 35) A classe intermediária, “*em que são recrutados os intelectuais*” (p. 35), correspondia as aspirações e padrões da classe dominante.

O horror ao trabalho físico, caracterizado como trabalhos dos escravos e servos, e à ode ao ócio, a atividade intelectual, como atividade enobecedora e traço de classe eram pressupostos para aquele que oriundo da camada intermediária respeitasse os padrões da classe dominante.

Pelo seu caráter tardio, a atividade intelectual no Brasil é introduzida através de uma camada intermediária, “*como via de acesso social*” (p. 36), onde a cultura é “*cultivada para ser ostentada, exteriorizada*” (p. 36), e não para trazer algum benefício pessoal ou coletivo através do processo de conhecimento. Essa cultura, portanto, permitia o acesso da classe intermediária as “*funções não maculadas pelo trabalho físico*” (p. 36), estes ofícios e títulos possuíam o caráter enobecedor.

A cultura que tinha por finalidade não o saber, mas o diploma — que funcionava como título de enobrecimento — seria, consequentemente, “literária e abstrata”, transmitida “por métodos que se baseavam, não sobre a ação e o concreto, mas sobre a leitura, o comentário e a especulação”, destinando-se, assim, “a formar pregadores, letrados e eruditos” que, com o título, aspiravam às profissões liberais e aos empregos públicos. Nada teria de surpreendente, pois, que o elemento desse tipo de cultura fosse o intérprete natural dos interesses da classe dominante, no tormentoso processo da autonomia (p. 36).

APÊNDICE 2. Sobre a discussão do lugar da História do Brasil nas primeiras décadas do século XX.

As décadas de 20, 30 e 40 do século XX foram períodos históricos marcantes para a redefinição econômica, social e cultural da vida brasileira. Para tanto, os esforços do Estado na área cultural-educacional foram fundamentais para a tentativa de formação de um novo perfil para a intelectualidade brasileira, através do ensino secundário.

Este trabalho centra seus esforços na discussão histórica entre dois grupos cujo olhar para o lugar da História do Brasil na formação do currículo educacional brasileiro do ensino secundário foi divergente, a saber, entre aqueles que defendiam que houvesse uma disciplina exclusiva para tratar da formação do que se entende por “História do Brasil” e outros que compreendiam que tal conteúdo poderia estar incluída na disciplina História da Civilização.

A Reforma Educacional Francisco Campos (Ministro da Educação e Saúde) em 1931 tornou obrigatório o ingresso no ensino secundário para aqueles que quisessem cursar o ensino superior, estabeleceu um currículo seriado e de frequência obrigatória, regulamentou toda a estrutura do ensino pós-primário (secundário, superior, normal e técnico), adotando a centralização das normas administrativas e programáticas a partir do Ministério da Educação e Saúde.

As duas reformas educacionais de impacto nacional durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, a saber, a de Francisco Campos em 1931 e a de Gustavo Capanema, de 1942, possuem como característica comum a ênfase no acesso às formulações históricas sobre a compreensão do papel da história do Brasil para o país e do papel do Brasil na história do mundo.

Essa ênfase está diretamente correlacionada ao objetivo de transformação da consciência individual alheia em uma consciência política coletiva. Contudo, as duas reformas possuem ligeiras distinções na forma (método) de sua aplicação.

A reforma de Francisco Campos advogou por uma interconexão da história do processo de formação do Brasil com a história “universal”.

Sua principal diferença, em relação aos programas anteriores, foi a criação da disciplina História da Civilização, onde eram ensinados os conteúdos de História Geral, História das Américas e História Pátria, suprimindo a antiga divisão entre História Universal e História do Brasil.

“A civilização é una, um eterno progredir; daí uma “História da Civilização”, no singular. A análise da evolução histórica deve mostrar o seu progresso material e espiritual: o seu processo civilizatório”

(REZNIK, p. 40, 1992).

Escola Nova ou “escolanovismo” foi o nome dado ao movimento pedagógico no Brasil difundido após a fundação da Associação Brasileira de Educação (1924), e que influenciou a Reforma Educacional Francisco Campos. Era uma concepção pedagógica famosa nos meios acadêmicos europeus e americanos, crítica a metodologia da “escola tradicional”.

Estava fundamentada na participação do estudante como sujeito do conhecimento, não apenas como receptáculo, e na conexão/vivência do passado histórico com o presente momento. De método ativo e progressivo, utiliza-se da história biográfica para criação de vínculo entre aquele que estuda e o conhecimento passado. A biografia é enfatizada para buscar compreender mais o meio social envolto do que o biografado.

Essa corrente possuiu uma concepção evolucionista social, realizando uma comparação entre sociedades “primitivas” e sociedades modernas, objetivando a demarcação da transformação linear da história dos povos e uma concepção historiográfica universalista, que se pretendia científica e experimental.

Que pese a inocorrência de concepções a-históricas (salvaguardando o contexto histórico onde estas eram comuns), na tentativa de elencar, a partir do catálogo de antropólogos modernos, a relação entre civilizações “primitivas” e sociedades modernas, utilizando como material principal a coleta de estudos antropológicos de sociedades culturalmente diversas existentes no mesmo período — com distintas formas de organização social e econômica, para simplesmente

compará-las, inferindo que umas advém ou desenvolvem-se a partir das outras, mesmo que evidências históricas possam auxiliar na reflexão de que tal relação não pode ser simplesmente determinada apenas sob essas bases —a interconexão do processo de formação da história brasileira com a história “universal”, como oferecida pela escola novista tem por consequência a integração da história nacional a uma “pequena parte de um todo”.

Se, por um lado, possui uma compreensão interessante, mas limitada acerca da interconexão da história nacional com a história “universal”, por outro, a mera inserção da disciplina História do Brasil como parte da disciplina História da Civilização poderia acabar por fornecer um menor peso político no ensino da história do Brasil para os conterrâneos, temerário na consolidação de projetos que envolvam o estabelecimento de uma história, compreensão e relação de identidade coletiva particular de determinados povos que, unidos, formam a civilização brasileira.

Críticos a concepção progressiva que reúne uniformemente a história de toda a humanidade (*suprimindo as diferenças culturais e econômicas entre os povos*), os adeptos da concepção da necessidade de uma disciplina exclusiva de História do Brasil, cuja maior expressão está na Reforma Educacional Gustavo Capanema de 1942, buscam no passado particular do desenvolvimento histórico de cada nação as especificidades econômicas, sociais e culturais de cada povo e aquilo que os conectam ao presente.

Enfatizam, portanto, a relação entre identidade, povo, passado e presente e buscam a valorização do estudo das tradições que formam a sociedade brasileira, seus valores, costumes, formas de organização social e econômica. Se o modelo anterior de Francisco Campos, a partir da utilização da antropologia evolucionista, poderia incorrer em determinações a-históricas, o modelo de Capanema se conforma pelo seu método romântico, com a cristalização de valores considerados como fundantes para a sociedade brasileira.

Concluo argumentando que apesar do autor Luís Reznik, em seu trabalho “O lugar da história do Brasil”, afirmar que não houve grandes diferenças nos conteúdos dos livros didáticos entre a Reforma

Capanema, de 1942, e a Reforma Francisco Campos, de 1931, o debate sobre a compreensão historiográfica e filosófica entre essas duas correntes de pensamento (que transcendem a mera atividade do Ministério da Educação e Saúde) se dá, precisamente, a respeito (e a despeito) da forma do currículo escolar, especialmente sobre o papel que a história e memória do Brasil ocupam no processo de formação histórico-brasileiro e em sua respectiva compreensão em relação ao seu lugar no mundo.

As divergências centram-se no modo como deve ser ensinado o processo histórico brasileiro, de que forma deve ser incutida, através do ensino secundário, quais os elementos essenciais para o desenvolvimento “espiritual” e político dos estudantes, na forma do entendimento de qual é o lugar do Brasil para os brasileiros, ou seja, como os brasileiros precisam apreender o curso de sua própria história até o presente, e na forma como apreendem qual é o lugar do Brasil na história “mundial”, “universal”.

APÊNDICE 3. Sobre a dialética do malandro e do otário e o conceito de malandragem nos tempos de Getúlio (1930 – 1945).

O projeto de governo de Getúlio Vargas, em seu amplo aspecto político-cultural, com vistas a formar uma nova “mentalidade” para o povo brasileiro, decerto possuiu inúmeras ambiguidades quanto ao seu caráter de aplicação. Seja através do novo modelo curricular para o ensino de História nas escolas secundárias, dos incentivos à modernização do teatro e da regulamentação das relações de trabalho da classe artística, ou da regulamentação do compositor de samba e, acrescido a isto, do incentivo do samba carioca ao status de elemento da cultura nacional. Vargas, como líder da Revolução de 30, encarna em seu projeto nacional-popular elementos da elite e elementos da classe trabalhadora.

Este trabalho centra-se apenas na relação dos sambistas cariocas com o chefe de governo, a partir da obra de Cláudia Matos, “*Acertei no milhar*”, sobre “*malandragem no tempo de Getúlio*”. Acrescentaremos algumas reflexões feitas a partir de textos como o de Ângela de Castro Gomes, “*História e Historiadores*”, sobre o Estado Novo e a recuperação do passado brasileiro.

A obra de Cláudia Matos exemplifica a relação entre os compositores de samba e a utilização do mito do malandro nos sambas cariocas desde a década de 20 como uma crítica política a falácia da acumulação de capital através do trabalho individual como forma de ascensão social garantida. O mito do malandro, portanto, em seu discurso, descortina essa falsa relação, apresentando a dinâmica de classes da sociedade capitalista como geograficamente limitada, a partir do “lugar do pobre” e do “lugar do rico”.

Tais lugares são tidos como bairros, moradias, lugares de trabalho, identidades culturais, restritas a determinados espaços na geografia do Estado do Rio de Janeiro. Desta forma, o proletário é confinado a seu espaço, e de forma alguma poderia adentrar o espaço “do outro”, se não fosse à serviço.

O malandro, a partir do seu discurso de denúncia, é aquele proletário que, possuindo os elementos intelectuais necessários,

consegue transcender essa barreira de classes e frequentar os espaços da elite, mesmo correndo o risco da repressão por setores ligados a proteção dos interesses da burguesia.

O discurso do malandro, como denúncia das condições do trabalho na sociedade capitalista e dos valores da sociedade burguesa, é um discurso de fronteira, pois frequentemente recorre à oposição entre malandro e otário, onde o otário é apresentado como, dentre outras formas de interpretar este conceito, o trabalhador conformado, sem habilidades para a realização da crítica.

Este malandro é, de outra forma, aquele que possui certa “esperteza” para dobrar as regras do trabalho capitalista à sua vontade criativa, através do seu discurso, do samba, da “vida de artista”, apropriando-se da produção do conhecimento de elite e a subvertendo, sem perder sua identidade cultural.

Nesse sentido é que este se situa entre o trabalhador, formalmente adequado à dinâmica capitalista (o “otário”) e o patrão, usufrutuário desta dinâmica. O malandro e o otário são partes integrantes de uma dinâmica de classes rígida. No discurso do malandro, a sua própria figura é exaltada diante de sua capacidade de estar na fronteira das classes, enquanto o “reles” trabalhador é depreciado pela sua inabilidade ou conformismo.

Seu discurso negativo sobre o trabalho no sistema capitalista é uma crítica à pretensa acumulação de capital através do trabalho individual que supostamente garantiria a ascensão social e um elogio a “orgia, a gandaia, a fuzarca” (MATOS, pg. 78, 1982). Nesse sentido, conforma-se como crítica das normas sociais que determinam o modo de funcionamento da vida cotidiana, do papel do proletariado no sistema capitalista.

Nos sambas cariocas, é denunciado o “confinamento” do trabalhador a sua posição de classe, demarcando a distinção fronteiriça, geográfica, entre a moradia e o local de convivência cotidiana do trabalhador e a moradia, e os locais de convivência do patrão, da elite, onde não tem acesso, ao menos que seja a trabalho e o malandro, quando exerce sua habilidade de estar na fronteira das classes, de

estar no “lugar do patrão”, é visto com “maus olhos” pela classe dominante.

A moradia, o local de convivência, o bairro do trabalhador, possui, portanto, uma relação de identidade cultural e também de carência de infraestrutura que a moradia e os bairros das zonas abastadas possuem, o que evidencia a dialética das classes através do espaço geográfico.

“O barracão no morro, espaço do proletário e do samba, seja ele negativa ou positivamente marcado, nunca se avizinha ou se confunde com o espaço do rico,

que é o “apartamento”. Na música popular, pobre em apartamento nunca é um trabalhador esforçado que mudou de vida — mas pode ser o malandro, que por isso mesmo é alvo de suspeita ou repressão[...].”

(MATOS, 1982, pg. 81)

O malandro, desta forma, por sua habilidade fronteiriça, situa-se como “guardião da fronteira”, “herói de sua comunidade”, portador dos conhecimentos da cultura popular que podem, através da sua figura, serem decodificadas através da linguagem do outro, da linguagem das elites, que o mesmo se apropria e subverte.

No entanto, como a autora demonstra, profundas mudanças na política cultural do Estado e a partir do desenvolvimento das indústrias radiofônicas e fonográficas, no final da década de 20, terão importância para a transformação desse discurso, principalmente a partir da década de 30 e, mais especialmente, com o Estado Novo, a partir de 1937.

Getúlio Vargas, liderança da Revolução de 30, transformou as condições econômicas e sociais do Brasil a partir de um grande projeto de Estado que, em alguma medida, superou as estruturas econômicas da Primeira República e inaugurou, como marco histórico, “um novo Brasil”.

A sociedade capitalista brasileira fora transformada a partir do desenvolvimento maciço das indústrias, dos modernos meios de comunicação em massa, da aplicação da legislação social e trabalhista e dos novos incentivos políticos e culturais instados para a formação de novas consciências que auxiliassem o projeto do chefe de governo e na determinação dos elementos que formariam a cultura nacional.

A oficialização do samba carioca como música popular e, mais além, como elemento da cultura nacional brasileira por parte do Estado contribuiu, ao mesmo tempo que valorizou econômica e culturalmente o trabalho de sambistas individuais (através do pagamento de direitos autorais por parte das empresas aos compositores, elevação de salários, ampla difusão cultural nas rádios, etc.), renegados outrora pelos ouvidos eruditos da população abastada, para a utilização política e substancial mudança do discurso presente nesse gênero musical — o samba (ou samba-de-breque) — como parte de um novo projeto de “brasilidade” do Estado.

Em 1930, o primeiro concurso de músicas carnavalescas. Em 1931, decreto de regulamentação das rádios para a operação desse serviço público por empresas privadas. No de ano de 1932, o decreto de autorização da transmissão de propaganda pelo rádio. Em 1933, a oficialização do carnaval carioca, através da programação da Prefeitura para os festejos momescos.

Já em 1937, um decreto do Estado Novo determinava que os enredos das escolas de samba deveriam tratar de temas históricos, didáticos e patrióticos. Em 1939, a oficialização do dia 3 de janeiro como o “Dia da Música Popular Brasileira”, com festejos a serem comemorados com a participação de artistas populares. Em 1940, a encampação da empresa “A Noite”, pertencente a Rádio Nacional Brasileira, líder em audiência.

Tais atos exemplificam a capacidade das comunicações em massa que as novas indústrias proporcionaram para sociedade, para o projeto do Estado brasileiro e para a transformação do samba carioca em mercadoria de valoroso elemento cultural de massa.

Para tanto, a relação entre governo, classe trabalhadora, intelectuais e classe artística fora profundamente alterada, não encontrando parâmetros em nenhum período histórico brasileiro pré Revolução. O chefe de governo, de tal forma, captou determinadas demandas que vinham das classes trabalhadoras, intelectuais e artísticas de antes da Revolução de 30 e as incluiu como parte do seu projeto de “novo Estado”. Justificando certo prestígio que Getúlio recebera de camadas populares da sociedade.

O discurso do malandro, muito presente nos sambas do final da década de 20 e metade da década de 30, sofreu uma progressiva transformação no final da década de 30 e na década de 40, onde o elemento de denúncia e rejeição ao trabalho no sistema capitalista foi ambigamente transformado em um discurso de valorização do trabalho individual como parte da construção de um projeto coletivo de nação, e, claro, de possibilidade de ascensão social e de conformidade com os “valores da cultura brasileira”.

Essa ambiguidade se deve também a uma demonstração das novas relações entre a classe trabalhadora e o Estado, principalmente na figura de Getúlio Vargas, líder da Revolução de 30, e no papel do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável pela fiscalização, coordenação e promoção dos elementos culturais escolhidos para serem veiculados pelos mecanismos de difusão em massa e outros instrumentos de difusão cultural, organizados pelas empresas privadas ou mesmo pela esfera pública.

Getúlio Vargas, nesse período, também era reconhecido, na sua relação com a classe trabalhadora, como um líder popular, possuidor tanto elementos do malandro, quanto do “otário”. Jazia, na figura do presidente, derivado da interpretação popular a partir da formulação mitológica que propagou a política cultural do Estado Novo, uma combinação entre elementos constatados no trabalhador disciplinado brasileiro, o modelo ideal, (o “otário”, *em uma gozação negativa proposta pelo discurso do malandro*), e os elementos do “malandro”, da esperteza, flexibilidade e sagacidade ao transitar entre os espaços da elite e da classe trabalhadora e, principalmente, pela sua capacidade de instrumentalizar os diversos interesses das forças políticas que representavam a elite e que, por diversos momentos em seu governo, o pressionaram, nessa tensa dinâmica de instabilidade.

Com a institucionalização do samba, se torna perceptível também uma disputa política pela determinação do que é a cultura nacional brasileira, onde distintas classes intercedem pelo uso político do mesmo gênero musical, com seus discursos e interesses distintos.

Contudo, a nova relação entre Estado e sociedade inaugurada com a Revolução de 30 não suplantou as características fundantes do

sistema econômico capitalista, em certos aspectos a aprofundou, razão pela qual o discurso do malandro pôde subsistir como crítica ao trabalho no sistema capitalista, mesmo com os incentivos do Estado Novo, a partir de 1937, para um novo discurso no samba carioca.

Apesar de ser perceptível que o tom dos sambas cariocas, principalmente a partir de 1937, sofre uma ligeira mudança, onde o discurso do malandro é, sobretudo, o de um “malandro restaurado”, que recorda-se com saudosismo dos seus feitos passados, mas que na atualidade “*anda na linha*”, nos conformes com as normas sociais, tal como qualquer outro proletário (“otário”), não há um apagamento do conteúdo crítico de suas denúncias, o plano de fundo econômico-cultural é o da inauguração da dinâmica econômica e social capitalista, que pese as grandes transformações que a Revolução de 30 proporcionou, pois, ainda tratava-se dos dilemas de proletários, em um novo projeto de governo que integrava as fileiras do proletariado e promovia os “bons valores” da sociedade brasileira.

O personagem ainda está confinado ao lugar de proletário e ainda demonstra, em sua ambiguidade poética, a insatisfação de estar confinado nas hierarquias da estrutura social de classes, no trabalho alienado, e expressa, portanto, as suas impressões sobre as novas condições como trabalhador após as transformações da Revolução de 30.

A influência da política cultural do Estado no gênero do samba popular se dá com o objetivo de, ao relatar os dilemas do povo, integrá-los em um projeto coletivo de nação, onde cada trabalhador estivesse contribuindo para a construção de um novo país e, uma nova coletividade social e também, para sua própria ascensão social. Há, portanto, elementos morais da sociedade burguesa, intrínsecos à sociedade de classes capitalistas, que àquela época foram importantes para a articulação do novo projeto cultural do Brasil.

No entanto, o malandro, com seu “discurso de fresta”, pôde subsistir na medida em que aproximou-se e afastou-se do Estado, a partir das novas relações criadas, operando uma dinâmica que aceita barganhar ou mesmo consente com certos pressupostos promovidos pelo Estado como parte deste novo projeto, ao mesmo tempo que rejeita

outros, perpetuando, mesmo com todas as transformações que a Revolução de 30 proporcionou, o tom de denúncia ao trabalho organizado para a dinâmica capitalista no Brasil.

APÊNDICE 4. O que foi e o que pode ser o ‘desenvolvimentismo’ no Brasil?

A história do Brasil no século XX é marcada por grandes acontecimentos políticos, econômicos e sociais. Dentre eles podemos enumerar e destacar ao menos três pontos importantes para refletir sobre os temas anteriormente citados, e começar a elaborar uma resposta à pergunta reflexiva anteriormente proposta:

Em primeiro lugar, podemos destacar o evento conhecido como a “Revolução de 30”, que ocorreu em 24 de outubro de 1930, e veio junto da implementação de uma série de reformas estruturais e transformação da finalidade última e forma de como se configurava o Estado, agora sob nova inspiração teórica, onde posteriormente acabaria por consagrar o modelo desenvolvimentista no Brasil, em oposição à concepção teórica e ao modelo ortodoxo-liberal (*desgastados por todo o mundo no período da crise de 1929, porém outrora fonte de inspiração econômica e de organização para o Estado brasileiro, durante o que ficou conhecido como “República Oligárquica”, ou Primeira República*).

Elis Diniz, em seu texto “*Desenvolvimento e Estado desenvolvimentista: Tensões e desafios da construção de um novo modelo para o Brasil do século XXI*”, faz uma citação importante sobre o Estado-Desenvolvimentista, e que apesar de tratar sobre o desenvolvimentismo do século XXI, também pode nos ajudar a compreender o que representou todo esse processo em nossa história:

“Peter Evans, logo no início de seu artigo (EVANS, 2010, p. 37), ressalta que nem os teóricos, nem os policy-makers podem ignorar o papel crucial das instituições estatais para o êxito do desenvolvimento. Ao resumir seu argumento central, afirma que a história e a teoria do desenvolvimento apoiam a proposição de que sem estado desenvolvimentista, não há desenvolvimento.”

(EVANS, 2010 apud DINIZ, 2013, p.1)

Nesse sentido, podemos interpretar o decorrer desse período, de 1930 até 1945, como o começo da construção de um estado-desenvolvimentista no Brasil, com a progressiva reconfiguração

da organização do aparato estatal e a formação de uma nova burocracia, novas instituições, com distintos instrumentos para a reorganização social e econômica. Ainda que embrionário, e com uma visão muito fixa e estática do conceito de desenvolvimento, pode-se dizer que a partir dos erros e acertos desse período, posteriormente se formará a tradição desenvolvimentista no Brasil.

Os desdobramentos desse evento político, que posteriormente reverberam em nosso país por todo o século XX dão potência a uma crescente agenda, nacionalista, popular, industrialista e modernizadora que posteriormente entram em clímax durante o suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 1954. Cabe destacar que essa mesma agenda política vinha se solidificando no meio intelectual pelo menos desde o começo do século XX, e antes de encontrar no getulismo e na Revolução de 30 uma forma de expressão, já havia encontrado eco entre os tenentes do exército, no que ficou conhecido como “*Revolução Tenentista*” no ano de 1922.

Ainda sobre o mesmo tema, pontua Elis Diniz, ao citar o pensamento de Weiss, em seu mesmo texto, para esclarecer características comuns a todos os estados-desenvolvimentistas:

“Nessa linha de reflexão, cabe mencionar a contribuição de Weiss (2003, p. 247–249), que ressalta o que considera os três ingredientes essenciais de qualquer Estado desenvolvimentista: a formulação de metas de transformação, a existência de uma agência piloto relativamente insulada, responsável pela execução do projeto transformador, além de relações institucionalizadas de cooperação entre governo e setor privado. A autora designa esse arranjo institucional por “interdependência governada”, propiciando um estilo negociado de formulação de políticas sob a direção de um Estado aberto à interlocução.”

(WEISS, 2003 apud DINIZ, 2013, p.5)

Sobre o trecho acima, cabe destacar, a noção de metas de transformação, algo muito presente no período citado. O conceito de metas de transformações pressupõe e traz consigo a noção de planejamento, ou de conjunto de planos de médio e longo prazo, podendo não chamar muita atenção à primeira vista, indica uma

diferença grande entre os modelos econômicos de desenvolvimentistas e liberais do “laissez-faire” no século XX, os quais prezam pela não interferência estatal em benefício de uma suposta boa vontade proativa do mercado e dos interesses privados para a modernização e transformação.

Também é relevante notar que a partir do referido período, de 1930 até 1954, formam-se as instituições de estudo e pesquisa, bem como as voltadas para outras áreas técnicas, para planejar e implementar, tanto políticas públicas de governo, quanto políticas de Estado. Tais instituições, institutos, e órgãos públicos, como o IBGE, criado em 1934, tiveram papel central tanto na coleta de dados, quanto no auxílio à formulação do “*Projeto Nacional de Desenvolvimento*”, executado por Getúlio Vargas.

Em segundo lugar, entre os grandes eventos históricos também podemos destacar o “*Comício da Central do Brasil*”, e o “*Projeto de Reformas de Base*” proposto pelo presidente João Goulart em 1964, cuja finalidade era aprofundar o legado teórico e material, deixado pelos nacional-desenvolvimentistas e trabalhistas após uma crítica de suas próprias práticas e projetos anteriores e de problemas estruturais históricos de nosso país.

Ao analisar e comparar ambos os modelos, (o de Vargas em sua síntese, seu segundo mandato, e o de Goulart, exposto nas “reformas de base”, que versavam sobre a reforma agrária e a criação de um mercado consumidor interno) podemos encontrar a noção do projeto desenvolvimentista como um organismo vivo e mutante, em constante releitura de si, em função de críticas a eventuais resultados práticos indesejáveis ou ruins obtidos no passado, bem como das mudanças influenciadas pela virada na conjuntura nacional e internacional.

Ainda assim, afeito a pontos fundamentais e, no nosso caso, podemos citar a percepção e a noção de que somos um país subdesenvolvido, de capitalismo periférico, com enorme atraso tecnológico e uma péssima qualidade de vida para a maioria do nosso povo, e que, portanto existe a necessidade de um projeto, coletivo, racional, organizado, para superar essas condições e se “desenvolver” economicamente, politicamente e socialmente. Sobre isso no diz a

autora em seu mesmo texto:

“Em primeiro lugar, não há uma fórmula fixa universal para construir-se um estado desenvolvimentista. Transposições mecânicas a partir de estudos de caso bem-sucedidos ou de momentos históricos distintos estão fadadas ao fracasso. A construção de um estado desenvolvimentista deriva de um processo de experimentação e aprendizado constantes, que pode beneficiar-se de análises comparativas, mas não pode deixar de levar em conta a trajetória de cada país e suas condições institucionais peculiares. Em segundo lugar, desenvolvimento e estado desenvolvimentista estão estreitamente interligados no processo de produção de novas rotas desenvolvimentistas.”

(DINIZ, 2013, 9.p)

No trecho em destaque, a autora lança luzes quanto a esse caráter experimentalista, institucionalmente revolucionário do desenvolvimentismo, destacando a não existência de modelos e sistemas fixos para casos variados e nações distintas, privilegiando a noção de que cada nação, por suas diferenças e especificidades, tem um próprio caminho a percorrer, em um determinado tempo histórico.

Compreender isso a partir da experiência desenvolvimentista brasileira no século XX, é fundamental para a pretensão de elaborar um competente desenvolvimentismo do século XXI. Para isso, basta entender que o próprio termo “desenvolvimento” e seu significado está em constante mudança a depender do período histórico, do local, e da classe social de quem maneja o conceito.

Cabe entender que desenvolver algo, nesse sentido, é, no mais abstrato possível do termo e do processo, pegar algo que “é”, no presente, observar suas contradições, suas falhas e seus padrões ao longo de certo período, postular um “ideal futuro” utilizando um sistema ético, para elaborar um plano racional de transição a partir dos dados obtidos, e executá-lo utilizando as ferramentas necessárias e adequadas a realidade do processo, com a finalidade de atingir essa meta final previamente idealizada.

Seguindo essa analogia superficial, o projeto desenvolvimentista de cada nação seria esse modelo de transição entre o que “é”, o presente instantâneo, comumente referido na tradição filosófica como o

“ser”, e o que pode “vir-a-ser”, o futuro, e o estado-desenvolvimentista seria a ferramenta, que deve ser reformada ela mesma, para cumprir seu propósito de formar e moldar o processo de desenvolvimento, sendo sempre um processo de construção de um futuro.

É bom salientar que quando o objeto, a ser “desenvolvido” se trata de uma nação ou de uma sociedade, o processo se demonstra muito mais complexo do que na simples analogia anterior, pois é notável que nesse caso, o próprio objeto tem em-si, internamente, diversas agendas distintas e opostas entre si, opiniões e interesses particulares, e a vontade de participação popular das maiorias excluídas sobre a construção do seu próprio futuro, que contrastam muitas vezes com os interesses de grupos privados poderosos que de forma ou outra tentam monopolizar, ou influir no processo.

Ainda assim, a grosso modo, a comparação, embora simplória, se torna uma forma válida de, expondo suas limitações próprias, comunicar sobre a mecânica de conceitos teóricos abstratos em sua superficialidade mais geral. Se torna importante destacar, que o “vir-a-ser”, o futuro ideal, é dependente daqueles que o pensam, como indivíduos e principalmente como construção coletiva com influências de classe social, fazendo como que o conceito de desenvolvimento esteja em constante disputa, por diferentes grupos, cujos lugares utópicos — futuros ideais — são divergentes e por vezes mutuamente exclusivos. Essa discussão se mostra muito pertinente no próximo evento histórico de relevância para a análise dos temas propostos.

Em terceiro lugar, cabe destacar o infeliz evento histórico conhecido como golpe cívico-militar de 1964 e seu subsequente regime autoritário, a ditadura. Sobre esse período, nos fala a autora em seu texto *“A transição política no Brasil: Perspectivas para a Democracia”*:

“Como é sabido, uma das particularidades do regime autoritário brasileiro consistiu na ausência de uma ruptura drástica com a fase precedente, mantendo-se, embora sob controle, o funcionamento das instituições representativas e dos procedimentos eleitorais. No decorrer do tempo, o processo eleitoral evoluiu, porém, segundo uma dinâmica própria, transcendendo de fato os limites impostos pelo regime. Da mesma forma, os partidos, criados pelas elites autoritárias para fornecer-lhes uma base de sustentação e legitimar a ordem em vigor, escaparam-lhes do controle, terminando por desempenhar a contento suas funções de canalizar as preferências reais do

eleitorado. Assim é que a insatisfação geral com o regime, a oposição ao governo militar e enfim o repúdio ao autoritarismo puderam expressar-se através do sistema partidário. Esta capacidade dos partidos de exprimir o protesto popular foi um dos fatores cruciais para a erosão do regime.”

(DINIZ, 1986, 3.p)

No trecho acima, Elis Diniz expõe com maestria um importante dado para análise. O golpe militar de 1964 não alterou abruptamente o modelo econômico, embora tenha destruído uma geração de intelectuais que se empenharam em montá-lo, mortos e exilados.

Este regime ditatorial demonstrou autoritarismo em impor, sem direito de escolha do povo, (*os maiores beneficiados e os principais excluídos, no arranjo feito nos parâmetros do antigo modelo*), carregando adiante o esqueleto do projeto anterior, de forma muito mais unidimensional, servindo apenas a classe dominante doméstica e ao imperialismo. Este fato representa, também, a disputa pelo conceito de “desenvolvimento” no Brasil.

A ditadura militar foi um regime de acordo entre militares, elites internas e os interesses de potências estrangeiras, para sabotar o projeto de desenvolvimento do presidente João Goulart, proveniente de uma agenda construída junto ao povo, para em seu lugar passar a agenda das elites.

Isso pode se notar, como bem cita a autora em seu texto, pela potência da vontade da classe trabalhadora de ser escutada ao longo dos 21 anos de martírio, sentimento esse que foi se intensificando quando do período redemocratização, a medida em que foi se tornando mais óbvio e desgastante politicamente para as elites brasileiras a evidência cristalina de quem realmente tinha voz naquele sistema político, econômico e social, os beneficiados, e quem eram os excluídos.

Vai se tornando mais evidente e mais impactante ao passo que o regime se degenera cada vez mais, e cobra o ônus de sua ruína econômica daqueles mesmos excluídos da repartição dos lucros, quando do período do “milagre econômico”.

O Brasil havia crescido bastante em termos de PIB, e avançado em termos de outros indicadores. E daí? De que isso importava agora

que estava claro quem havia enriquecido, à custa da maioria da população, que só participou da experiência do crescimento econômico em “ideia”, e nunca de fato?

Podemos então, após essa breve análise, baseada nos textos “*Desenvolvimento e Estado desenvolvimentista: Tensões e desafios da construção de um novo modelo para o Brasil do século XXI*” e “*A transição política no Brasil: Perspectivas para a democracia*”, de Eli Diniz, e na história do desenvolvimentismo no Brasil durante o século XX, responder à questão proposta no início desse ensaio: O que foi e o que pode ser o ‘desenvolvimentismo’ no Brasil?

A elaboração de uma teoria desenvolvimentista relativa ao nosso respectivo contexto e a popularização de uma agenda política visando a criação de um estado-desenvolvimentista para induzir o crescimento e a redistribuição, a industrialização e a modernização de nosso Estado, prestando serviços públicos e equipando a classe trabalhadora e fazendo fortes investimentos públicos em infraestrutura, foi o grande projeto coletivo brasileiro durante o século XX, e um dos maiores marcos em nossa história.

Para pensar no que pode ser o ‘desenvolvimentismo’ para o futuro do Brasil, é importante lembrar que este, como demonstrado nesse ensaio, foi construído na prática, e criticado construtivamente inúmeras vezes na intenção de melhorar o projeto, e adequá-lo às novas condições materiais do tempo e do local onde este é aplicado.

Talvez, o maior desafio para os ‘desenvolvimentistas’ conseguirem a mesma influência e prestígio no debate sobre a construção de nosso futuro coletivo, seja o de estudar e compreender a rica história do “desenvolvimentismo” em nosso país, relacionando esta, à criação de coisa caras ao nosso povo, como a identidade nacional, e a noção de Brasil moderno como a conhecemos, entendendo também, as limitações, falhas e equívocos, tanto práticos quanto teóricos, em toda a trajetória do desenvolvimentismo no Brasil, no século XX e XXI, de Getúlio Vargas até os dias de hoje.

O “desenvolvimentismo” para o Brasil, sempre poderá ser uma porta aberta, em branco, que pode levar a um futuro ideal coletivo. Para isso, como bem aprendemos com nossa história, temos que saber

escapar das armadilhas, como o projeto de acumulação de capital das elites, ‘desenvolvimentista’ apenas na ideia.

APÊNDICE 5. Vargas se deprime vendo a perversão imposta a sua obra.

Após a Segunda Guerra Mundial, durante a reorganização da distribuição de poder no globo, reestruturação da ordem mundial e consolidação de novas potências dominantes na geopolítica global, a América Latina experimentou um período de mudanças.

Tais foram facilitadas por uma baixa estima ao liberalismo econômico do “laissez faire” em ostracismo desde a crise de 1929, pelas condições impostas durante a guerra aos países da Europa, Estados Unidos e outros países industrializados que tiveram que centrar sua produção no setor bélico — consequentemente reduzindo de forma drástica a importação dos chamados bens de consumo — e também pelo surgimento de novas correntes políticas (e suas contrapartes teóricas) que ganharão relevância no continente latino-americano.

Se o modelo de estado majoritariamente agrário-exportador de raízes oligárquicas — de inspiração econômica liberal —, que vigorava em boa parte da região no intuito de favorecer as elites agrárias entrava em descrédito, as experiências de surto industrial para substituição de importações, ou mesmo a escassez de “mercadorias industrializadas” vividas durante a Segunda Guerra Mundial, expunham, aos olhos e aos ouvidos, uma série de contradições inerentes às formas organizacionais, relativas à distribuição, tanto de poder político quanto de riqueza, e sobretudo no quesito da baixa diversidade econômica dos países da região.

Talvez não por acaso, essas novas correntes políticas e suas contrapartes teóricas, embora distintas entre si, estejam atreladas ao menos em uma coisa: em seu diagnóstico da realidade chegam a conclusão, independente de respectivas particularidades, que seus países enfrentavam um processo de “*defasagem*”, e que por isso, a “*modernização*”, um conceito que nesse contexto está fortemente atrelado ao processo de industrialização, seria também uma forma de redenção social e econômica.

Se antes o Estado era quase que inteiro voltado para atender as necessidades das elites-agroexportadoras e de outros oligarcas locais,

os depositários dessa “*nova tradição*”, os desenvolvimentistas, postulavam que o Estado deveria planejar racionalmente (dentro do que naquele período seria através de um viés capitalista moderno) um processo de transformação social, econômica e política, profundos, e em maior ou menor grau, alterando suas configurações organizacionais, de forma a fomentar um processo de industrialização tardio, visando tanto o abastecimento interno quanto a inserção no mercado mundial. Em suma, para eles, seria o Estado o polo central “*modernizador*” e a ferramenta para se chegar a redenção.

Não é de se estranhar, portanto, dado o contexto daquele período histórico exótico, de revolução tecnológica e pós-guerra, onde existia um espaço para rearranjos que, em geral, as manifestações reais de tal vertente econômica tenham vindo atreladas a ideologias de caráter nacional-popular. Aquele foi um período em que os países da região vislumbravam tirar o melhor proveito da reorganização geopolítica do globo. Não necessariamente dela “em-si”, mas de seu “vir-a-ser”.

Dessa percepção de que no breve hiato das forças hegemônicas, antes de postularem novas regras ao jogo geopolítico em escala global, seria possível decidir um curso que mudasse a inserção geopolítica dos países da região, escapando de uma relação econômica semi-colonial e submissa com os países desenvolvidos, surgem também em destaque as questões relativas à soberania e ao interesse nacional.

Tomemos como o exemplo disso, o Brasil, que ciente da virada que haveria de acontecer no pós-segunda guerra, condicionou sua participação nesta à ajuda e patrocínio na criação de sua indústria siderúrgica. Visando não apenas conseguir certo prestígio político internacional, mas salvaguardar sua soberania e interesses nacionais, e principalmente postular uma futura posição global mais relevante que a de exportador de produtos primários.

Ao criticar a corrente de filosofia da história conhecida como historicismo, Walter Benjamin, no primeiro apêndice de suas “*Teses sobre o conceito de história*”, sustenta que:

“O historicismo se contenta em estabelecer um nexo causal entre vários momentos da história. Mas nenhum fato, meramente por ser causa, é só por isso um fato histórico. Ele se transforma em fato histórico postumamente, graças a

acontecimentos que podem estar dele separados por milênios. O historiador consciente disso renuncia a desfiar entre os dedos os acontecimentos, como as contas de um rosário. Ele capta a configuração, em que sua própria época entrou em contato com uma época anterior, perfeitamente determinada. Com isso, ele funda um conceito do presente como um “agora” no qual se infiltraram estilhaços do messiânico.”

Nesse sentido, o período histórico de rearranjo geopolítico anteriormente citado, poderia ser encarado, em termos benjaminianos, como “o messiânico”, ou seja, uma oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido, nesse caso, o passado colonial, a submissão econômica, o atraso, e o subdesenvolvimento.

Restava saber, porém, qual futuro estava em disputa, qual era o conceito de desenvolvimento em questão, e principalmente qual seria a noção de progresso em jogo. Em seu texto “*Movimientos Sociales, matrices socio-políticos y nuevos escenarios en América Latina*”, no sétimo capítulo, de nome “*La ilusión desarrollista*”, a autora Maristella Svampa comenta sobre a influência de uma concepção unidimensional de desenvolvimento, referente a uma noção hegemônica positivista muito presente no “*espírito do tempo*” do século XX, inclusive no marxismo, atrelada ao cientificismo e a uma visão linear e progressiva da história, embalada pela filosofia do historicismo:

“Por otro lado, recordemos que hasta bien entrados el siglo XX, no existía lugar político e ideológico desde el cual oponerse al irresistible credo del progreso, ya que se desconocían–o bien, se desestimaban–las consecuencias destructivas que podía generar una modernización sin freno. En rigor, había un único paradigma de la modernización, al cual adherían incluso las diferentes corrientes del marxismo, cuya visión productivista y homogeneizante del progreso fue puesta a prueba en varias oportunidades y contextos históricos. En este sentido, América Latina no fue una excepción, pues la modernización y el credo productivista supieron ser la bandera que enarbolaron tanto los Estados desarrollistas como las diferentes experiencias nacional–popular. Antes bien, quizá mucho más que en otras latitudes, las izquierdas –tanto en su matriz anticapitalista como nacional–popular se mostraron sumamente refractarias a las corrientes críticas (ambientalistas y ecologistas) que se iban pergeñando a la luz de las diferentes críticas del paradigma productivista.”

Em outro trecho de Benjamin, proveniente de sua décima primeira tese, podemos ver uma menção que, apesar de ser uma análise feita a partir da observação da dinâmica de países desenvolvidos, prova-se de razoável valor para complementar Svampa e compreender a posterior corrupção autoritária, imposta sobre o projeto desenvolvimentista democrático, no desenrolar da guerra fria:

“O conformismo, que esteve sempre em seu elemento na social-democracia, não condiciona apenas suas táticas políticas, mas também suas ideias econômicas. E

uma das causas do seu colapso posterior. Nada foi mais corruptor para a classe operária alemã que a opinião de que ela nadava com a corrente. O desenvolvimento técnico era visto como o declive da corrente, na qual ela supunha estar nadando.

Daí só havia um passo para crer que o trabalho industrial, que aparecia sob os traços do progresso técnico, representava uma grande conquista política. A antiga moral protestante do trabalho, secularizada, festejava uma ressurreição na classe trabalhadora alemã. O Programa de Gotha já continha elementos dessa confusão.

Nele, o trabalho é definido como “a fonte de toda riqueza e de toda civilização”.

Pressentindo o pior, Marx replicou que o homem que não possui outra propriedade que a sua força de trabalho está condenado a ser “o escravo de outros homens, que se tornaram... proprietários”. [...] Esse conceito de trabalho, típico do marxismo

vulgar, não examina a questão de como seus produtos podem beneficiar trabalhadores que deles não dispõem. Seu interesse se dirige apenas aos progressos na dominação da natureza, e não aos retrocessos na organização da sociedade. Já estão visíveis, nessa concepção, os traços tecnocráticos que mais tarde vão aflorar no fascismo. Entre eles, figura uma concepção da natureza que contrasta sinistramente com as utopias socialistas anteriores a março de 1848.

O trabalho, como agora compreendido, visa uma exploração da natureza, comparada, com ingênuo complacêncio, à exploração do proletariado. Ao lado dessa concepção positivista, as fantasias de um Fourier, tão ridicularizadas, revelam-se surpreendentemente razoáveis. Segundo Fourier, o trabalho social bem organizado teria entre seus efeitos que quatro luas iluminariam a noite, que o gelo se retiraria dos pólos, que a água marinha deixaria de ser salgada e que os animais predatórios estariam a serviço do homem. Essas fantasias ilustram um tipo de trabalho que, longe de explorar a natureza, libera as criações que dormem, como virtualidades, em seu ventre. Ao conceito corrompido de trabalho corresponde o conceito complementar de uma natureza, que segundo Dietzgen, “está ali, gráatis”.

Mesmo que tenham conseguido perceber o “messiânico”, esse espaço hábil para manobras, os depositários da teoria econômica desenvolvimentista em sua forma democrática, e sua contraparte

política, representados no Brasil do século XX pela tradição do Trabalhismo Brasileiro, talvez tenham sido traídos, ainda que inconscientemente, pela fundamentação historicista, linear, e progressiva, de sua própria percepção de como operava o movimento histórico, e do que consistia desenvolvimento e progresso.

É verdade, porém, que essa lhes foi dada, como uma espécie de cavalo de troia conceitual, pela própria tradição herdeira do iluminismo, fortemente influenciada por uma visão metafísica, categorizante e estática da realidade, a qual estes julgavam, em maior ou menor grau, combater. Isso somado ao fato de julgarem ser apenas o “atraso”, tendo maior enfoque para a defasagem tecnológica das forças produtivas, o seu anticristo particular, colaborou para que tais vertentes não raro acabassem por caminhar pelo bosque das interpretações mecanicistas da transformação social.

O que fez com que, apesar de almejarem uma reorganização social e econômica profundas — em alguns casos, como no brasileiro, visando aliar a noção de democracia com a concepção de direitos sociais e justiça social — a transformação e reorganização econômica fosse privilegiada em detrimento da repartição do poder e da riqueza em maior grau, culminando num maior avanço em forma de industrialização, obras de infraestrutura, e na estruturação de um aparato burocrático estatal compatível com o capitalismo moderno que pretendiam criar.

Ainda que estivessem longe de ter uma interpretação unidimensional e estática do conceito de desenvolvimento, por muitas vezes se basearem em uma interpretação mecânica, por etapas, linear progressiva da história, certamente influenciados também pela enorme necessidade encontrada por todos eles em desenvolver as forças produtivas de seus respectivos países, estes acabaram por abrir uma caixa de pandora, ao ajudar a difundir e popularizar uma visão tecnicista do progresso, que apresenta uma relação íntima com a noção de industrialização.

Isso pode ter ocorrido pelo fato de terem sido eles os pais da industrialização em seus respectivos países, torna-se natural supor que boa parte de sua propaganda fosse centrada em uma espécie de louvor

ao conhecimento técnico-industrial, e no domínio da natureza pelo homem.

Como ressaltam Benjamin, e Maristella Svampa nos trechos anteriormente destacados, um dos grandes problemas de se defender direta ou indiretamente a “*cultura a-crítica do progresso*” é acabar lançando as bases para uma visão unidimensional do conceito de desenvolvimento que, se subvertida, corrompida e utilizada, tanto por um agente externo mal-intencionado quanto por uma elite nacional frustrada, pode aparecer na forma de um projeto que visa meramente a acumulação de capital, tendo como base uma noção unidimensional e extremada do conceito de desenvolvimento, e uma radicalização pelo progresso superficial e tecnicista.

Nesse sentido, infelizmente, a história da América Latina no século XX, parece demonstrar isso. Muitas vezes sob pretextos geopolíticos ligados ao contexto da Guerra Fria, governos desenvolvimentistas democráticos foram derrubados para dar lugar a governos ditatoriais, economicamente desenvolvimentistas, de viés autoritário, muitas vezes ligados a cúpulas militares aliadas ao ocidente geopolítico.

Governos esses que perseguiam seus bem intencionados antecessores, lhes imputando o signo de “*inimigos do progresso*” e perverteram e dilaceraram a majestosa obra-prima de sua racionalidade, para triturar seu próprio povo, em repressão e exploração laboral, por interesses estrangeiros e em prol da acumulação de capital, de sua agora mais diversificada, classe dominante.

APÊNDICE 6. Sobre a oligarquia, a democracia burguesa e a democracia socialista:

Pode ser uma opinião polêmica e contundente, mas a bem da verdade, e ao contrário do que afirmam alguns, a maior parte dos regimes do ocidente, se fôssemos observar utilizando o critério de análise que os gregos antigos utilizavam para descrever a democracia e suas variantes, não deveria ser considerada nem sequer como “democracia”, e sim como “oligarquia”.

A nossa Nova República, inclusive, degenerou por este caminho. É o poder do mercado e das oligarquias locais, a classe dominante, que governa, sem povo. A democracia-burguesa é, pois, oligarquia. É impressionante como tem gente que se diz de esquerda e diz conseguir compreender que a ideologia dominante turba o “senso comum”, e nos impõe muitos preconceitos. Consegue compreender, por exemplo, na esfera econômica, que ocorreu algo similar com a “Profecia de Fukuyama” o fim da história e o consenso econômico neoliberal, mas não consegue conceber um modelo de democracia mais avançado, pujante, livre e igualitário que a democracia-liberal.

Pior, se apegam a esta “democracia-liberal” rebaixada, que na realidade é “oligarquia”, como se fosse um valor universal e absoluto. Isso tem um efeito tal qual uma bola de ferro amarrada no tornozelo. Mina completamente a capacidade de inovação institucional, política, econômica e social.

Exatamente por isso, devemos observar a estratégia neoliberal progressista de falar de representatividade em abstrato como um dogma sagrado: *“Ah! mas nossa meta tem que ser conseguir representatividade. Você não quer isso?”*

Não, nossa meta final não tem que ser essa. Isso é um engodo para a salvação do mais que podre parlamento burguês. Justamente, representatividade só é promovida como algo importante, quando estamos restritos a um modelo de organização política que priva a maior parte da população de participação política direta!

Não queremos que alguns pouco escolhidos a dedo pelo poder financeiro representem minorias e trabalhadores no parlamento burguês

como avatares. Na verdade, pensamos que isso é burlesco, patético e muitas vezes preconceituoso.

Queremos democracia direta, no âmbito local, nos bairros e pequenos municípios, e outras formas de organização política para estados e federação que fujam a lógica liberal da representação. Isso, sim, é libertador! Queremos conselhos de trabalhadores nas fábricas e demais locais de trabalho, isso sim, é libertador!

Representatividade em abstrato como pressuposto universal é uma mentira, e do pior tipo. Daquelas que nos tiraram do caminho correto. Por tanto, a “representatividade”, em abstrato, em uma sociedade de classes onde domina os interesses das elites políticas e econômicas que não são parte do povo é uma falácia. Há, de outra forma, necessidade real, sim, de se aumentar os mecanismos de representação e participação direta, ou seja, de representação real, mantendo contra-pesos para não ser criada uma tirania da maioria contra a minoria.

Trabalhador brasileiro, quem é melhor para te representar nas decisões locais, estaduais e nacionais, que mais impactam na sua vida, do que você mesmo?

APÊNDICE 7. Sobre os “demofóbicos” e os “demófilos.”

Recentemente (em 2020) circulou em um desses sites populares entre a esquerda-libertária um texto que representava apenas mais um capítulo da atual querela que existe entre a “esquerda libertária”, a “esquerda nacionalista” e o “petismo”.

Em tal texto, concluímos que o autor associa parte da esquerda (*aquela que acredita que 2013 surgiu já como um golpe da C.I.A*) a uma suposta rede super-estrutural de narrativa pró-Rússia (*pró BRICS, na verdade*) e a repressão de protestos populares de massas ao redor do globo, assim denominando-os “*demofóbicos*”.

Nesse sentido, tais afirmações guardam uma verdade significativa que tal grupo, tido como “*demofóbico*”, sobretudo os petistas, parece não entender bem: *mesmo que a própria C.I.A tenha participado de eventos recentes no Brasil, isso não significa que ela necessariamente começou a onda de protestos em 2013*.

Por norma, estados-nacionais se aproveitam de contradições internas reais para mobilizar agentes internos contra regimes e modificar sistemas políticos, de tal forma que, o fato de uma onda de manifestações atingir enormes proporções, com auxílio de think tanks e agentes estrangeiros, *não significa que elas não tenham começado a partir de contradições reais*, portanto, terem surgido de manifestações legítimas da classe trabalhadora.

Isso me parece muito claro. A parte da esquerda que afirma que “2013 surgiu da C.I.A” joga num papel lógico fundamental para **ocultar os erros e contradições do projeto petista**, que geraram as legítimas manifestações de junho de 2013. Por outro lado, *aqueles que afirmam não ter existido nenhuma participação da C.I.A, do estado americano e de corporações estrangeiras e nacionais*, após a primeira onda de protestos de massa, até o ano de 2016, não consegue compreender que:

O fato dos protestos serem legítimos em sua origem não significa que a C.I.A, o estado americano, e corporações não possam ter se aproveitado do processo, sobretudo quando a classe média despolitizada entrou massivamente nos protestos, para mudar os rumos

destes, perigosamente revolucionários para nossa classe dominante local e seus associados internacionais, para mudar a gerência incompetente do capital (*representada pelo petismo*), e emplacar uma “contra-revolução” na figura de Temer e Bolsonaro, que representam uma *enorme e inegável virada rumo a uma política externa acoplada ao ocidente*, além de, através disso, *retomarem influência política e econômica em nossa região, e em simultâneo golpear um forte ator latino-americano dos BRICS*.

Se o primeiro tipo de “esquerdistas” é “*demofóbico*”, o segundo tipo não seria, então, um “*demófilo*”? Não no sentido de ser um “*amante do povo*”, mas um fetichista das massas e um “*amigo internacional da democracia*”? Tais socialistas, muito influenciados por “*marxistas ocidentais*” parecem se esquecer que muitos dos participantes da “*Marcha da Família com Deus pela Liberdade*” eram apenas trabalhadores, que muitos dos que participaram dos “*panelaços*” que ajudaram a depor e matar Allende, também.

Se esquecem que num mundo imerso na ideologia dominante, os trabalhadores não estão imunes a esta, e *podem marchar clamando sua própria desgraça*. Nenhuma das análises acima está correta, se o primeiro tipo de “*socialista em esfera nacional*” opera em uma função lógica pró PT e ao nível internacional pró BRICS, e isso os expoentes do “*segundo tipo de socialista*” citado fazem muito bem ao dizer, tal sagacidade parece não vir à tona para refletirem que, quando negam a atuação do império norte-americano, da C.I.A e da OTAN, em sequestrar pautas e demandas populares e aplicarem trocas de regime se aproveitando da contradição destes, em áreas dominadas por seus rivais geopolíticos, em um contexto de Segunda Guerra-Fria, como exposto por Moniz Bandeira, nos iludem tanto quanto seus detratores, operando papel pró EUA, OTAN e ocidente ao elipsar tais fatos.

A verdade está no meio disso, ambas as análises são verdadeiras e não são em simultâneo. Nenhuma delas está totalmente completa, ambas estão cheias de lacunas e carregam algumas verdades particulares. A nós, socialistas comprometidos cientificamente com o estudo do processo histórico, econômico, geopolítico e social, cabe compreender, sem elipsar ou fabular para nenhum dos lados, essa

enorme disputa entre esses dois polos globais do capitalismo, o antigo pólo central do capital, representado pelo império do norte e pela UE, e o pólo nascente dos países emergentes, representado pelos BRICS, sobretudo pela China e pela Rússia.

Tendo em mente que o critério para qualquer socialista refletir sobre isso não deveria ser “*tal revolta em tal país é pró-EUA*”, ou “*tal propaganda sobre tal coisa é pró-Rússia*”, e sim “*o que isso agrega para a luta da classe trabalhadora em tal país, e para a luta da classe trabalhadora em nível global*”. Mais proveitoso seria refletir, o que de positivo e negativo tais revoltas recentes agregaram para as lutas.

Por exemplo, o caso ucraniano, nos parece muito evidente que a classe trabalhadora não ganhou nada com a mudança de regime ocorrida no país. Os mais influenciados pelo “*marxismo ocidental*” poderiam argumentar: “Mas ao menos a Ucrânia saiu da zona de influência da Rússia.”

Isso só seria de fato, positivo para a Ucrânia e sua classe trabalhadora, se não fosse o custo para tal. Se o país saiu da zona de influência de uma potência regional, a Rússia, e entrou diretamente na zona de influência da UE, e dos EUA, com o recente escândalo que pode culminar no impedimento de Donald Trump (*relacionado a Hunter Biden e sua atuação na Ucrânia*) comprova.

A que custo? O que tem de positivo em sair da influência de uma Rússia reacionária para entrar na influência dos “esclarecidos” EUA e UE, que fortaleceram a ideologia de extrema-direita na Ucrânia ao longo do processo, facilitando a existência de esquadrões da morte paramilitares, de ideologia neo-nazista, como o batalhão “Azov”, para tal? Decerto, não são dotados de mera bondade os interesses da Federação Russa, mas analisando com frieza a dinâmica regional, sem elipsar nada, o caso ucraniano nos mostra que só os EUA, UE e OTAN tiraram algo disso, ficando a classe trabalhadora ucraniana fragmentada e fragilizada.

Addendum: Sobre a questão da Bolívia e o que ela nos ensina sobre as análises da esquerda brasileira?

“Outro disfarce foi aquele de apresentar uma posição mais à esquerda do que a esquerda conhecida e identificada, para dar duro combate a esta. Uma posição de ultra-esquerda foi o disfarce mais comum que a reação assumiu, em certo tempo. Claro que, ainda aqui, há que ressalvar aqueles que assim procediam por honesto propósito, ainda que ingênuo, de fazer uma revolução verbal onde não havia condições para uma revolução real. Uma das ambiguidades conferidas por esse disfarce foi o de exorcizar o que apelidaram de “totalitarismo.””

*Nelson Werneck Sodré,
Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil, 1990, p. 132.*

No final do ano passado (2019) ocorreu um golpe na Bolívia, alinhado aos interesses norte-americanos em nossa região. A essa altura, isso nos parece que já é mais ou menos claro para todos, certo? A OEA (isso já pode ser dito, pois, foi comprovado) dirigida por aliados norte-americanos, acusou Morales indevidamente de fraude eleitoral, cometendo assim, ela mesma, uma das maiores fraudes da história do continente americano.

Pois, bem! Enquanto rolava o aquecimento para o golpe, o entendimento infelizmente não era esse. Parte da esquerda brasileira, acreditou e endossou em boa parte os argumentos dos golpistas, tais quais “*ele está há muito tempo no poder*”, “*a eleição foi fraudada*”, “*o povo não quer mais ele no poder*”, e o nosso “*favorito*”, pela estupidez cavalar que deve ser exigida para repetir uma asneira dessas, “*existem contradições em seu regime*”.

Contradições existem em TODOS os regimes políticos, **e essas podem ser utilizadas não apenas pela classe trabalhadora para engendrar uma revolução, como pela burguesia local, ligada ao imperialismo, para passar adiante contra-revoluções preventivas**, e operações de “regime change”.

Ironicamente, muitos do mesmo grupo da esquerda que adoram falar na existência de um “*fascismo vermelho*” na esquerda nacional, tão conscientes do fato de que as massas podem ser mobilizadas por

motivos “errados”, parecem se esquecer disso a cada novo tópico pautado pela mídia ocidental.

É exatamente por isso que o materialista histórico, não deve cair no vale idealista do discurso anti-hegemônico por si só, ou na ilusão das pautas e da propaganda, e sim analisar as classes sociais envolvidas, qual classe tem a influência sobre o movimento, como a situação se desenrola, se a classe trabalhadora tem força e organização, ou se é possível que cresçam, para impor o seu programa.

A não ser, claro, que sua militância seja, na verdade, apenas mais uma das identidades disponíveis na era das “*políticas de identidade*”, a “*identidade anti-hegemônica ocidental*” em sua versão de esquerda. Muitas vezes, o movimento pode ser composto majoritariamente pela classe trabalhadora e da pequeno-burguesia, isso não impede que um minúsculo grupo da elite local associada ao imperialismo, mais poderoso e mais organizado, esteja na direção do processo, e ao invés de levá-los a construir sua redenção com as próprias mãos, os leva direto para o abatedouro.

Essa semana (*primeira semana de setembro de 2020*), segundo relatado por matéria do caderno de política internacional do Estadão, comprovou-se a atuação de uma campanha de desinformação conduzida por uma empresa norte-americana, para difundir os mesmos argumentos descritos acima, massivamente para fins propagandísticos.

A publicação relata o caso de uma empresa norte-americana que, segundo a golpista que no momento governa a Bolívia, foi contratada no final de 2019 e paga pela classe dominante boliviana para engendrar um processo de desinformação, podendo, na realidade, ter atuado durante todo o processo. Entre o que parecem ser várias outras conexões, há forte indícios para crer nisso, visto que, pelo que revelou o Estadão, até páginas e sites, teoricamente para checar se notícias eram reais ou “fake news”, eram falsos e patrocinados pela classe dominante boliviana e pela junta maldita para espalhar desinformação...

Cabe destacar, por honestidade, isso não significa dizer que estes “*companheiros confusos*” tiveram qualquer influência no debate ou nos acontecimentos bolivianos, visto que, tampouco conseguem influenciar em muita coisa nos debates de seu próprio país.

Por outro lado, militantes desse “*naipe*”, embora detestem “cancelamentos”, adoram levar as coisas para um lado da moral ao invés de debater as causas da opinião contrária de seu “*interlocutor*”. Um exemplo comum é taxar de “*inimigos dos trabalhadores*” pessoas que apenas pontuam a óbvia influência americana no processo, e que, evidentemente, tal movimento não irá terminar bem para a classe trabalhadora daquele país.

Tudo bem, que estes que cometem tais heresias, hoje, nem sequer parecem se recordar que existe um país chamado Bolívia. Também não devem se recordar da existência de um país chamado Ucrânia, nem da existência de um país chamado Síria, simplesmente por que só comentam ou interagem com esses tópicos durante a onda midiática ocidental que pretende se aproveitar de tais temas.

Então, já que parecem ter perdido o interesse na Bolívia, lhes faço um favor, trago notícias de lá, o país hoje (2020) é governado por uma junta composta de militares golpistas e a extrema-direita americanófila da Bolívia, que mata, persegue, barbariza em um grau sem precedentes na história recente da Bolívia, a classe trabalhadora indígena daquele país.

Além disso, cabe destacar, para a ironia da situação, essa mesma junta militar que assumiu o poder sob os argumentos de que “*Evo estava muito tempo no poder*” e não havia democracia real, agora NÃO QUER FAZER ELEIÇÕES. Ficamos, portanto, intrigados com o sumiço dos camaradas, que ligavam tanto para a “democracia boliviana”, a falta de democracia lá não lhes incomoda agora?

Ou só compartilham matérias, links e postagens, durante a onda da mídia, reagindo a estímulos de entes que vocês nem sequer conhecem ou imaginam donde vem? Sigamos acompanhando a situação da Bolívia, e como não poderia deixar de ser deixamos um questionamento:

Como categorizar aquele que é “*amigo dos trabalhadores*” na aparência e conveniência de sua retórica, mas apenas faz coro com a reação e com o imperialismo ocidental, mesmo que sem nem saber, no conteúdo de seus posicionamentos?

Se chamam “demófilos”, mas não em seu sentido original, o de “amigos do povo”, mas sim em sua degeneração e corrupção, com significado de *“amigos da multidão”*. De nossa parte, socialistas científicos, é preferível ter o discurso feio, que contenha algo de urgente da realidade, para defender a classe trabalhadora de um perigo imediato, do que apoiar toda e qualquer intervenção do imperialismo ocidental, que vai matar, moer, destruir, sumir, e dinamitar a memória e a luta de tais povos.

APÊNDICE 8. Sobre o conceito de “internacionalismo”, em geral, e sobre o falso “internacionalismo proletário.”

Internacionalismo, não é, como alguns mentecaptos imaginam, o oposto e total negação direta do nacionalismo. Caso assim fosse, a palavra a recorrer seria anti-nacionalismo. Até mesmo o estranho neologismo, “a-nacionalista”, faria mais sentido do que acreditar que internacionalismo, de alguma forma, seja o direto oposto de nacionalismo.

Recorremos ao português: internacionalismo, como se deve imaginar, advém da junção das palavras “nacional” e o prefixo “inter”, que do latim significa “entre”, com a adição do sufixo “ismo”, que representa doutrina, movimento ou posição política/intelectual. Neste caso, podemos perceber perfeitamente como dentro de “*internacional*”, ou “*internacionalismo*”, existe sempre ao menos mais de um “*nacional*” implícito, pois a própria palavra “*internacional*” em seu significado e construção de origem transmite a ideia de nações, nacionalidades e nacionalismos que se relacionam.

Posto que, por mais que alguns camaradas nunca tenham parado para pensar, é simplesmente impossível ser “*internacionalista*” ou existir uma relação “*internacional*”, sem a existência de nações. A própria palavra internacionalista já nos alerta para um fato muito importante, vivemos num mundo de hegemonia dos estados-nacionais enquanto forma de organização.

Alguns, sob base argumentativa mais coerente, ainda assim enganosa como veremos, se enroscam no manto do “*universalismo em abstrato*” e proclamam um falso “internacionalismo proletário”, porém levam tão literalmente e de forma tão confusa as afirmações de que operários não tem pátria ou nação que acreditam piamente que estes não possam, ou não devam, tê-las nunca.

Se esquecem que o “*internacionalismo proletário*” é oposto apenas ao “*nacionalismo burguês*”, sendo o “*nacionalismo popular*” não o seu contrário, mas sua contraparte. Pior, caem na completa negação da categoria de “*nação*” ou da “*questão nacional*”. Defendem, portanto, uma classe trabalhadora que só existe na ideia, posto que, na realidade

material, quase todo o globo se organiza em estados-nacionais, e quase todos os trabalhadores do mundo estão em nações.

No mais, tal postura, de “*internacionalismo proletário*” que não considera as nações onde os trabalhadores vivem é conceitualmente absurda, pois na atual fase onde o movimento dos trabalhadores necessita do “*internacionalismo proletário*”, necessita justamente porque existem nações onde estes estão inseridos e elas, no que lhe concerne, são objeto de disputa na luta política, portanto, tal práxis, carrega em si uma ilusão linguística:

Pois, o próprio conceito, em seu sentido fiefi e original, assume que enquanto todo o globo não for socialista, de nação em nação, para com sua integração termos o advento da República Socialista Mundial e não houverem mais ameaças mobilizadas contra a construção do socialismo na terra, hão de existir “nações”.

E já que não tem como existir “*internacionalismo proletário*” sem considerar “nações”, então tal atitude e postura de negar a verdade que existe na categoria de “nação”, negando que as nações sejam objeto real de disputa política para a luta revolucionária dos trabalhadores, e negando que a “questão nacional” é uma pauta importante para mobilizar a classe trabalhadora de todo o globo, tem outros nomes que não os revindicados por seus defensores, como, por exemplo, cosmopolitismo que do “*internacionalismo proletário*” real não possui nada, pois apenas se atém a categoria do universal, de forma idealista e romantizada, e ignora completamente o particular.

APÊNDICE 9. Sobre o “liberalismo autoritário”, a descentralização das fábricas, o renascimento da extrema-direita organizada na Europa e nas Américas, o caso brasileiro e da América do Sul.

O movimento do “liberalismo autoritário” europeu até o século XXI e a supressão de garantias constitucionais e direitos em nome da produtividade:

Os apologistas do “liberalismo autoritário²⁰” chocam cabeças violentamente enquanto começam a colher os frutos, podres, das sementes que plantaram. Após a dissolução da URSS, pilar na integração entre os restantes países do antigo “bloco comunista”, o capitalismo pôde voltar a se movimentar rumo ao controle de todo o globo com extrema “liberdade”.

Se durante a Guerra Fria o capitalismo se viu obrigado a fazer concessões na relação capital x trabalho, “perdendo²¹” com isso produtividade (*reduzindo a intensidade da extração da mais-valia*), sobretudo em zonas próximas à URSS, visando em simultâneo mascarar o caráter exploratório de seu modo de produzir, bem como suas desigualdades econômicas, sociais e na repartição do poder, ao passo em que reforçava, também por meio de propaganda, as contradições internas e falhas de seu rival, após o fim da URSS, porém, o capital não tinha mais com o que se acanhar.

É bem verdade que essa mudança não ocorreu de forma homogênea ao redor do globo, as sociais-democracias europeias (*para alguns, símbolo de prosperidade do passado recente exemplo e modelo para muitos teóricos e ideólogos contemporâneos na América do Sul*²²)

²⁰ Difícil é dizer quando o liberalismo, por mais paradoxal que pareça aos ingênuos e inocentes, não é autoritário na imposição de sua visão de mundo e de suas formas de relações econômicas. Ainda assim, podemos admitir a existência de tipos mais autoritários, como o é caso do governo francês nesse momento (2018).

²¹ Nesse caso, “perdendo”, trata-se de um terrível eufemismo. Como nos mostra a história e os dados econômicos atrelados a mesma, e que posteriormente nos expõe Marx, desde o advento do capitalismo, o lucro sempre foi seu norte. Essa redução consciente da “produtividade” interna se trata de uma das raras vezes em que o capitalismo sacrificou lucro-imediato para garantir lucro a longo-prazo, pois se perdesse a guerra ideológica, nada mais lucraria.

²² Na América do Sul existe uma forte tradição político-econômica que se baseia na social-democracia europeia, algo que pode ser observado na Constituição Brasileira de 1988. Essa escola se vê obrigada a adequar princípios e métodos sociais-democratas à realidade material, cultural e

não se reduziram, em totalidade, instantaneamente ao terrorismo de estado que só visa a produtividade, algo que nunca deixou de ocorrer nos “países em desenvolvimento”, tal como fez a Inglaterra sob o comando de Margareth Thatcher (1979 – 1989).

Mas ainda assim, da década de 80 até a década de 90 do século XX, o capital já havia “recobrado²³” seu, até então elipsado, costumeiro apetite ávido por lucro, o que significa dizer que a partir de tal começa um movimento progressivo, rumo a produtividade e contrário a igualdade e boas condições laborais, no coração de onde outrora se gabavam seus habitantes de suas excelentes condições de vida e melhores condições de trabalho.

É bem verdade que esse movimento encontrou resistência. Após muitos anos vivendo próximos à experiência soviética, e sob o sistema social-democrata, experienciando suas práticas e com isso enraizando seus valores, o povo e a classe trabalhadora desses países tiveram um pouco mais consciência de si e de suas potencialidades enquanto classe, tornando-os menos frágeis a guerra de propaganda, mas ainda assim, influenciados por ela, o que fez com que, na prática, não se replicasse a risca, ainda de início, o modelo inglês “thatcherista”, caracterizado pelo aniquilamento da função do estado enquanto mediador das relações entre capital e trabalho e de prestador de serviços como, por exemplo, saúde e educação pública, fazendo prevalecer a iniciativa privada e o esfacelamento do sistema previdenciário.

Restando ao estado quase que apenas a função de reprimir revoltas populares contra o sistema vigente e de proteger a propriedade privada que torna possível a extração da mais-valia e a acumulação, extremamente desigual, de capital. A Alemanha Ocidental é um bom

ideológica de seu contexto, acarretando diferenças significativas de funcionamento, e geralmente terminando com projetos que tendem a ter seu foco em desenvolver as forças produtivas. Em nosso contexto, acompanhado de uma forte característica tecnológica e industrializadora, com a prática de utilizar o Estado para regular, regulamentar e legislar sobre as relações entre capital e trabalho e redistribuir renda, sem acabar com a extração da mais-valia ou atacar diretamente a propriedade privada. Mais do que um estado-de-bem-estar-social, tende-se a projetar um estado que possa vir-a-ser um estado-de-bem-estar-social. Uma espécie de estágio intermediário entre os modelos de estado-feitoria (vendedor de produtos primários) para um estado-de-bem-estar-social, com economia diversificada, voltada a suprir as necessidades internas.

²³ Difícil é dizer quando foi que a burguesia havia, mesmo, perdido sua avidez pelo lucro e pela produtividade.

exemplo disso. Viveu o auge de sua social-democracia, no período pós segunda-guerra. A década de 80, com seu movimento embaracado rumo ao “neo-liberalismo” e a supressão das forças de trabalho em oposição ao capital, é um exemplo de um momento em que o “velho” ainda não bem morreu, mas o “novo modelo antigo” já está vivo.

Ao passo em que não podia deixar transparecer completamente sua intenção de intensificar a extração de mais-valia para aumentar a “produtividade” e a consequente piora das relações laborais inerentes a isso, também por sua evidente proximidade com a Alemanha Oriental e o simbolismo que a disputa entre ambos os projetos políticos representavam, a Alemanha Ocidental começa lentamente a engendrar o mesmo processo inglês, mas mantendo as “aparências”.

Processo esse que após a queda da Alemanha Oriental e da União Soviética, pela perda de referencial devido em parte ao “efeito Fukuyama” pôde voltar a sua máxima intensidade, sem motivos para qualquer acanhamento.

“*Como são civilizados esses alemães e sua social-democracia!*” A famigerada “*democracia para inglês ver*” da Constituição de 88 brasileira, dos direitos mais belos, nunca efetivamente cumpridos e das leis aplicadas unilateralmente sobre uma única classe chega a ser até ingênuo perto de tamanho esforço de propaganda e ilusão dispendido pela Alemanha Ocidental, “*social-democrata*” naquele período, para não explicitar suas intenções e sua função, a de uma espécie de “flautista de Hamelin” do capital, de barreira ilusória e reformista contra a emancipação da classe trabalhadora que por repressão, mas principalmente por propaganda, achou ser possível se libertar de seus grilhões por mera mudança quantitativa de direitos e pior, confiou na imutabilidade destes.

Após a queda do muro de Berlim e capitulação da Alemanha Oriental, dissolução da União Soviética e separação da Iugoslávia, o capital pôde, finalmente, para a alegria da burguesia multinacional, se expandir para novas áreas e seguir seu projeto de financeirização do globo, colonização econômica e exploração da espécie humana.

Ao mesmo tempo, com a perda do referencial que essas experiências representavam, mesmo com suas falhas e contradições,

gradualmente foi se apagando também qualquer perspectiva de mudança no horizonte e sendo em nós enraizada a noção de imutabilidade do sistema, algo extremamente tóxico, fator desmobilizador e desagregador da classe trabalhadora, tornando árduo o florescer de qualquer ímpeto revolucionário. O que facilitou o controle e repressão da massa dos despossuídos, mesmo quando esses perdião cada vez mais direitos e observavam o crescimento intensificado da desigualdade, seja em suas próprias nações ou em países em que suas multinacionais atuavam, após o começo do processo da descentralização globalizada da produção, que seguiu, também, no século XXI, intensificada após a crise de 2008.

Vejam o vergonhoso caso da Grécia, berço da democracia, pós-crise de 2008, nem um largo histórico de cidadania e democracia direta impediram o desmantelamento do estado-de-bem-estar-social grego, ajoelhado perante a Alemanha, senhora da União Europeia. A Grécia foi obrigada a aceitar garganta aberta um programa de austeridade que lhe retira qualquer potencial de investimentos em setores estratégicos e que, na prática, se lhe faz respirar um pouco mais aliviada em relação a sua economia a curto prazo, invariavelmente lhe escravizará e, com ela, seu povo, economicamente mais adiante.

Decerto que a Grécia jamais fora um polo do capital na União Europeia, como o são a Alemanha, a França, e como já foi o Reino Unido antes do “Brexit”, mas ainda assim, gozava de uma invejável situação, em comparação com a maior parte do globo, no que diz respeito a direitos sociais no sistema capitalista. Esse não é mais o caso.

A incapacidade de pensar um projeto de fato revolucionário, uma alternativa inovadora, para superar a crise de 2008 em simultâneo em que fizesse cessar a exploração e a extração de mais-valia, ou até mesmo a bem mais modesta proposta de preservar direitos previamente consolidados, se mostrou patente quando o Syriza envergonhado, após prometer mundos e fundos, mesmo sem um projeto real de superação das contradições do atual momento histórico, teve de aceitar as imposições da Alemanha e da União Europeia enquanto traia sua base.

Todos esses processos e movimentos, como, por exemplo, a crescente necessidade europeia de aumentar os níveis de produtividade, sobretudo no começo do século XXI e após a crise de 2008, evidentemente não se explicam por si mesmos sem sua relação com o sistema-mundo.

Como veremos mais a frente, a ascensão de outra forma de capitalismo na Ásia, a criação dos BRICS (*que colocou a hegemonia do capitalismo ocidental em risco, em grande parte pelo enorme crescimento econômico da China*) desempenham importantes funções e influenciam nesses processos, tanto quanto o fim da URSS.

A descentralização da produção, o desenvolvimento de novas tecnologias e a intensificação do processo de substituição da mão de obra humana; uma nova tentativa de adocicar a pílula capitalista, a assimilação das “lutas progressistas” pelo capital; o movimento que deságua no aumento do “desemprego estrutural” nos polos do capital, e a “revolta do explorado reacionário”:

A descentralização da produção, o desenvolvimento de novas tecnologias e a intensificação do processo de substituição da mão de obra humana: Desde o processo gradual de implementação do credo neo-liberal no velho continente, ocorreram transformações relativas a esta passagem do modelo social-democrata, ainda que corrompido, para o neo-liberalismo. Uma delas é a crescente descentralização da produção. Tal fato não ocorre por acaso, e se dá por pelo menos cinco motivos:

1 — Em um contexto de Guerra Fria, as classes dominantes de países centrais do capitalismo não se sentiam mais seguras para abrigar grandes parques industriais, por que isto implicava na existência de maior organização entre os trabalhadores, portanto, risco às classes dominantes de tais países.

2 — Se mantivessem a maior parte do trabalho industrial e outras formas de trabalho que propiciam a organização de trabalhadores em

países de terceiro mundo, poderiam inchar internamente seu setor de serviços, bem como de empregos terceirizados, que propiciam menor organização de trabalhadores.

Com isso, poderiam focar todo o investimento de ponta em um pequeno e controlável setor industrial que produz peças de alta-tecnologia com enorme valor científico agregado, o qual “vendem” para a enorme miríade de filiais terceiro-mundistas de seu esquema multinacional, onde tais peças são montadas no produto final.

3 — Como os países centrais do capitalismo são mais fortes geopoliticamente que os países de terceiro mundo, suas burguesias poderiam impor as políticas predatórias de suas multinacionais sobre países mais frágeis, destruindo-lhes o estado-nacional, hora fazendo acordos espúrios com ínfimas elites que “*representam*” populações inteiras, hora impondo-lhes ideologias de abertura total ao capital estrangeiro, estado-mínimo, com inchaço das forças de segurança pública para a repressão da população local e “*cobrança de maiores taxas de produtividade*”.

Não foi raro o exemplo mais extremo, da abertura de novos mercados pelo imperialismo, na base da força. Isso se dá, por que em tal forma de organização do sistema capitalista, excessivamente globalizado, não são apenas os exércitos nacionais, as milícias formais das burguesias nacionais. Mas sim blocos militares supra-nacionais, extremamente complexos.

Estes, inicialmente mobilizados para Guerra Fria, após seu fim, atuam apenas como milícia formal de um conjunto de burguesias associadas, de países centrais do capitalismo, disciplinando e impondo ordem sob países de terceiro mundo que se rebelam, ou perseguindo novas mercados e mais rapinagem sobre nossos cadáveres.

Cientes de que toda a exploração, somada a inserção dos parques industriais, provavelmente gerará greves, organização e mobilização dos

trabalhadores, destroem todo o estado-nacional e lhe tornam voltado apenas a repressão da mão de obra, visto que uma vez predada, tal nação e seu povo, são vistos como mero objeto de produção da coalização da classe dominante dos países centrais.

Reparam a semelhança do que está descrito acima com as célebres greves do ABC paulista, na década de 80, que foram duramente reprimidas pela ditadura empresarial-militar brasileira. Isso não se dá por acaso, visto que o Brasil recebeu grande parte da transfusão de montadoras automobilísticas, marcadamente da FIAT, frutos dessa “nova forma” do modo de produção capitalista global.

4 — *“Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência.”* — Karl Marx.

A passagem, ainda que gradual, para uma nova organização do modo de produção e suas consequências, implicam em novas formas de “ser”, novas e pioradas relações de trabalho, novas e pioradas relações com o estado-nacional. A pequena consciência coletiva, já avariada, mas ainda reforçada pelas relações sociais e relações de trabalho relacionados a organização anterior do modo de produção, começava a dar lugar a novas formas de consciência cada vez mais atomizadas e individualistas, como contra-parte ideológica, ou seja, super-estrutural, da nova forma de organizar o modo de produção, a infra-estrutura.

5 — Desnecessário seria dizer que não podemos nunca nos esquecer que, sob a ditadura da classe dominante, todo avanço científico-tecnológico, sobretudo os que mais impactam no avanço das forças produtivas, portanto, na organização do modo de produção, não demonstram caráter emancipatório de rompimento com o modo de produção capitalista, mas sim de aumento da exploração.

Tais países, por terem alto nível de avanço das forças produtivas, poderiam gradualmente automatizar ainda mais suas produções, “reduzindo custos” e diminuindo a organização da classe trabalhadora,

de forma a não precisar mais de trabalho humano de baixa-qualificação em uma série de áreas de sua economia, fazendo com que muitas pessoas perdessem seus empregos e vivessem trabalhadores do setor de serviços, trabalhadores terceirizados, ou trabalhadores autônomos.

O problema, claro, não está no avanço técnico-científico, nem de tecnologias, mas da questão chave: “*Qual a classe detém o controle sobre os meios de produção?*”

O predomínio do teatro democrático, do consenso neoliberal, sobre o Ocidente:

Uma vez explicitado tal movimento de mudança na organização do modo de produção, suas motivações e seu contexto, podemos analisar como isso impactou já no final dos anos 90 e começo do século XXI. Conforme mencionado anteriormente, tal processo não se deu muito rapidamente, mas ocorreu de forma mais ou menos gradual, desde meados dos anos 60, e começou a se intensificar de forma muito aguda nos anos 80.

No fim dos anos 90, tal modelo econômico passa por uma reforma, que marca seu movimento, após dissolução da URSS, para se assenhorar de todos os sistemas políticos do globo em duas frentes, mesclando-se em duas faces ideológicas, uma com características e retórica “*progressistas difusas*”, economicamente neo-liberal, e outra com característica e retórica conservadora, e também economicamente neo-liberal.

Tal teatro, verdadeiro simulacro de disputa política, um grande “telecatch” onde o neo-liberalismo econômico sempre vence, prevaleceu desde o início do século XXI na maior parte do mundo ocidental. Como exemplos, podemos observar os casos dos governos George W. Bush e Barack Obama, o primeiro, a faceta politicamente conservadora do neo-liberalismo econômico, enquanto Obama, a faceta politicamente progressista do neo-liberalismo econômico.

Ambos igualmente ruins, tanto ao nível interno, em seu país, quanto ao nível externo, mas um sendo a verdade nua crua e amarga de

digerir, e o outro, sendo uma espécie de mesmo remédio, só que bem mais doce e fácil de idealizar enquanto bombardeia nações terceiro-mundistas a esmo. Com isso, a ortodoxia neo-liberal foi se tornando o “padrão absoluto” no período que contempla o fim da URSS e o início do século XXI, o auge do sonho dourado de “Fukuyama”, de domínio absoluto do neo-liberalismo e do capital sobre o globo.

Tal processo marca o total império da aparência e da retórica nas disputas e debates políticos formais ou parlamentares visto que, na ausência de possibilidades de real disputa em termos de modelo econômico — já que ambos os lados quase sempre defenderão variações da ortodoxia econômica — sobra para o embate político meras aparências e questões sem substância.

O caso brasileiro em particular:

“Pode-se ter um termo de comparação na esfera da técnica industrial: a industrialização de um país se mede pela sua capacidade de construir máquinas que construam máquinas e na fabricação de instrumentos cada vez mais precisos para construir máquinas e instrumentos que construam máquinas, etc. O país que possuir a melhor capacitação para construir instrumentos para os laboratórios dos cientistas e para construir instrumentos que fabriquem estes instrumentos, este país pode ser considerado o mais complexo no campo técnico-industrial.”

Os Intelectuais e a Organização da Cultura — Antônio Francesco Gramsci.

O Brasil é um caso a parte, mesmo sem ter concluído sua revolução industrial de forma satisfatória, isso é, conseguindo competir na vanguarda do desenvolvimento tecnológico e científico, passou por um processo em que, ao mesmo tempo que era destino dos parques industriais de montadoras e de multinacionais, *por ser um país em desenvolvimento*, sabotou seu próprio crescimento industrial autônomo, algo que era sua meta já havia muito tempo, e a aplicar a “ideologia e política econômica da moda” na versão progressista, como se fosse um país central.

Na realidade, pretendiam com isso reeditar em nova espécie o já velho “desenvolvimento associado”, ou seja, dependência, mas dessa vez, em novos termos. Para isso, pensavam bastar seguir todas as

diretrizes dos organismos internacionais, comprometidos até o pescoço com o neo-liberalismo, fazendo o papel que Nildo Ouriques gosta de chamar de “*bom moço internacional*”.

Desnecessário dizer que não é assim que as coisas funcionam. Se o modelo criado desde o primeiro mandato de FHC e depois reeditado com nova roupagem pelo Partido dos Trabalhadores conseguiu se manter baseando-se em alto consumo interno e exportação massiva de commodities (*trocando, na prática, toneladas massivas de produtos primários com baixo valor tecnológico agregado por produtos complexos, dos mais variados tipos*), apenas se manteve até a primeira crise econômica do capitalismo global que enfrentou.

A crise de 2008 deixou bem claro que a classe-dominante ligada ao imperialismo pode escolher qual vertente e qual perfil de gerência sobre nossos países eles preferem. Após a crise de 2008 o neo-liberalismo progressista deixou de ser opção para as classes dominantes, tanto as locais associadas menores, quanto as internacionais ligadas ao imperialismo.

Isso pode ser evidenciado pelo golpe branco e troca da gerência do Partido dos Trabalhadores por um gerente representante da outra faceta do neo-liberalismo, Michel Temer, vice-presidente na chapa que elegeu a presidente. Posteriormente, Bolsonaro, um militarista ultra-repressor veio, não por acaso, a assumir o governo, com a economia sendo regida por um ultra-liberal.

Ou seja, a face mais agressiva do mesmo sistema. Isso não se dá por acaso, mas sim, pois a classe dominante ligada ao imperialismo quer aumentar a produtividade, apertar o passo da contra-revolução, e assegurar que as perdas da crise de 2008, e agora mais ainda com a crise acentuada pela pandemia, sejam pagas com o sangue e o suor de nações e populações submetidas.

Uma oportunidade histórica, até aqui, não aproveitada pela esquerda-radical:

Tais processos geraram um quadro bastante singular, mas que em si não apresenta nada de tão inovador. Como é de conhecimento

notório, são as contradições dos próprios sistemas que os derrubam. Com a tomada do neo-liberalismo por quase todo o globo, e tendo a versão progressista chegado ao poder em muitos países no começo do século XXI, em um período que coincidia com o período de maior globalização e descentralização da produção, parte dos efeitos negativos para a classe trabalhadora, começou a estourar nas mãos dos gestores da faceta “progressista” do neo-liberalismo.

Um exemplo flagrante era, o fato de que o desemprego estrutural e o nível de trabalhadores informais tende a crescer com esse tipo de organização adotada no sistema neo-liberal. Muitas pessoas se ressentiram de perder a estabilidade que tinham em seus antigos empregos. Tudo isso, foi colocado na conta daqueles que levavam as reformas neo-liberais adiante. Muitas vezes esses eram governos com retórica, estética, e roupagem, de esquerda, mas apenas como simulacro. Visto que aplicavam políticas econômicas neo-liberais que traíam completamente a classe, até mesmo em perspectivas reformistas mais pueris.

Isso gerou, devido a essa contradição, uma evidente frustração em setores da classe trabalhadora contra a esquerda partidária que assumiu os dogmas neo-liberais. Por outro lado, após toda a repressão sofrida pelos Partidos Comunistas de cada país, ao longo de toda a guerra fria e com sua perda de poder, com a dissolução da URSS, estes não estavam em condições de conseguir captar ou canalizar as frustrações da classe trabalhadora e frações da pequeno-burguesia, que se avolumavam cada vez mais, muitas vezes desorganizadamente e imatura enquanto movimento político, em contestação contra a hegemonia e o “establishment”.

Tal processo, como veremos mais adiante, será um aspecto fundamental no renascimento da extrema-direita que, sobretudo na Europa e nos EUA, se aproveita da não existência de movimentos socialistas organizados para capitalizar todo o discurso anti-hegemônico e ascender ao poder com apoio das massas.

Sobre a ideologia nessa organização em particular do modo de produção capitalista:

Como explicitado acima, a mudança na organização do modo de produção e da organização da sociedade em relação a este gerou novas formas de “ser” e claro, novas formas e arranjos sociais. Tudo isso, claro, relacionado a essa nova forma de produzir e suas relações de trabalho. Isso, como foi exposto brevemente, propiciou o surgimento de ideologias, de matriz idealista e irracionalista, e consciências cada vez mais atomizadas, egoicas e individualizadas.

Não por acaso, o século XXI se notabilizou pelo avanço da forma “identitária” de se fazer política, ou seja, posições políticas baseadas nos interesses e nas perspectivas de grupos sociais, com os quais cidadãos se identificam, com tendência a serem cada vez mais fracionados, visto que emana da infra-estrutura, pela forma de organização do modo de produção, um reforço e estímulo a produção de novas identidades que operem atreladas a nichos e mercados cada vez mais específicos e “personalizados”.

Ainda que isso seja mais visível em grupos que orbitam o neo-liberalismo progressista, seria ingênuo e míope pensar que não existe identitarismo de direita. A ideologia do neo-liberalismo se adequa a própria fluidez da organização descentralizada do modo de produção capitalista contemporâneo. As consciências são mercadorias e identidades disponíveis, e, em simultâneo, em outra dimensão, a contra-parte super-estrutural para a criação de novos mercados, para escoamento de mercadorias, essas sim, materiais, que se relacionam a tal identidade vendida como um produto.

Tomemos como exemplo, a identidade de direita do tipo “*homem de bem*”, uma mercadoria razoavelmente comum no mercado de “identidades”, vendida em toda a sorte de produtos cinematográficos, literários, e na mídia em geral. Essa identidade traz em si a simbologia, a retórica e a mentalidade do “*guerreiro*” e do “*militar*”, mas o faz como engodo, para associar tal impulso a um desejo e fetiche armamentista.

Isso é evidentemente muito interessante para o enorme lobby e mercado armamentista e seus associados como clubes de tiro e outros

estabelecimentos, que arrancam dinheiro daqueles que tem o fetiche pelo militarismo, que aumentam bastante os seus lucros, todas às vezes que esta “identidade” está em alta no mercado. O mesmo ocorre do outro lado da moeda, com as consciências e identidades respectivas ao neo-liberalismo progressista e aos mercados e produtos relacionados a estas, como, por exemplo, os produtos “amigáveis com o meio ambiente”, ou todo um mercado de produtos veganos, produzidos e cultivados em larga escala.

Isso, para não falar no cultivo da cannabis, que poderiam deixar extensas plantações de soja e seus latifundiários enrubescidos diante de sua pequenez perante este jovem mercado, que certamente, tem uma identidade para si, disponível no grande mercado de identidades da ideologia neoliberal.

Nem mesmo o glorioso marxismo está imune deste fenômeno, visto que já existe, inclusive operando em nosso país, uma pretensa identidade marxista, que mais do que apego ao método de análise e a história da tradição filosófica e prática do marxismo, é pautada em um jogo de aparências, signos e símbolos, ou seja, não passa de um fetiche.

Tal identidade nada mais é do que uma das muitas identidades anti-hegemônicas disponíveis no conjunto das identidades possíveis em tal sistema super-estrutural, uma de suas versões de esquerda. Desnecessário dizer que aí operam vários mercados de produtos e mercadorias como camisetas, bottons, jogos, música, e todo o tipo de conteúdo pago, revertido em valores para grandes grupos econômicos ou empresas.

A super-estrutura, ou seja, contraparte política, ideológica, cultural e jurídica da infra-estrutura material dessa nova forma de organização do modo de produção capitalista, aliás, como sempre, não poderia trabalhar em um sentido que não fosse o da ilusão quanto as debilidades de tais formas de produzir e as relações laborais inerentes a elas. Ilusão, nada mais é, que jogar luz sobre algo, particular e desfocado, enquanto se oculta uma verdade central.

Não por acaso em uma era em que “identidades” são mercadorias fluídas e flexíveis, existindo em abundância com o avanço das

redes-sociais e formas de “ser” interagir e produzir com estas, marcadamente notadas por um enorme grau de exposição, sejam enormes as hordas de verdadeiros invisíveis, terceirizados, trabalhadores de aplicativos, prestadores de serviços autônomos, vítimas diretas da mudança da organização do modo de produção.

Um exemplo disso se deu no Brasil, onde ainda durante a pandemia se tornou claro que o combalido estado-nacional brasileiro, sob domínio do neo-liberalismo e de sua batalha teatral entre vertentes de diferentes roupagens, nem sequer conseguia encontrar tais trabalhadores em seus cadastros, pois para todos os fins, eles não existiam.

ANEXO 1. Grupo dos 11: O braço armado de Brizola, por Mariza Tavares. Republicado em 25 de março de 2011.

Incluímos esse artigo, de título “Grupo dos 11: O braço armado de Brizola”, publicado em 25 de março de 2011 na internet e disponível atualmente apenas por web.archive.org, originalmente publicado no site da CBN, pois consideramos relevantes algumas das informações trazidas sobre os Comandos Nacionalistas de Leonel Brizola. Mariza Tavares é Jornalista, Diretora de Jornalismo do Sistema Globo de Rádio e da CBN e, obviamente, não possui nenhuma relação com este núcleo de base. São levianas as acusações que almejam propositalmente — como esperado advindo dos aparatos privados da grande mídia que a época da instauração da ditadura empresarial militar de 1964 a apoiaram, saudando a contra-revolução — jogar lama na história das tentativas de organização para a resistência efetiva da classe trabalhadora, em vistas de um golpe eminentemente com apoio das elites internas e dos Estados Unidos. Recomendamos uma leitura crítica e, em simultâneo, atenta as condições históricas do período.

No fim de 1963, em meio à crescente radicalização do ambiente político do governo de João Goulart, Leonel Brizola era a liderança que unificara as esquerdas na Frente de Mobilização Popular. Entrincheirado na Rádio Mayrink Veiga, onde discursava todas as noites, ele pregava a criação dos Grupos de Onze Companheiros, compostos por cidadãos que marchariam unidos quando a esquerda tomasse o poder.

A CBN teve acesso a documentos daquela época — que estavam em poder dos militares — que detalham como Brizola idealizou os Grupos de Onze: uma militância que pretendia utilizar mulheres e crianças como escudos civis; realizar ataques a centrais telefônicas, de rádio e TV; e previa a execução de prisioneiros.

“Este é o documento a que me referi. O Exército não sabe que este dossiê ainda existe, porque foi dada uma ordem para que fosse destruído.”

Este era o texto do curto bilhete que acompanhava o pacote que recebi pelo correio, enviado por uma ouvinte fiel da CBN. Dentro, um calhamaço de 64 páginas já amareladas, onde chamava atenção o carimbo no alto, em letras garrafais: **SECRETO**. A ditadura militar brasileira incinerou regularmente documentos sigilosos.

Este dossiê estava em poder de um militar que preferiu desobedecer à ordem e decidiu guardar os papéis em casa. Datado de 30 de setembro de 1964 e assinado pelo general-de-brigada Itiberê Gouvêa do Amaral, o documento ostenta a classificação A-1, que até hoje é utilizada pela área militar e significa ser de total confiança.

A classificação varia de A a F para a confiabilidade da fonte; e de 1 a 6 para a confiabilidade do conteúdo. No tom formal e meticuloso típico dos relatórios dos serviços de inteligência, o texto de abertura, a circular de número 79-E2/64, anunciava haver sido identificada a criação de diversas células dos chamados “*Grupo de Onze Companheiros*” no interior do Paraná e de Santa Catarina.

“*Os grupos constituíam a célula de um grande contingente, onde seriam arregimentados homens das mais variadas categorias e profissões para servirem de instrumento a um pseudo líder, Leonel Brizola, em sua política de subversão do regime e implantação de um Governo de tendências antidemocráticas*”, explicava o documento.

Os militares já haviam deposto o presidente João Goulart e tomado o poder naquele ano; e a circular festejava a ação ao afirmar, categoricamente, que, “*com o advento da revolução de 31 de março, foi cortado o processo ainda na fase inicial*”. No entanto, o documento assinalava: “*Há indícios de que, no futuro, possa ser novamente equacionada a reestruturação dos grupos.*”

Leonel Brizola já se encontrava no exílio no Uruguai desde maio daquele ano, mas a circular assinalava haver informes de contatos entre “*antigos elementos*” que integravam esses grupos. Daí a necessidade de mobilização de oficiais para mapear qualquer atividade suspeita.

Jorge Ferreira: “Houve quem se inscrevesse apenas porque gostava de Brizola. Teve gente que pôs até o nome de filhos pequenos nas fichas de inscrição.”

Os chamados Grupos de Onze Companheiros — simplificadamente, Grupos de Onze ou GR-11 — e também conhecidos como Comandos Nacionalistas foram concebidos por Brizola no fim de 1963. Tomando por base a formação de um time de futebol, imagem de fácil assimilação e apelo popular, Brizola pregava a organização de pequenas células — cada uma composta de onze cidadãos, em todo o território nacional — que poderiam ser mobilizadas sob seu comando.

Jorge Ferreira, professor-titular de História da UFF (Universidade Federal Fluminense), doutor em História Social pela USP (Universidade de São Paulo) e autor do livro “*O imaginário trabalhista*”, explica que um dos poucos documentos disponíveis sobre o Grupo de Onze é o modelo de ata de adesão.

“Há poucos estudos sobre este movimento e praticamente não há documentação a respeito. As atas, com os dados dos participantes, eram enviadas para a Rádio Mayrink Veiga e depois ficaram em poder da repressão. Como os Grupos de Onze foram criados no fim de 1963, o clima de radicalização já se generalizara. A imprensa também supervalorizava sua capacidade de ação, mas a verdade é que houve quem se inscrevesse apenas porque gostava de Brizola e nunca teve participação efetiva.

No Sul, muitos achavam que iam ganhar terra, sementes. Teve gente que pôs até o nome de filhos pequenos nas fichas de inscrição.”

O dossiê a que a CBN teve acesso dissecava o manual de ação desses militantes sido criado quando Brizola, eleito deputado federal pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) com 300 mil votos — até então, o mais votado da antiga Guanabara — ocupou quase que diariamente o microfone da Rádio Mayrink Veiga entre 1962 e 1963.

A tradicional emissora do antigo Distrito Federal, existente desde 1926, funcionava como palanque para Brizola, que ali destilava inflamados discursos pela aprovação das reformas de base — pilar do governo João Goulart e compreendiam da reforma fiscal à agrária, com

a desapropriação de terras de grandes proprietários rurais. E garantia que elas seriam aprovadas, “*na lei ou na marra*”.

A Mayrink Veiga estava tão identificada com o projeto político brizolista que uma cópia do documento assinado pelos integrantes de cada recém-criado GR-11 deveria ser enviada para a emissora. A militância da Mayrink Veiga provocou uma reação dos empresários de comunicação Roberto Marinho (Rádio Globo), Manoel Francisco Nascimento Brito (Rádio Jornal do Brasil) e João Calmon (Rádio Tupi): a criação da Rede da Democracia, uma cadeia radiofônica para combater a política do presidente Jango. Também selou sua sorte: a emissora foi fechada pelo presidente militar Castelo Branco um ano depois da queda de João Goulart.

O documento é composto de anexos que detalham o modus operandi dos Grupos de Onze. O primeiro deles tem cinco páginas dedicadas aos “*companheiros nacionalistas*”, numa espécie de cartilha para a promoção e organização de um comando nacionalista. Na abertura, uma afirmação categórica de vitória:

“A ideia de organização do povo em Comandos Nacionalistas (CN) ou em Grupos de Onze (GR-11) está amplamente vitoriosa. Milhões e milhões de patriotas integram os Comandos Nacionalistas formados em todo o território pátrio: a palavra de ordem, organizados venceremos, penetrou na consciência de todos os nacionalistas brasileiros.”

Para organizar um GR-11, a primeira providência era a leitura e o estudo das instruções, “*quantas vezes forem necessárias até uma segura compreensão dos fins e objetivos da organização.*” A etapa seguinte era “*procurar os companheiros com os quais têm convivência e ligações de confiança*”. Vizinhos ou colegas de trabalho eram os mais indicados, e sempre em grupos reduzidos, de três ou quatro pessoas.

Diante de receptividade para a ideia de organizar um GR-11, “*tal decisão significará um verdadeiro pacto de solidariedade e confiança entre os companheiros.*” O objetivo era reunir 11 pessoas, mas as instruções reconhecem que arregimentar este contingente poderia ser um pouco difícil e estabelece que, com sete integrantes, a célula de militantes poderia começar a atuar.

Ao alcançar este quorum mínimo, o grupo é fundado oficialmente e, depois da leitura do manual e do “*exame da situação política e da crise econômica e social que estamos atravessando*”, é escolhido o dirigente do GR-11; seu assistente — e eventual substituto — e o secretário-tesoureiro.

“*Tomadas estas decisões*”, prosseguem as instruções, “*proceder à leitura solene, com todos os onze companheiros de pé, do texto da ata e da carta-testamento do presidente Getúlio Vargas.*” Os integrantes devem assinar seus nomes logo abaixo da assinatura de Vargas e do seguinte texto:

“*O presidente Vargas sacrificou sua vida por nós. Nosso sacrifício não conhacerá limites para que o nosso povo, de que ele foi escravo, conquiste definitivamente sua libertação econômica e social.*”

Entenda-se que a “libertação” passava por reforma agrária e fim da espoliação internacional. A primeira reunião formal do grupo tinha objetivo bem burocrático: montar a estrutura do GR-11. As funções estão bem detalhadas e cada integrante tem um papel específico (*esta é a transcrição da descrição das tarefas*):

Líder, dirigente ou comandante: representa, orienta e coordena as atividades do grupo, conforme as instruções partidárias e os objetivos da organização. Está previsto que seu mandato será a duração de um ano;

Assistente: prestar colaboração direta ao dirigente ou comandante do grupo, substituindo-o em seus impedimentos;

Secretário-tesoureiro: responsável pela gestão dos recursos financeiros e guarda de papéis e documentos (*líder, assistente e secretário-tesoureiro formam a comissão executiva do GR-11*);

Comunicações: dois integrantes ficam encarregados das comunicações, que englobam a troca de informações entre os

elementos do GR-11, inclusive no caso de ser preciso avisar aos companheiros sobre a necessidade de esconderijo ou fuga;

Rádio-escuta: acompanhamento pelo rádio dos acontecimentos nacionais e locais;

Transporte: coordenação das possibilidades de transportes para os membros do grupo no caso de atos e concentrações públicas;

Propaganda: responsável por faixas, boletins, pichamentos, notícias para a imprensa;

Mobilização popular: contatos e ligações com o ambiente local, visando a formar um círculo de relações e colaboração em torno do grupo, principalmente para garantir o comparecimento em comícios ou outros atos públicos;

Informações: atribuição de fazer contatos e o levantamento de informações sobre a situação política e social, além de outros problemas que interessem o grupo. Também fica responsável pela organização partidária local;

Assistência médico-social: o companheiro deve ser, se possível, médico, enfermeiro ou assistente social, “*ou no mínimo com alguma noção ou treinamento para prestar assistência ou orientação a todas as pessoas necessitadas no ambiente onde atuar o Comando Nacionalista (por exemplo, aplicar injeção, conseguir medicamentos, curativos de emergência)*”.

A proposta era criar sucessivos grupos de 11 integrantes até atingir 11 células com estas características, quando, como relata o documento, “*seus onze líderes formarão um GR-11-2, isto é, um grupo de onze de 2.º nível, reunindo um total de 121 companheiros.*”

Esta seria a matriz de multiplicação dos comandos nacionalistas: os 11 líderes escolheriam, entre si, um comandante de segundo nível,

cuja responsabilidade seria a coordenação dos onze grupos; e os outros dez companheiros deste GR-11-2 dariam apoio ao novo chefe. Mas nada de parar por aí, porque cada nova célula deveria perseguir sua clonagem ao infinito:

“se num município, numa cidade, área ou bairro, se organizarem onze grupos de onze, portanto um GR-11-2 e depois onze grupos de 2.º nível, teremos um total de 1.331 companheiros na organização, os quais serão orientados e dirigidos por um GR-11-3, ou seja, um grupo de onze de 3.º nível, integrado pelos onze líderes dos grupos de 2.º nível.”

As “recomendações gerais” sugerem que os GR-11 deveriam ser integrados inicialmente por companheiros de “maior capacidade de direção e liderança.” Os demais grupos seriam compostos por militantes de capacidade “aproximada ou igual”. O documento frisa que o movimento recebe, de braços abertos, gente de todas as procedências:

“No mesmo GR-11 poderão estar um trabalhador da mais modesta atividade, ao lado de um médico; um trabalhador ou técnico especializado, um estudante, um agricultor, um intelectual, um motorista, ao lado de um camponês, um militar.”

O contato com a liderança nacional era de responsabilidade de um delegado de ligação (*DL*); enquanto não chegavam novas instruções, cabia ao GR-11 realizar reuniões para estreitar os laços entre seus militantes e analisar a conjuntura, além de buscar adesões em sua área de atuação.

“Os companheiros devem estimular, particularmente, a formação de GR-11 entre a mocidade e estudantes. É da maior significação esse ponto das presentes instruções. A nossa causa depende fundamentalmente do apoio e da integração dos jovens e das classes trabalhadoras.”

Embora não fizesse restrições a analfabetos, a arquitetura dos GR-11 praticamente ignorava uma militância integral das mulheres: “As companheiras integrantes do Movimento Feminino ou simpatizantes

devem formar seus próprios GR-11. Oportunamente serão enviadas instruções especiais sobre a estrutura desses grupos de companheiras.”

O chamado Anexo C é composto de documentos de Leonel Brizola com o sugestivo título de “*Subsídios para a Organização dos Comandos de Libertação Nacional*”. Tem oito seções, todas subdivididas num minucioso roteiro para a militância. E começa pelo nome a ser dado ao grupo.

No capítulo “*Denominação*”, há cinco sugestões, por ordem preferencial: Comandos de Libertação Nacional (*Colina*); Comando Revolucionário de Libertação Nacional (*Corlin*); Comando Revolucionário dos Onze (*Cron*); Comando de Libertação Brasileira (*Colb*); e Comando dos Onze Revolucionários (*Core*).

O capítulo seguinte é o da “*Justificativa*”: “*A palavra revolucionária, como é sabido, exerce poderosa atração nas pessoas entre 17 e 25 anos — fator que servirá à etapa de arregimentação*”. O documento apostava na força de atração do termo: “*A sigla onde aparece a ideia de revolução pode, com maiores possibilidades, ser difundida com certo mistério e mística de clandestinidade, complementada por instruções secretas, senhas, códigos, símbolos, etc.*”, diz o texto que exibe rudimentos de técnica de marketing e motivação.

Vitor Borges: “Os militares queriam saber como pretendíamos envenenar o reservatório de água e perguntavam onde estavam os sacos de veneno.”

O gaúcho Vitor Borges de Melo, natural de Alegrete, cidade que fica a cerca de 500 quilômetros de Porto Alegre, é um bom exemplo de arregimentação de jovens que queriam um pouco de ação.

“Eu e meus companheiros éramos simpatizantes de Brizola desde a Cadeia da Legalidade, em 1961. Eu já tinha me apresentado como voluntário nesta época. Depois acompanhei os discursos na Rádio Mayrink Veiga e decidi entrar para o Grupo de Onze. Todos usavam nomes de guerra e o meu era Tavares.”

Aos 63 anos, embora seja citado como ex-integrante do GR-11, Vitor, na verdade, só se lembra de ter participado de uma reunião. Mesmo assim ficou preso, incomunicável, por 31 dias.

“Os militares queriam saber como pretendíamos envenenar o reservatório de água de Alegrete e perguntavam onde estavam os sacos de veneno. Não sei de onde tiraram isso, como faríamos uma coisa dessas?”, lembra Vitor, hoje aposentado, filiado ao PTB e beneficiado, pela Lei da Anistia, com uma indenização de R\$ 12 mil.

Provavelmente, por só ter ido a uma reunião, Vitor não foi “*iniciado*” em todas as propostas de ação do movimento. No dossiê, a delimitação de áreas de ação é meticulosa e pretende cobrir todo o território nacional. Do contingente inicial de 11 membros, a proposta é multiplicá-los de forma que um distrito tenha 11 unidades de 11 membros, contabilizando 121 almas.

A província terá 22 distritos, ou 2.662 membros; e a região será composta por 11 ou mais províncias, com 29.282 membros. O documento divide o país em sete regiões, mas exclui a Região Norte, provavelmente por problemas de logística:

- 1.^a Região:** Guanabara, Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- 2.^a Região:** Bahia e Sergipe;
- 3.^a Região:** Minas Gerais;
- 4.^a Região:** São Paulo e Paraná;
- 5.^a Região:** Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- 6.^a Região:** Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte;
- 7.^a Região:** Ceará, Piauí, Maranhão e Fernando de Noronha.

A estrutura administrativa nacional também previa um organograma que contava com um comandante supremo (CS); dois inspetores regionais (IN); e oito conselheiros regionais (CR), uma elite de burocratas encarregados de escolher, nomear ou destituir as camadas inferiores de militantes. Mas, abaixo deles, também havia espaço para muita gente se acomodar.

O desenho da burocracia interna do poder é rico em categorias e deixaria qualquer analista de RH impressionado com o número de

cargos. Sob a estrutura nacional, há estruturas administrativas regionais, provinciais e distritais, com direito a chefias, secretarias-executivas, assessorias e monitorias. Ao todo, são listados 32 cargos de alguma relevância — uma longa carreira que se descortinava para os aspirantes à militância.

Especialmente suculento é o capítulo sobre instruções gerais aos companheiros que quisessem organizar um GR-11. Uma das principais preocupações diz respeito à seleção de indivíduos: “*Procure conhecer bem as ideias políticas de cada uma das pessoas que você pretende convidar*”, ensina a cartilha, batendo na tecla da prudência: “*Convide a pessoa para uma conversa reservada. Peça sigilo sobre o assunto. Procure certificar-se de que ela manteve sigilo. Mande alguém, seu conhecido, testá-la nesse pormenor.*” A paranoíta pela segurança se estende aos deveres dos dirigentes.

Entre os dez itens listados, cinco dizem respeito ao controle da informação e dos membros do grupo: “*manter severa vigilância em sua jurisdição para evitar infiltrações de inimigos entre os seus comandados*”; “*alternar, sempre, os locais de reuniões de seu grupo, fazendo as convocações sempre em código ou por senhas*”; “*manter sob rigoroso controle os arquivos secretos e os dados sigilosos sobre a organização e seus membros*”; “*não discutir assuntos referentes aos planos dos Comandos de Libertação Nacional exceto com as pessoas autorizadas*”; “*procurar organizar em sua jurisdição um esquema de rápida mobilização popular para enfrentar golpistas, reacionários e grupos anti povo.*”

O código de segurança detalha os cuidados a serem adotados e a ordem é clara: desconfiar o tempo todo. Por isso o telefone fica banido na transmissão de mensagens. O militante também deve anotar tudo o que ouvir sobre a organização, especialmente quando partir de um “reacionário”: “*até as piadas têm sua importância. Não as despreze.*”

Os comandantes são instruídos a buscar subordinados para os Grupos de Onze que sejam “*os autênticos e verdadeiros revolucionários, os destemerosos da própria morte.*” Os comandantes regionais, devido à sua importância na estrutura do movimento, recebem instruções

secretas que só devem ser compartilhadas com os companheiros do Grupo de Onze “com as devidas cautelas e ressalvas”.

O filé mignon da pregação revolucionária brizolista se encontra no Anexo D, cuja abertura tem o pomposo título “*Preâmbulo Ultra-secreto*” e determina que “*só os fortes e intemeratos podem intentar a salvação do Brasil das garras do capitalismo internacional e de seus aliados internos. Quem for fraco ainda terá tempo de recuar ante a responsabilidade que terá que assumir com o conhecimento pleno destas instruções.*”

Os comandantes são instruídos a buscar subordinados para os Grupos de Onze que sejam “*os autênticos e verdadeiros revolucionários, os destemerosos da própria morte, os que colocam a Pátria e nossos ideais acima de tudo e de todos.*” E a recomendação seguinte é evitar arregimentar parentes ou amigos íntimos.

Findo o preâmbulo, as instruções secretas têm dez seções. A primeira, sobre os objetivos, volta a pregar a importância do GR-11 como a “*vanguarda avançada*” do movimento e compara esta célula à Guarda Vermelha da Revolução Socialista de 1917. Por ser revolucionária, ela não precisa prestar contas dos seus atos:

“Não nos poderemos deter à procura de justificativas acadêmicas para atos que possam ser considerados, pela reação e pelos companheiros sentimentalistas, agressivos demais ou até mesmo injustificados.”

Sem sombra de dúvida, os fins justificam os meios. O quesito seguinte, que tem o título genérico de “*Observações*”, descreve o que seria uma espécie de estado de espírito permanente dos participantes:

“Os Grupos dos Onze Companheiros, como vanguardeiros da libertação nacional, terão que se preparar devidamente(...) devendo considerar-se, desde já, em REVOLUÇÃO PERMANENTE e OSTENSIVA.”

A revolução cubana vitoriosa de Fidel Castro é a principal referência: “*A condição de militantes dos gloriosos GR-11 traz consigo enormes responsabilidades, por isso, embora para formação inicial de*

nossas unidades não seja condição sine qua o conhecimento da técnica propriamente militar, torna-se absolutamente necessário o da técnica de guerrilhas e a leitura, entre outras importantes publicações, do folheto cubano a respeito daquele mister.”

No terceiro capítulo, sobre a ação preliminar, os companheiros são instados a tentar conseguir quanto antes armamentos para o “*Momento Supremo*”. E a lista contempla desde espingardas a pistolas e metralhadoras. Com um lembrete:

“Não esquecer os preciosos coquetéis Molotov e outros tipos de bombas incendiárias, até mesmo estopa e panos embebidos em óleo ou gasolina.”

A instrução reconhece a escassez de armas no movimento, mas conta com aliados militares (segundo o documento, “que possuímos em toda as *Forças Armadas*”) e garante ter o apoio da população rural. “Os camponeses virão destruindo e queimando as plantações, engenhos, celeiros e armazéns.” O descolamento entre propostas e realidade é flagrante, mas não diminui o grau de virulência da ação que, pelo menos em tese, seria desencadeada pelos Grupos de Onze.

Juarez Santos Alves, de 61 anos, é contemporâneo e até hoje amigo de Vitor Borges de Melo. O pai, dono de farmácia, e o tio, militar, eram militantes do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e foram sua inspiração. No entanto, no que diz respeito à sua passagem pelo Grupo de Onze, a monotonia imperava.

“Considero mais um grupo poético, porque nunca demos um passo além das reuniões. Falava-se em tomar o quartel, mas como é que iríamos resistir se tínhamos no máximo armas pessoais ou de caça?”, rememora Juarez, que ingressou depois na Vanguarda Popular Revolucionária. Preso e torturado, foi beneficiado com uma indenização de R\$ 100 mil.

[...] Agitação é a palavra de ordem, com direito a depredação de estabelecimentos comerciais, saques e incêndios de edifícios públicos e de empresas particulares. Também estão incluídos ataques a centrais telefônicas, emissoras de rádio e TV. O objetivo? “*Com as autoridades policiais e militares totalmente desorientadas, estaremos, nesse momento, a um passo da tomada efetiva do Poder-Nação.*”

Sobre a tática geral da guerrilha nacional, tema do item quatro, a ênfase recai na guerra de informação. Após a autodenominada ação revolucionária ter provocado o caos, o passo seguinte seria cortar a comunicação entre as cidades e divulgar apenas o que interessasse ao movimento.

[...] Em “*O porquê da revolução nacional libertadora*”, a explicação de cartilha revolucionária: a exploração do capital monopolista estrangeiro, principalmente americano; e a estrutura agrária baseada na concentração latifundiária. No capítulo sobre “*o aliado comunista*”, não resta dúvida de que Brizola não via o Partido Comunista Brasileiro (PCB) com a menor simpatia.

“Devemos ter sempre presente que o comunista é nosso principal aliado, mas, embora alardeie o Partido Comunista ter forças para fazer a Revolução Libertadora, o PCB nada mais é que um movimento dividido em várias frentes internas em luta aberta entre si pelo poder absoluto e pela vitória de uma das facções em que se fragmentou.”

E continua, aumentando o tom da crítica: “*São fracos e aburguesados esses camaradas chefiados pelos que veem, em Moscou, o único sol que poderá guiar o proletariado mundial à libertação internacional. Fogem à luta como fogem à realidade e não perderão nada se a situação nacional perdurar por muitos anos ainda.*”

[...] Para o professor Jorge Ferreira, entre 1961 e 1964 houve uma profunda mudança nos interesses que alimentavam a correlação de forças entre militares, partidos políticos e sociedade. “*Em agosto de 1961*”, diz ele, “*quando Jânio Quadros renuncia, os militares deram um golpe que foi rechaçado pelo Congresso, pelos partidos e pelas entidades civis. Os grupos progressistas e legalistas venceram. A sociedade brasileira não queria romper com o processo democrático.*”

O período parlamentarista manteve o equilíbrio, ainda que precário, entre essas correntes. Jango sabia precisar de maioria no Congresso ou não governaria, mas o plebiscito que lhe devolveu o presidencialismo acabou dando outro rumo aos acontecimentos, como afirma Ferreira:

“A Frente de Mobilização Popular, encabeçada por Brizola, havia unificado praticamente todas as esquerdas, englobando o Comando Geral dos Trabalhadores, Ligas Camponesas, UNE, Ação Popular, a esquerda do Partido Socialista Brasileiro, a esquerda mais radical do PCB, os movimentos de sargentos e marinheiros. E a exigência dessas esquerdas era o rompimento com o PSD (Partido Social Democrático), a convocação de Assembleia Nacional Constituinte e o questionamento das instituições liberais vigentes. É quando se estabelece o confronto.”[...]

BIBLIOGRAFIA:

BANDEIRA, Moniz. Trabalhismo e Socialismo no Brasil — 1985.

BANDEIRA, Moniz. A Segunda Guerra Fria — 2013.

BANDEIRA, Moniz. Desordem Mundial — 2016.

BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart e as lutas sociais — 1983.

BANDEIRA, Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil — 2007.

BANDEIRA, Moniz. As relações perigosas Brasil — Estados Unidos — 2004.

BANDEIRA, Moniz. Brasil — Estados Unidos — A Rivalidade Emergente (1950–1988) — 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil — 1990.

BOURNE, Richard. A Esfinge dos Pampas — 2012.

VARGAS, Alzira. Getúlio Vargas meu pai — 1960.

LOSURDO, Domenico. Contra-História do Liberalismo — 2006.

BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa. Brasil: 1900 – 2000. Mauad X. — 2007.

GOMES, Ângela de Castro; Ferreira, Jorge. (2019) 2021. “Brasil, 1945 – 1964: Uma Democracia Representativa em Consolidação”. Locus: Revista De História 24 (2).

GOMES, Ângela de Castro. “Brizola e o Trabalhismo”. Revista Anos 90. Volume 11. n. 19/20. UFRGS. Rio Grande do Sul. — 2004.

GOMES, Ângela de Castro. A invenção do Trabalhismo. 3^a Ed. FGV Editora. Rio de Janeiro. — 2005.

LOWY, Michael. Walter Benjamin: Avisos de Incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Trad. Wanda Nogueira, Caldeira Brant, Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Muller. Boitempo Editorial. São Paulo. — 2005.

OLIVEIRA, Lúcia. VELLOSO, Mônica; GOMES, Ângela. Estado Novo — Ideologia e Poder. Zahar Editores. Rio de Janeiro — 1982.

DE AZEVEDO, Fernando: A cultura brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil. Rio de Janeiro — 1943.

SODRÉ, Nelson Werneck: Síntese de História da Cultura Brasileira. São Paulo — 1983.

SVAMPA, Maristella. Movimientos Sociales, matrices socio-políticos y nuevos escenarios en América Latina — 2010.

CEPÊDA, Vera Alves. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo, um balanço histórico — 2012.

DINIZ, Eli. A transição política no Brasil: Perspectivas para a democracia — 1986.

DINIZ, Eli. Desenvolvimento e Estado desenvolvimentista: Tensões e desafios da construção de um novo modelo para o Brasil do século XXI — 2013.

REZNIK, Luís. O lugar da História do Brasil. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). Histórias do ensino da história no Brasil. Rio de Janeiro: Access — 1998.

MATOS, Cláudia. Acertei no milhar. Samba e malandragem nos tempos de Getúlio — 1982.

TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZO, Luiz Gonzaga. “Desenvolvimento no Brasil — Relembrando um velho tema...” In: Políticas para a retomada do crescimento: reflexões de economistas brasileiros - Brasília : IPEA/CEPAL, 2002 - p. 149-184.

IMAGENS: A capa e a contracapa deste livro são feitas a partir da pintura “*Morro da favela*” de Tarsila do Amaral, produzida em 1924.